



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal



Relatório de Governança

1º Trimestre de 2024

Brasília - DF

Expediente

Governador do Distrito Federal
Ibaneis Rocha

Vice-Governador do Distrito Federal
Celina Leão Hizim Ferreira

Diretora-presidente do Iprev-DF
Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretora de Governança, Projetos e Compliance
Sylvia Neves Alves

Diretora de Administração e Finanças
Célia Maria Ribeiro de Sales

Diretor de Previdência
Paulo Henrique de Sousa Ferreira

Diretor Jurídico
Luiz Gustavo Barreira Muglia

Diretor de Investimentos
Thiago Mendes Rodrigues

Controladoria
Márcio Eduardo de Moura Aquino

Ouvidoria
Régia Marisol Hosana Silva Fernandes

Unidade de Atuária
Jucelina Santana da Silva

Unidade de Comunicação Social
Jucélio Duarte Ponciano

Elaboração
Marina Pinheiro Dourado
Jean Costa Sousa
Ricardo Lucio Souza Trajano

Diagramação
Irací da Silva Zorante

PALAVRA DA DIRETORA- PRESIDENTE

Transparência e confiança

Criado pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, para ser o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS-DF), o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) tem a responsabilidade de captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes.

A sua missão é trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível aos contribuintes. Com a visão de ser reconhecido por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal. E como valores a integridade, a confiabilidade, a sustentabilidade e a transparência.

O Iprev-DF tem se pautado, nos últimos anos, por um trabalho de gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, com credibilidade e excelência no atendimento. Destaque no desenvolvimento de planos e programas que trazem mais transparência em suas ações.

Este Relatório de Governança Corporativa tem a finalidade de prestar informações dos principais resultados alcançados pelo Instituto. Traz, entre outras informações, dados que possibilitam o conhecimento da instituição, assim como suas diretrizes, objetivos e metas, em complemento as peças contábeis evidenciadas nas Demonstrações Financeiras. A disponibilização dessas informações permite aos segurados, beneficiários e ao público em geral, acompanhar as principais ações de gestão do Instituto.

Além disso, o relatório reúne as estratégias e o desempenho da administração e a forma de alocação dos recursos financeiros e previdenciários que são administrados pelo Iprev-DF. Por fim, demonstra a transparência e o controle social do Iprev-DF, bem como a importância de se adotar sistemas integrados de governança e de gerenciamento de riscos, visando alcançar resultados de maneira sustentável.

Outra ação relevante é a realização de projetos interseccionais que corroboram para manter a Certificação Nível II, do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015). Foram, ainda, realizados monitoramentos com o objetivo de atingir o nível IV, o mais avançado nível de qualificação, que é a nossa meta.

Em síntese, a transparência e a confiança são pilares fundamentais para o Iprev-DF, refletindo seu compromisso com uma gestão previdenciária responsável e participativa. Ao disponibilizar informações claras e acessíveis, o Instituto não apenas promove a credibilidade em suas ações, mas também fortalece o controle social e a participação dos segurados e beneficiários.

O caminho percorrido rumo à Certificação Nível IV exemplifica a determinação do Iprev-DF em evoluir continuamente sempre garantindo a segurança previdenciária. Assim, ao concluirmos este Relatório de Governança Corporativa, reiteramos a importância da transparência como vetor de confiança e responsabilidade, motivando todos os envolvidos a acompanhar e contribuir para um futuro previdenciário mais sólido e sustentável.

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

SUMÁRIO

Apresentação	12
Quem Somos	13
Mapa Estratégico Iprev-DF	15
Organograma do Iprev-DF	16
Imagem Institucional	18
Diretoria de Governança, Projetos e Compliance	19
Gestão Estratégica	19
Monitoramento de Metas	20
Monitoramento Pró-Gestão	22
Educação Previdenciária	22
Indicador de Situação Previdenciária – ISP/2023	23
Certificado Pró-Gestão RPPS Nível II	24
Governança Corporativa	25
Governança Gestão de Tecnologia da Informação	26
Compliance e Integridade	28
Diretoria de Previdência	29
Diretoria de Previdência	29
Benefícios Previdenciários	29
Aposentadoria	29
Pensão Por Morte	29
Quantitativos de Beneficiários	29
Fundo Financeiro de Previdência Social	30

Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal	31
Ações desenvolvidas no 1º trimestre de 2024	33
Concessão de benefícios	33
Homologação das Certidões de Tempo de Contribuição – CTC	33
Prova de Vida	34
Compensação Previdenciária	35
Atendimento aos Beneficiários	36
Atualizações de Manuais e Procedimentos	38
Unidade de Atuária	39
Plano Previdenciário	39
Custo Previdenciário	39
Benefícios em Capitalização	40
Custeio Administrativo	41
Custo Normal Total	41
Plano de Custeio	42
Provisões Matemáticas e Resultado Técnico Atuarial	43
Sensibilidade à taxa de juros	45
Composição da massa de segurados	46
Composição dos ativos garantidores do Plano Previdenciário	46
Situação financeira e atuarial do Plano Previdenciário	47
Plano de Custeio a ser implementado	47

Análise comparativa dos resultados	47
Considerações Finais: Plano Previdenciário	48
Plano Financeiro	48
Custo previdenciário	48
Benefícios em capitalização	49
Custo normal total	50
Plano de custeio	50
Provisões matemáticas e resultado técnico atuarial	51
Sensibilidade à taxa de juros	53
Composição da massa de segurado	54
Composição dos ativos garantidores do Plano Financeiro	54
Situação financeira e atuarial do Plano Financeiro	55
Plano de custeio a ser implementado	55
Análise comparativa dos resultados	55
Considerações finais plano financeiro	56
Controladoria	56
Ações de controle referentes ao 1º trimestre de 2024 – Controladoria	58
Elaboração de notas técnicas pela Controladoria no 1º trimestre	58
Das ações relativas ao Plano de Monitoramento Gerencial (PMG)	60
Monitoramento do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)	61

Registros no Sistema de Gestão de Auditoria do Distrito Federal – SAEWEB	62
Ouvidoria	63
Manifestações de Ouvidoria	63
Análise quantitativa e qualitativa das manifestações de ouvidoria	63
Evolução mensal das manifestações de ouvidoria	64
Prazo de resposta às manifestações de ouvidoria	64
Recorte dos cinco temas mais utilizados pelos cidadãos no 1º trimestre de 2024	65
Canais de atendimento	65
Indicadores	66
Pedidos de acesso à informação	66
Análise quantitativa dos pedidos de acesso à informação	66
Evolução mensal dos pedidos de acesso à informação	67
Prazo de resposta aos pedidos de acesso à informação	67
Diretoria de administração e finanças	68
Gestão de pessoal	68
Quantitativo	68
Concurso e posse	69
Treinamento e capacitação	69
Gestão orçamentária e financeira	70
Receitas	70

Despesas	73
Folha de pagamento	73
Despesas com benefícios previdenciários e assistenciais	75
Fundo financeiro	75
Fundo capitalizado	76
Despesas Administrativas	76
Custeio das despesas administrativas	76
Gerenciamento do custeio e contratos	78
Atividades financeiras	81
Atividades patrimoniais	82
Diretoria de investimentos	83
Cenário	84
Desempenho anual das carteiras de investimentos administradas pela DIRIN	91
Fundo Solidário Garantidor (FSG)	91
Fundos de Investimentos em Participação e Imobiliários do Fundo Solidário Garantidor	101
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II FIP multiestratégia	101
Imobiliário Paraná REC FIP multiestratégia	101
SIA Corporate FII	104
Venture Brasil Central FIP Capital Semente	104
Pátria Infraestrutura V Advisory FIP	105
Fundo financeiro	106

Fundo capitalizado	106
Fundos de Investimentos em Participação e Imobiliários do Fundo Capitalizado	113
Pátria Infraestrutura V Advisory FIP	114
Fundo administrativo	116
Principais destaques dos ativos não financeiros	117
Contextualização	117
Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros (UFSG)	118
Entrada de recursos no Iprev-DF relativos ao artigo 73-A da LC 932/2017 em março/2024	118
Diretoria jurídica	119
Transparência	120
Institucionais	121
Desenvolvimento e implementação de ações	121
Ações de padronização e manualização	122
Demandas do 1º trimestre de 2024	123
Notas técnicas e OAP's relevantes	125
Normativos	127
Considerações finais	127
Assessoria especial da presidência	128
Realizações do 1º trimestre de 2024	129
Realização de audiência pública da prestação de contas anual	129

Atividades dos órgãos colegiados:	129
Conselho de administração	129
Periodicidade das reuniões	130
Publicação das Atividades do Conad	130
Conselho Fiscal	131
Periodicidade das Reuniões	133
Publicação das Atividades do Confis	132
Diretoria Executiva	133
Publicação das atividades da DIREX	133
Comitê de investimentos e análise de riscos	134
Periodicidade das reuniões	135
Publicação das atividades do CIAR	136
Unidade de Comunicação Social	136
Dia do aposentado no Parque da Cidade	137
Prova de vida – convocação	138

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Governança Corporativa – RGC tem a finalidade de prestar informações sobre os principais resultados alcançados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF, relativos ao 1º trimestre de 2024, em consonância com o Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 3.5.

O relatório divulga, entre outras informações, dados que viabilizam o conhecimento da instituição, assim como de suas diretrizes, objetivos e metas, em complemento às peças contábeis evidenciadas nas demonstrações financeiras.

A disponibilização dessas informações permite aos segurados, beneficiários e ao público em geral acompanhar as principais atividades desenvolvidas pela Autarquia Previdenciária, possibilitando uma gestão mais transparente.

Ademais, o RGC expõe um quadro completo das estratégias e do desempenho da administração, bem como da forma de alocação dos recursos financeiros e previdenciários administrados pelo Iprev-DF.

Por fim, destaca-se que o RGC demonstra o controle social do Iprev-DF, além da importância de se adotar sistemas integrados de governança e de gerenciamento de riscos, visando alcançar resultados de maneira sustentável.

QUEM SOMOS

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF é uma autarquia em regime especial, com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – Sec.

O Iprev-DF é o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e tem por atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes, por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento.

Também é responsável pelo gerenciamento e pela operacionalização do RPPS/DF, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

O RPPS/DF é composto, obrigatoriamente, por todos os servidores titulares de cargos efetivos ativos, aposentados e pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluindo o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as autarquias e as fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes.

Ressalta-se que não integram o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Distrito Federal os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, assim como de outros cargos temporários ou de empregos públicos.

Os militares e os policiais civis, pela disposição na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal, também não integram o RPPS/DF.

Com a edição da Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, houve uma reorganização do regime de custeio do plano de benefícios do RPPS/DF. Essa reorganização unificou os antigos fundos previdenciários, que eram submetidos ao regime de repartição simples (Fundo Financeiro) e capitalizado (Fundo Previdenciário do Distrito Federal - DFPrev), em dois novos fundos.

O primeiro é o Fundo Financeiro, que abrange os servidores efetivos que ingressaram no serviço público distrital até 28 de fevereiro de 2019. O segundo é destinado aos servidores ingressaram no serviço público a partir de 1º de março de 2019. Os fundos previdenciários são definidos:

- **Fundo Financeiro de Previdência Social:** destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público até o dia anterior à data de aprovação, 01/03/2019, pelo órgão federal fiscalizador, do regime de previdência complementar fechado dos instrumentos jurídicos necessários ao funcionamento dos respectivos planos de benefícios, bem como aos que já recebiam benefícios nessa data e seus respectivos dependentes; e
- **Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal:** destinado aos servidores que ingressaram no serviço público a partir 01/03/2019, data de aprovação do Plano de Benefícios da Previdência Complementar pela DF-Previcom, cujas contribuições e benefícios estão limitados ao teto do Regime Geral de Previdência - RGPS, hoje em R\$ 7.786,02 (sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e dois centavos). Sendo facultados a estes o ingresso no Regime de Previdência Complementar – RPC, administrado pela DF-Previcom, para a obtenção de benefício complementar ao teto do RGPS.

Além das mudanças originadas do regime de financiamento do RPPS/DF, a Lei Complementar nº 932/2017 criou o Fundo Solidário Garantidor. Esse fundo é formado por um patrimônio diversificado, incluindo recursos financeiros anteriormente vinculados ao Fundo Previdenciário - DFPrev, imóveis, ações do Banco Regional de Brasília - BRB e outros direitos e bens que venham a ser direcionados para a sua formação.

O objetivo do Fundo Solidário Garantidor é atuar como um verdadeiro fundo de solvência assegurando o pagamento dos benefícios atuais e futuros dos servidores efetivos do Distrito Federal vinculados aos Fundos Financeiro e Capitalizado do RPPS/DF.

Outrossim, destaca-se que desde a criação do Iprev-DF pela Lei Complementar nº 769/2008, a estrutura organizacional da autarquia era reduzida e inadequada para enfrentar os desafios institucionais associados ao gerenciamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal.

Assim, para garantir a qualidade dos serviços prestados, foram iniciadas ampliações gradativas na estrutura administrativa do Iprev-DF, iniciada pela edição do Decreto nº 32.795, de 10 de março de 2011, até o Decreto nº 45.471, de 01 de fevereiro de 2024.

Por fim, em 2022, foi publicado o edital do 1º Concurso para a Carreira de Atividades Previdenciárias do Iprev-DF, criada pela Lei nº 6.777, de 30 de dezembro de 2020. O concurso foi homologado em 2 de junho de 2023, com 65 (sessenta e cinco) vagas imediatas.

As primeiras nomeações ocorreram em fevereiro de 2024, com um total de 40 servidores, dos quais 32 entraram em exercício. Isso representa a conquista de um quadro próprio de servidores, reforçando o compromisso da instituição em assegurar um futuro previdenciário seguro para seus beneficiários.

Mapa Estratégico Iprev-DF

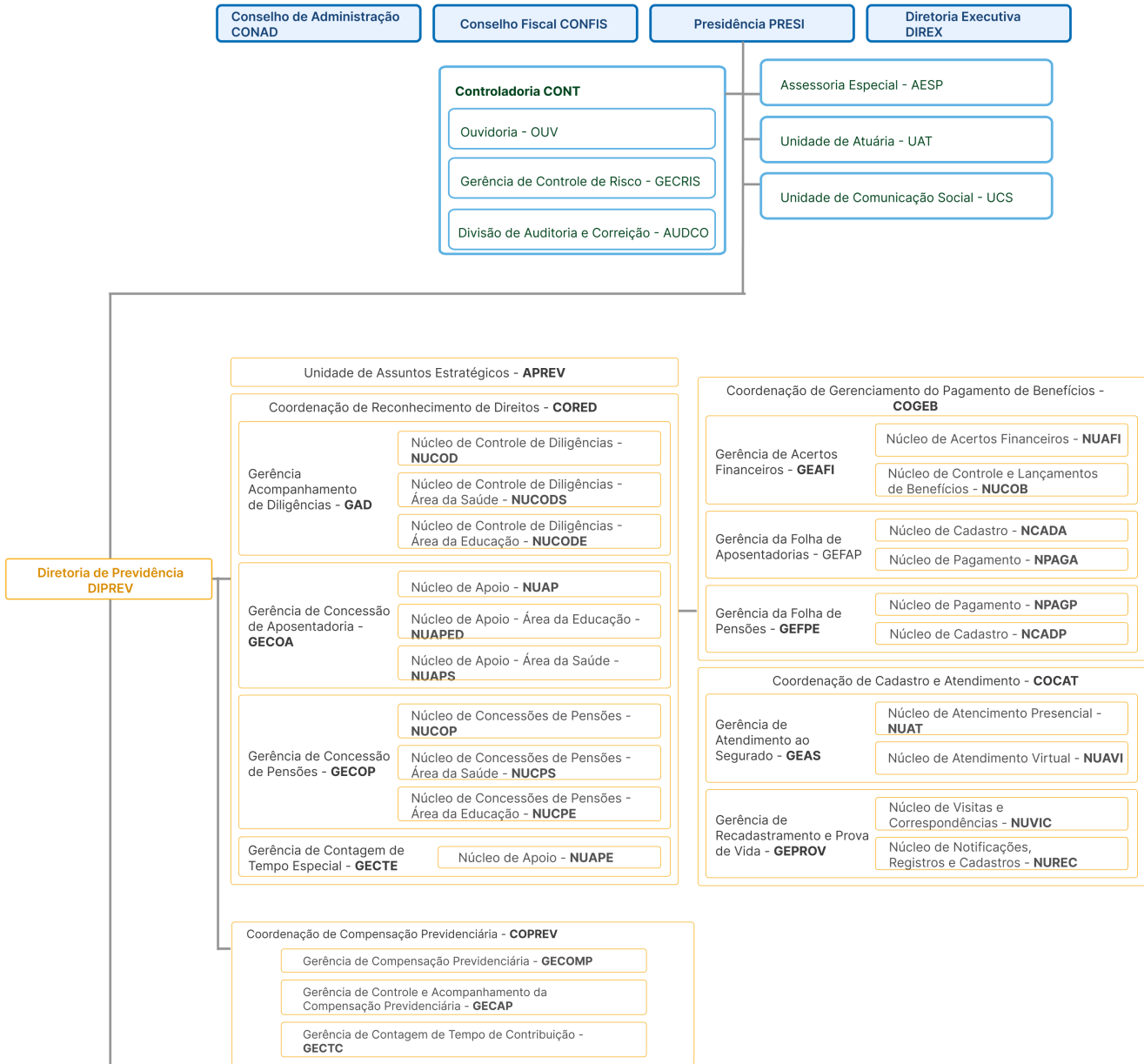
Imagem 1 - Mapa Estratégico Iprev-DF



Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Organograma do Iprev-DF

Imagem 2 - Fluxograma



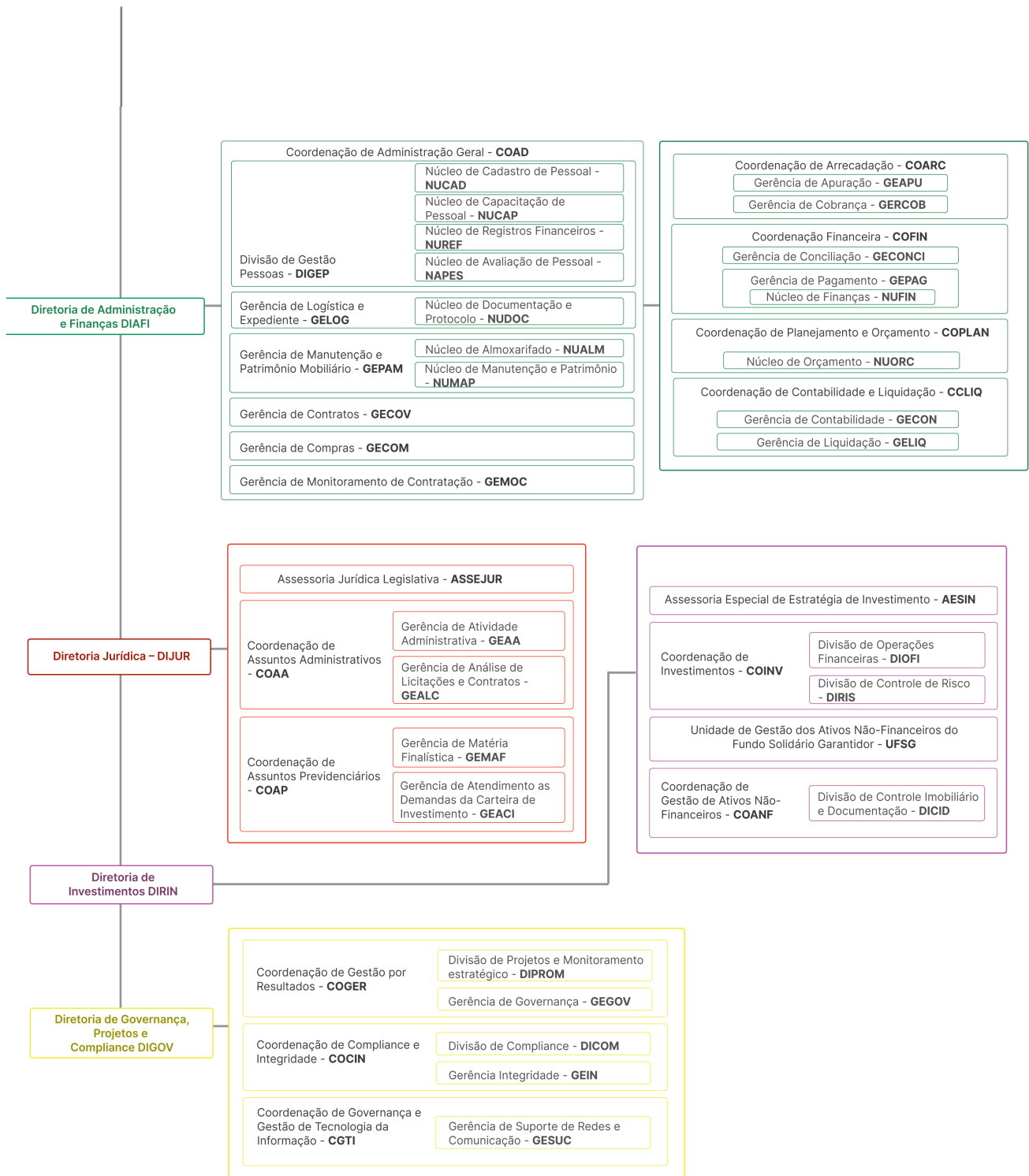


Imagem Institucional

O Iprev-DF tem envidado esforços no sentido de alcançar um abrangente e transformador processo de atualização e modernização da identidade institucional, impulsionado pela visão de ser reconhecido por beneficiários e contribuintes pela excelência na gestão previdenciária do Distrito Federal.

Com o objetivo de atuar de forma ética, seguindo os princípios da transparência e do diálogo constante com a sociedade e a imprensa, e buscando preservar a imagem do Iprev-DF, a Unidade de Comunicação Social – UCS promoveu a divulgação de atos, ações e eventos de interesse institucional e da comunidade, de forma eficaz.

Isso foi feito utilizando campanhas, folders, jornais e outras peças promocionais, em colaboração com os órgãos responsáveis pela publicidade do Governo do Distrito Federal, a UCS manteve o foco na transparência, celeridade, eficiência e no interesse social, conforme pode ser verificado no sítio eletrônico: <http://www.iprev.df.gov.br/>.

Quanto à estrutura de governança, o Iprev-DF é composto pelo: Conselho de Administração - Conad, Conselho Fiscal - Confis, Diretoria Executiva - Direx, Comitê Interno de Governança Pública do Iprev-DF – CIG e pelo seu representante, na figura do Diretor-Presidente, conforme disposição legal e do seu Regimento Interno.

Nesse contexto, as medidas de boa governança são de fundamental importância às práticas, decisões e relacionamentos entre Conselho de Administração - Conad, Diretoria Executiva - Direx, Conselho Fiscal - Confis, Comitê de Investimentos e Análise de Riscos - Ciar, Comitê Interno de Governança Pública – CIG, com a finalidade de aperfeiçoar o desempenho da Autarquia Previdenciária.

A Diretoria Executiva atua conforme competências estabelecidas pelo Regimento Interno vigente do Iprev-DF, aprovado por meio do Decreto nº 39.381, de 10 de outubro de 2018, publicado no DODF nº 195, de 11/10/2018.

O Conselho de Administração tem sua regulamentação prevista na Lei Complementar nº 769/2008 e em seu Regimento Interno, nos termos da Resolução nº 01/2010, publicada no DODF nº 66, de 07/04/2010. É composto por 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, todos designados pelo Governador do Distrito Federal. Entre suas competências, destaca-se a proposição de diretrizes gerais de atuação do Iprev-DF.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão do Iprev-DF, para proteção dos interesses da Autarquia. Criado pelo art. 89 da Lei Complementar nº 769/2008, o Confis atua conforme seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 01, de 1º de junho de 2015, publicada no DODF nº 115, de 17/06/2015. É composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos nomeados pelo Governador do Distrito Federal.

O Comitê de Investimento e Análise de Riscos é o órgão consultivo responsável pela elaboração das propostas mensais e anuais de investimentos e de financiamentos do Iprev-DF. Sua estrutura, composição e funcionamento são estabelecidos pela Portaria nº 37, de 06/10/2016.

O Comitê Interno de Governança Pública, instituído pela Portaria nº 54, de 27/06/2019, tem como objetivo garantir o desenvolvimento e a implementação contínua e progressiva das melhores práticas de governança, conforme estabelecido pelo Conselho de Governança Pública do Distrito Federal - CGov.

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE

Para o Iprev-DF, a Diretoria de Governança, Projetos e Compliance é responsável pelas regras que orientam a estrutura e controle das atividades da Autarquia Previdenciária. A prática dos conceitos de governança corporativa está intrinsecamente relacionada à busca contínua por eficiência e à gestão da integridade. Quando adequadamente implementados, esses conceitos podem servir como uma força propulsora que une os esforços de todos os envolvidos, além de promover medidas e boas práticas de gestão, contribuindo para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.

Gestão Estratégica

A gestão estratégica compreende, além do planejamento estratégico, a implementação, monitoramento e avaliação da estratégia para aprimorar o alcance da Visão, o cumprimento da Missão e a aprendizagem organizacional.

A gestão estratégica atua como ponto de intersecção entre diversas funções organizacionais, utilizando os resultados das atividades de planejamento e orçamento para definir produtos e serviços, melhorar processos internos, aprimorar a estrutura, desenvolver competências e alocar recursos necessários para alcançar os objetivos estratégicos da organização

Como ferramenta dessa gestão, o Mapa Estratégico 2021-2025, em consonância com as diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão), tornou-se uma importante iniciativa implementada e subsidiou a elaboração das matrizes de riscos setoriais e avaliação de eventos críticos.

Uma das atividades desenvolvidas durante o 1º trimestre foi o monitoramento dos indicadores de desempenho estipulados para cada Objetivo Estratégico, sendo estes estabelecidos de acordo com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2025. Para além de ser uma ação de responsabilidade da autarquia, é uma demanda solicitada pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – Seplad/DF e comporá o “Catálogo de Planos Estratégicos Institucionais de Órgãos e Entidades do GDF”, conforme o Ofício Circular nº 68/2023 – SEPLAD/GAB.

Ressalta-se que, de acordo com o Regimento Interno do Iprev-DF, cabe à Coordenação de Gestão por Resultado (COGER) elaborar os indicadores, juntamente com as áreas, e monitorá-los de modo a aferir o alcance das respectivas metas. Sendo assim, até esse período, o Iprev-DF estava em fase de consolidação ou atualização das metas. Passada essa etapa, a COGER definirá a periodicidade de mensuração e a data de entrega dos relatórios parciais.

Monitoramento de Metas

Foi realizado o planejamento dos Projetos Estratégicos, os quais visam aprimorar a gestão previdenciária. Destaca-se, nesse contexto, o acompanhamento das metas institucionais e setoriais por meio do Painel de Monitoramento Gerencial – PMG.

O PMG é uma ferramenta de monitoramento que consiste em um processo contínuo de coleta, análise e sistematização de informações, além de verificação do andamento das metas instituídas no Iprev-DF. Por meio desta sistemática, é possível integrar o planejamento estratégico com a execução operacional/setorial.

A coleta e transformação de dados em informações permitem que os gestores utilizem dados operacionais internos e informações sobre o ambiente externo para testar e adaptar a hipótese estratégica.

Em síntese, hipótese estratégica é uma ideia ou solução para determinada questão estratégica ainda não comprovada, que está pronta para ser testada. Isso inicia um novo ciclo de avaliação no sistema integrado de planejamento estratégico e execução operacional/setorial.

Dessa forma, é possível identificar os pontos críticos - elementos que, com base nas informações consolidadas, exigem constante monitoramento. Espera-se que isso permita aos gestores tomar decisões informadas e recomendar ajustes no plano ou em sua execução, garantindo, assim, o cumprimento do Planejamento Estratégico e das Metas Institucionais aprovadas pela Diretoria Executiva.

As metas são monitoradas no Painel de Monitoramento Gerencial – PMG, ferramenta que integra o planejamento estratégico com a execução operacional/setorial.

O PMG teve suas funcionalidades atualizadas pela Divisão de Projetos e Monitoramento Estratégico, unidade estratégica da Coordenação de Gestão por Resultados, que integra a estrutura orgânica da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, com o objetivo de aprimorar as regras de negócios existentes nesta ferramenta de monitoramento e possibilitar a criação de relatórios gerenciais mais dinâmicos.

Imagem 3 - Painel de Monitoramento Gerencial



Fonte: DIGOV/COGER/DIPROM

Durante o ano de 2024, estão sendo executados 38 (trinta e oito) Projetos Estratégicos (Processo SEI 00413-00005106/2023-05). Entre esses projetos, 13 (treze) fazem parte do Plano Anual de Atividades que constitui o contrato de gestão firmado entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

Monitoramento Pró-Gestão

A área de Governança do Iprev-DF tem conduzido uma ação relevante para o seu desenvolvimento, que é a realização de projetos interseccionais que contribuem significativamente para manter a Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015), obtida em 10/05/2022. Além disso, o Iprev-DF realiza monitoramentos constantes para assegurar a manutenção desse nível, com o objetivo de alcançar o nível IV.

Educação Previdenciária

Educação Previdenciária é o conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica oferecidas aos servidores públicos do ente federativo da unidade gestora do RPPS/DF, aos segurados e beneficiários em geral (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos gestores, conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao RPPS/DF.

Os temas abordados na Educação Previdenciária incluem a compreensão do direito à Previdência Social e de seu papel como política pública, gestão, governança e controles do RPPS em seus diversos aspectos (gestão de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças, estruturas internas e externas de controle, entre outros).

A Educação Previdenciária também engloba a divulgação das informações sobre o resultado da gestão do RPPS para os diferentes órgãos e entidades do governo do ente federativo, instituições públicas e privadas e para a sociedade em geral.

Assim, a responsabilidade deste Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal em promover a Educação Previdenciária, ensejou a publicação da Portaria nº 26, de 28 de junho de 2021, no DODF nº 121, de 30/06/2021. Essa portaria estabelece o Programa de Educação Previdenciária e o Plano de Ação de Capacitação em Educação Previdenciária do Iprev-DF.

Além disso, as capacitações em Educação Previdenciária estão alinhadas com a Portaria nº 73/2021, que dispõe sobre o Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas do Iprev-DF.

Busca-se também uma parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal – Egov-DF, unidade de comando e supervisão diretamente subordinada à Secretaria Executiva de Gestão Administrativa, a quem compete desenvolver e implementar projetos e ações da Política de Formação e Capacitação dos Servidores da Administração Direta e Indireta por meio da capacitação continuada de servidores nas modalidades de educação presencial, semipresencial e à distância.

Isso visa promover a certificação de servidores capacitados e ampliar a divulgação dos cursos utilizando as ferramentas de comunicação da Egov-DF.

Desta forma, vale destacar que os cursos que serão oferecidos aos servidores do Iprev-DF e do Governo do Distrito Federal ao longo do ano de 2024, no âmbito do Programa de Educação Previdenciária, encontram-se disponíveis em:

<https://iprev.df.gov.br/educacao-previdenciaria/>.

Indicador de Situação Previdenciária – ISP/2023

O Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPPS da Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social divulga anualmente o Indicador de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social (ISP-RPPS) dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Antes de detalhar o tema é necessário recordar que o Indicador de Situação Previdenciária (ISP) foi instituído pela Portaria MF nº 01, de 03 de janeiro de 2017. A Portaria MTP nº 1.467, de 2022, revogou a Portaria MPS nº 402/2008 e, em substituição ao inciso V do art. 30 que tratava do ISP, passou a conter um capítulo específico sobre o Índice de Situação Previdenciária.

Esse capítulo prevê, entre as competências da então Secretaria de Previdência - SPREV relacionadas aos RPPS, a divulgação do indicador de situação previdenciária, bem como de sua composição, metodologia de aferição e periodicidade em seu endereço eletrônico, na internet.

O ISP apresenta três dimensões ou aspectos avaliados: gestão e transparência, situação financeira e atuarial. Os RPPS são divididos e comparados em grupos com regimes de perfis semelhantes, por porte, e são classificados conforme o resultado da avaliação do indicador em níveis A, B, C ou D.

Nesse sentido, apresenta-se, abaixo, a tabela que mostra as avaliações realizadas conforme os critérios definidos nos normativos mencionados:

Tabela 1 - Índice de Situação Previdenciária / ISP-RPPS-2023

ENTE	UF	REGIÃO	INDICADOR DE REGULARIDADE	INDICADOR DE ENVIO DE INFORMAÇÕES	INDICADOR DE GESTÃO	CLASSIFICAÇÃO EM GESTÃO E TRANSPARÊNCIA	INDICADOR DE SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	INDICADOR DE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS	CLASSIFICAÇÃO EM FINANÇAS E LIQUIDEZ	INDICADOR DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	CLASSIFICAÇÃO EM ATUÁRIA	ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
GOVERNO DO ESTADO DO ACRE - AC	AC	N	B	B	C	C	B	B	B	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS - AL	AL	NE	A	A	A	A	B	C	B	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - AM	AM	N	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ - AP	AP	N	C	C	B	C	A	A	A	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - BA	BA	NE	B	A	C	B	C	C	C	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - CE	CE	NE	A	A	C	B	A	A	A	B	B	B
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - DF	DF	CO	B	A	B	B	B	B	B	B	B	C
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ES	ES	SE	A	A	C	B	B	A	A	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS - GO	GO	CO	A	B	B	B	C	B	B	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - MA	MA	NE	C	B	C	C	B	B	B	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG	MG	SE	C	C	C	C	C	C	C	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - MS	MS	CO	A	A	C	B	A	C	B	B	B	C
GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO - MT	MT	CO	C	A	A	B	A	B	A	B	B	B
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PA	PA	N	B	B	B	B	A	C	B	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - PB	PB	NE	A	A	B	A	C	B	B	B	B	B
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE	PE	NE	A	A	A	A	C	C	C	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - PI	PI	NE	C	A	C	C	A	C	B	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - PR	PR	S	A	A	B	A	B	A	A	A	A	A
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ	RJ	SE	C	A	B	B	C	A	B	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - RN	RN	NE	C	C	C	C	B	C	B	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - RO	RO	N	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - RR	RR	N	C	B	C	C	A	A	A	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS	RS	S	B	A	B	B	C	B	B	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SC	SC	S	B	A	B	B	C	C	C	B	B	C
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE - SE	SE	NE	B	A	A	A	B	B	B	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP	SP	SE	B	B	C	C	C	C	C	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - TO	TO	N	C	B	B	C	A	A	A	C	C	C

Fonte: Índice de Situação Previdenciária - Divulgação de Resultados – Ministério da Previdência Social (https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/documentos/ISP_2023_Relatorio_indice_de_Situacao_Previenciaria.pdf)

Certificado Pró-Gestão RPPS Nível II Previdenciária – ISP/2023

O Iprev-DF alcançou, em 10 de maio de 2022, o Nível II do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios da Previdência Social (Pró-Gestão RPPS). Essa certificação foi atingida porque a Autarquia Previdenciária cumpriu e demonstrou a implementação de práticas adequadas de gestão previdenciária em três dimensões: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

Com a certificação de Nível II o Iprev-DF pode atuar no mercado financeiro como Investidor Qualificado RPPS, além de ser nacionalmente reconhecido pelas suas práticas de gestão, tendo acesso à alternativas e limites de alocação que possibilitam maiores rentabilidades aos recursos aplicados no mercado financeiro, conforme estabelece a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.

Frisa-se que a manutenção dos quesitos da certificação possui prazo de três anos, e o Iprev-DF deve promover o monitoramento dos processos e atividades, com vistas a garantir o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos, observando as diretrizes consignadas no Manual do Pró-Gestão RPPS, de acordo com a versão vigente, e em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em razão disso, foram instruídos processos com o objetivo de monitorar e controlar os requisitos do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, o Pró-Gestão.

Governança Corporativa

Diz respeito ao conjunto de processos, políticas e normas aplicados por uma organização com o objetivo de consolidar boas práticas de gestão e garantir a proteção dos interesses de todos aqueles que com ela se relacionam.

Transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade são alguns dos princípios fundamentais ligados à governança corporativa.

A melhoria da governança do RPPS tem por finalidade assegurar o cumprimento de sua missão institucional, garantindo:

- Preservação dos direitos dos segurados;
- Proteção dos interesses do ente federativo;
- Adequada gestão do patrimônio; e
- Conformidade com os requisitos legais estabelecidos pelos órgãos de regulação.

Governança Gestão de Tecnologia da Informação

O presente relatório fornece uma visão geral do desempenho da área de Tecnologia da Informação – TI do Iprev-DF no 1º trimestre de 2024, relacionado ao planejamento, coordenação e execução de projetos, além de atividades relacionadas ao desenvolvimento, suporte, manutenção e segurança em T. I.

A Coordenação de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação, em conjunto com a Gerência de Suporte ao Usuário e Telecomunicações, realizou cerca de 450 atendimentos, distribuídos nas seguintes categorias:

- **Gestão de usuários de rede;**
- **Suporte à rede de dados e telefonia;**
- **Suporte a software; e**

Utilizou-se, também, aplicativo de mensagem e correio eletrônico para a abertura de chamados, fato que dificulta consideravelmente a apresentação de dados mais fidedignos, aliado à resistência de muitos usuários em registrar suas demandas por escrito. No entanto, está sendo estudada a implantação de uma solução automatizada para a abertura de demandas, a fim de facilitar a comunicação, o atendimento e o controle.

A partir da estratégia de ampliação da infraestrutura de T.I.C realizada no semestre passado, foi possível dar continuidade ao processo de instalação de novas estações de trabalho para os servidores advindos do último concurso.

Quanto às estratégias de governança de T.I.C já implantadas, destacamos o aprimoramento contínuo da gestão das demandas de rede. Isso foi possível devido a instalação de mais uma sala técnica no 1º andar, onde todos os equipamentos de rede, como roteadores e switches, estão devidamente organizados em racks conforme as normas técnicas.

Destacam-se também os trabalhos de adequação ao BPNM das modelagens de processos fornecidos pelas diversas áreas do Instituto de Previdência.

Por fim, a CGTI participou ativamente do grupo de trabalho instituído para elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC (2024-2026). Esse Instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC, visa atender às necessidades finalísticas e de informação do Iprev-DF. O PDTIC é de suma importância para o processo de aquisição e contratação de bens, soluções e serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Neste trimestre, juntamente com o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação, foram realizadas as seguintes atividades:

- Avaliação dos resultados do PDTIC anterior (2022-2024): É de fundamental importância dentro do processo de renovação do plano, uma vez que proporciona informações relevantes que servem de orientação para o desenvolvimento do novo PDTIC;
- Avaliação do referencial estratégico de T.I: Processo indispensável para que as estratégias de TIC estejam alinhadas ao planejamento estratégico do Instituto;
- Diagnóstico situacional T.I: Permite uma avaliação precisa do parque computacional atual, a fim de identificar limitações na infraestrutura de como um todo;
- Mapeamento das necessidades de informação e serviços: A partir do diagnóstico situacional, identifica as necessidades de informação, de infraestrutura de rede, de serviços, de contratações, de pessoal e capacitação, que, sendo atendidas, irão responder às demandas de TIC vinculadas aos processos de negócio do Instituto;
- Avaliação da estratégia de ação com base na Análise SWOT: Possibilitou definir os fatores que impactariam na consecução de nossos objetivos.

Tabela 2 - Calendário de Reuniões e principais decisões

REUNIÃO	DATA	PRINCIPAIS DECISÕES
5ª Reunião Ordinária	19/01/2024	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de justificativa para a não realização das reuniões no Exercício de 2023; • Apresentação do Cronograma de Reuniões do COTIC para o exercício de 2024; e • Atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC
1ª Reunião Extrordinária	18/03/2024	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da Prorrogação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC

Fonte: DIGOV/COTIC

Compliance e Integridade

A Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal foi instituída por meio do Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019, e possui como escopo a redução de riscos e penalidades por irregularidades praticadas no âmbito da administração pública, assegurando, ainda, a idoneidade e a boa imagem dos órgãos perante a sociedade.

Diante disso, no 1º trimestre de 2024, a Divisão de Compliance realizou a atualização do Plano Anual de Compliance, o qual foi submetido à Presidência do Iprev-DF para análise e aprovação.

Ressalta-se que as ações previstas no Plano Anual de Compliance serão realizadas a partir do 2º trimestre de 2024. Além disso, no 1º trimestre de 2024 foi iniciado o monitoramento mensal das informações e da conformidade legal do site do Iprev-DF.

Do mesmo modo, no 1º trimestre de 2024, a Divisão de Compliance emitiu uma Nota Técnica, que foi elaborada após a solicitação da área técnica em processo de credenciamento de fundo de investimento.

Vale destacar que as avaliações de conformidade no âmbito do Instituto de Previdência têm como objetivo o cumprimento das determinações contidas no Manual Pró-Gestão RPPS.

No que concerne à implementação da Integridade no Instituto de Previdência, no 1º trimestre de 2024, a Gerência de Integridade realizou a atualização do Programa de Integridade do Iprev-DF, o qual foi submetido à Presidência para análise e aprovação.

Ademais, visando reafirmar o compromisso do Iprev-DF com a integridade pública, foi publicada a Portaria nº 11, de 15 de março de 2024, que trata da instituição da Política de Integridade no âmbito da Autarquia Previdenciária. Essa portaria visa identificar e divulgar os valores, princípios, normas e diretrizes para o desenvolvimento do Programa de Integridade.

No mesmo período, teve prosseguimento o projeto “Pílulas de Integridade”, que busca apresentar os principais conceitos relacionados à integridade pública e dar publicidade à temática por meio de mensagens curtas e objetivas. Essas mensagens são publicadas via e-mail, aplicativo de mensagens (grupo de servidores no Whatsapp), no sítio institucional e na intranet do Iprev-DF.

Assim, conforme estabelecido, tais pílulas são difundidas quinzenalmente aos servidores desta Autarquia Previdenciária.

No 1º trimestre de 2024, foram abordados os seguintes temas:

- **Pílula 1** - Responsabilidade social, você pratica?;
- **Pílula 2** - Conduta corporativa, respeito, diversidade e inclusão!;
- **Pílula 3** - Profissionalismo e comprometimento!;
- **Pílula 4** - Informações financeiras podem ser divulgadas?;
- **Pílula 5** - Atuação profissional, como deve ser?; e
- **Pílula 6** - Você sabia que é vedado prejudicar a reputação de outros servidores?

DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

A Diretoria de Previdência, unidade orgânica de comando e execução, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, tem as atribuições estabelecidas por meio do Decreto nº 39.381, de 10 de outubro de 2018.

Benefícios Previdenciários

Aposentadoria

É assegurada ao servidor que preencher os requisitos conforme determinado na legislação Federal e Distrital e nas situações abaixo apresentadas:

- aposentadoria compulsória por invalidez permanente;
- aposentadoria compulsória por idade;
- aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- aposentadoria voluntária por idade;
- aposentadoria especial do professor; e
- aposentadoria especial nos casos previstos em lei complementar federal, nos termos do art. 40, § 4º, da Constituição Federal.

Pensão Por Morte

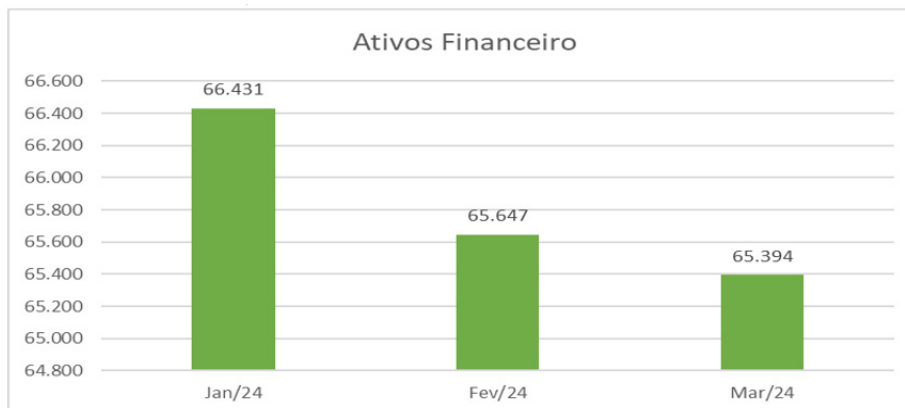
Será concedida aos dependentes previdenciários em caso de falecimento do segurado servidor ativo ou aposentado.

Quantitativos de Beneficiários

Os Quadros abaixo apresentam os quantitativos totais de segurados dos Fundos Financeiro e Capitalizado do RPPS-DF, incluindo Executivo, Defensoria Pública, Tribunal de Contas e Câmara Legislativa.

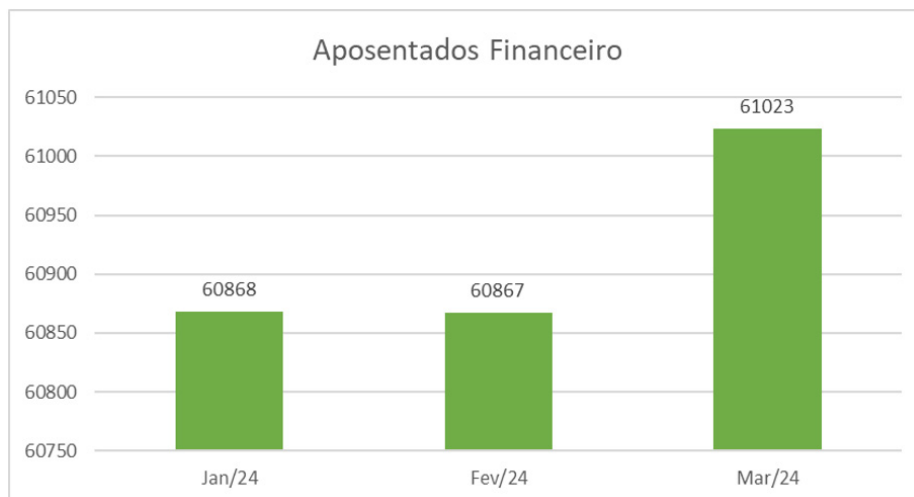
Fundo Financeiro de Previdência Social

Gráfico 1 - Quantidade de Servidores Ativos do Fundo Financeiro



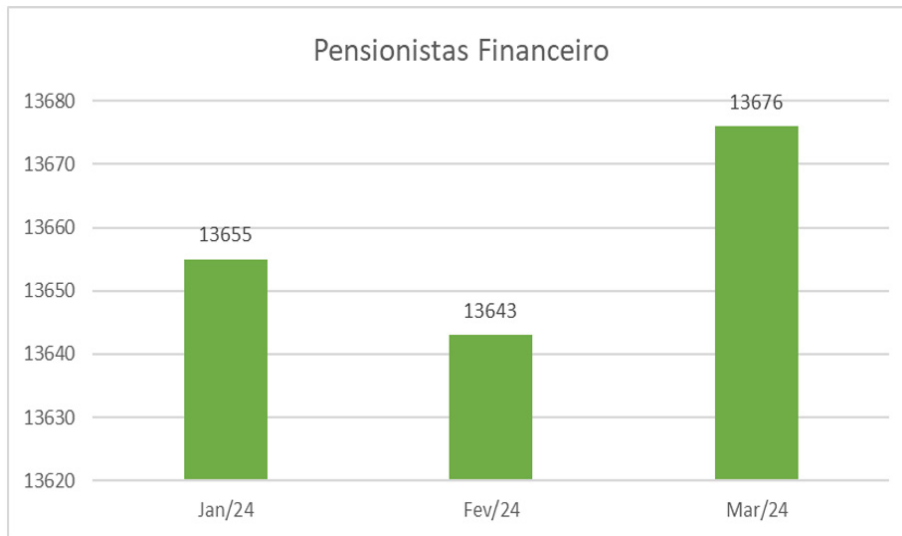
Fonte: DIPREV 2024

Gráfico 2 - Quantidade de Servidores Aposentados do Fundo Financeiro



Fonte: DIPREV 2024

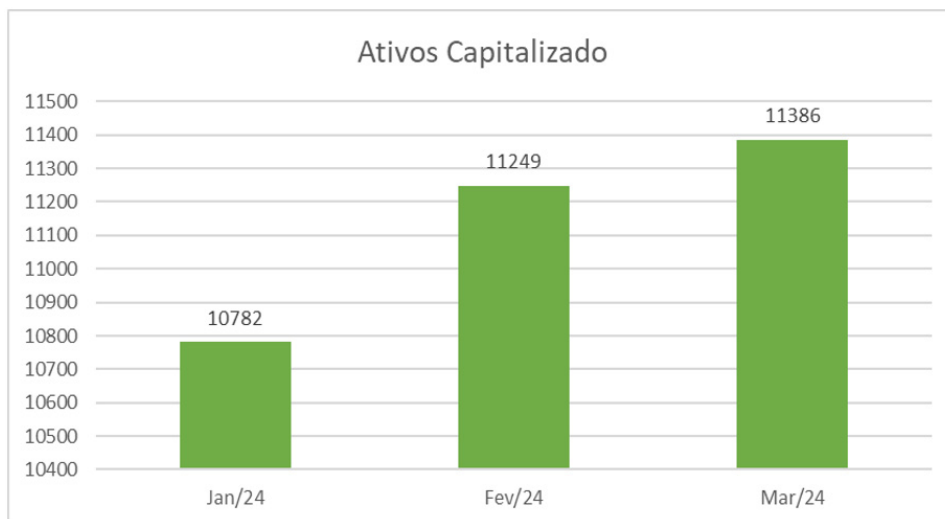
Gráfico 3 - Quantidade de Pensionistas do Fundo Financeiro



Fonte: DIPREV 2024

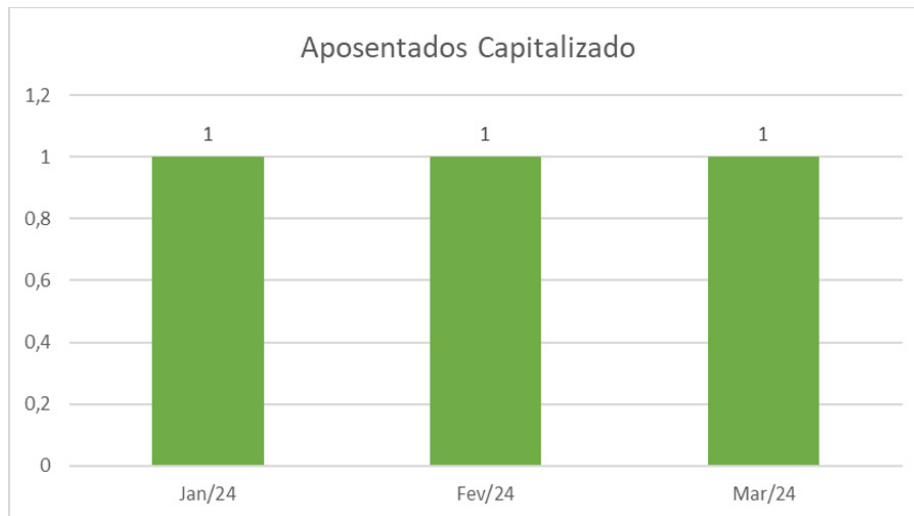
Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal

Gráfico 4 - Quantidade de Servidores Ativos do Fundo Capitalizado



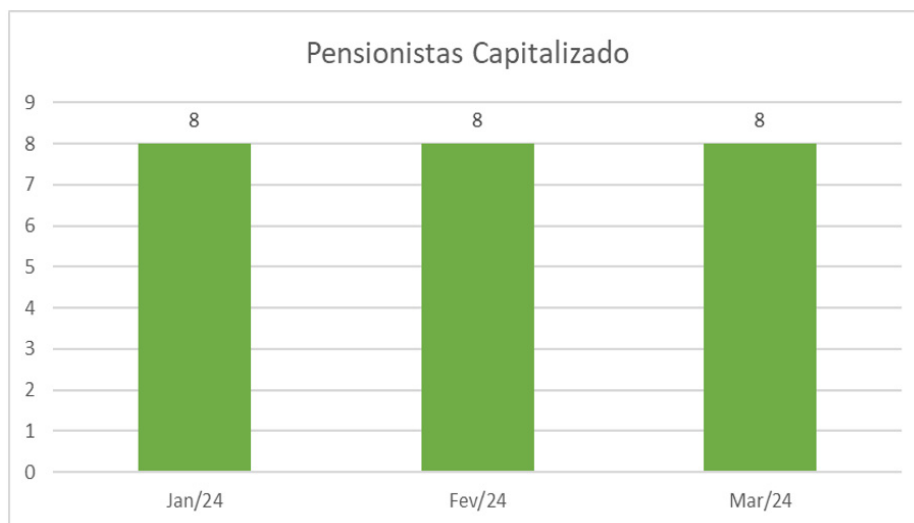
Fonte: DIPREV 2024

Gráfico 5 - Quantidade de Servidores Ativos do Fundo Capitalizado



Fonte: DIPREV 2024

Gráfico 6 - Quantidade de Pensionistas do Fundo Capitalizado



Fonte: DIPREV 2024

Ações desenvolvidas no 1º trimestre de 2024

Concessão de benefícios

No 1º trimestre de 2024 o Iprev-DF concedeu diretamente 397 (trezentos e noventa e sete) benefícios previdenciários, sendo 288 (duzentos e oitenta e oito) aposentadorias e 109 (cento e nove) pensões.

Tabela 3 - Tipo de benefício

Tipo de Benefício	jan/24	fev/24	mar/24	Total
Aposentadoria	99	96	93	288
Pensão	39	33	37	109

Fonte: CORED/DIPREV

Houve, ainda, a análise de quatro processos de revisão de aposentadorias e duas reversões à atividade.

Homologação das Certidões de Tempo de Contribuição – CTC

A homologação das CTC assegura aos ex-servidores do Distrito Federal, a averbação do tempo trabalhado e contribuído junto ao RPPS/DF para reconhecimento perante outros regimes previdenciários.

Segue, abaixo, dados com o número das CTC analisadas e homologadas no 1º trimestre:

Tabela 4 - Quantidade de Certidões de Tempo de Contribuições (CTC) analisadas e homologadas

Certidões de Tempo de Contribuição	jan/24	fev/24	mar/24	Total
Analisadas	42	52	49	143
Homologadas	9	52	14	105

Fonte: CORED/DIPREV

Prova de Vida

A prova de vida foi instituída no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 39, 276, de 06/08/2018 e regulamentado pelas Portarias nº 199, de 06/09/2018 e nº 01 de 06/01/2020.

Nas tabelas abaixo, estão separados por mês os grupos que realizaram a prova de vida no 1º trimestre de 2024. Vale ressaltar que a prova de vida pode ser realizada de forma presencial, por meio de comparecimento em agência bancária do Banco Regional de Brasília (BRB), pelo aplicativo disponibilizado (BRB-APP) e por meio de cartas ou visitas (Iprev-DF).

Tabela 5 - Quantidade de Prova de Vida realizadas no 1º trimestre de 2024 referentes a prova de vida do ano de 2023

Prova de vida de 2023				
Mês de realização	BRB	BRB - APP	IPREV	Total de Pessoas
jan-24	978	238	27	1243
fev-24	1023	348	30	1401
mar-24	1507	525	19	2051
TOTAL	3508	1111	76	4695

Fonte: APREV/DIPREV

Tabela 6 - Quantidade de Prova de Vida realizadas no 1º trimestre de 2024

Prova de vida de 2024				
Mês de realização	BRB	BRB - APP	IPREV	Total de Pessoas
jan-24	2604	6	32	2642
fev-24	3283	1696	55	5034
mar-24	3939	1260	37	5236
TOTAL	9826	2962	124	12912

Fonte: APREV/DIPREV

Ressalta-se que há grupo de pessoas que não fizeram a prova de vida em 2023 e que estão fazendo esse procedimento em 2024.

Compensação Previdenciária

A compensação previdenciária é o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social bem como, entre os próprios Regimes Próprios de Previdência Social, referente ao tempo de contribuição utilizado pelo segurado na concessão do benefício em outro regime de previdência.

A compensação previdenciária é operacionalizada por meio do Sistema de Compensação Previdenciária – COMPREV e destacamos que seu novo formato de relatório está contemplado no Saldo de Compensação Previdenciária, o somatório do fluxo mensal, do fluxo acumulado e do estoque RGPS (Decreto nº 10.188/2019).

Tabela 7 - Valor de compensação entre regime geral e o regime próprio do DF

Competência	Fundo Financeiro			
	Valor Bruto	Valor Glosas	Valor pago ao INSS	Valor líquido
jan-24	R\$ 41.892.331,77	R\$ 1.817.224,70	-R\$ 104.837,74	R\$ 43.604.718,73
fev-24	R\$ 36.679.499,97	R\$ 699.872,01	-R\$ 113.323,77	R\$ 37.266.048,21
mar-24	R\$ 44.552.818,09	-R\$ 1.137.934,98	-R\$ 113.323,77	R\$ 43.301.559,34
TOTAL	R\$ 123.124.649,83	R\$ 1.379.161,73	-R\$ 331.485,28	R\$ 124.172.326,28

Fonte: COMPREV

Tabela 8 - Valor de compensação entre regime geral e o regime próprio do DF

Competência	Fundo Financeiro	
	Créditos	Débitos
jan-24	R\$ 16.168,10	-R\$ 192,39
fev-24	R\$ 29.747,55	-R\$ 192,39
mar-24	R\$ 13.953,66	-R\$ 192,39
TOTAL	R\$ 59.869,31	-R\$ 577,17

Fonte: COMPREV

A tabela abaixo apresenta a quantidade de requerimentos de compensação, os requerimentos realizados pelo Iprev-DF, os requerimentos aprovados pelo RGPS e os requerimentos cessados.

Tabela 9 - Total requerimentos Iprev-DF x RGPS

Mês	Iprev-DF x RGPS			
	Req. em compensação	Req. feitos	Req. Aprovados	Término compensação pós morte
Janeiro	16414	452	227	12
Fevereiro	16626	518	205	6
Março	16719	344	206	113
TOTAIS	49759	1314	638	131

Fonte: COMPREV

Da mesma forma, a tabela abaixo apresenta a quantidade de requerimentos em compensação previdenciária, incluindo os requerimentos feitos pelo Iprev-DF, os requerimentos aprovados por outros RPPS e os requerimentos cessados.

Tabela 10 - Total requerimentos Iprev-DF x RPPS

Mês	Iprev-DF x RPPS			
	Req. em compensação	Req. feitos	Req. Aprovados	Término compensação pós morte
Janeiro	33	87	0	0
Fevereiro	35	80	2	0
Março	35	96	0	0
Totais	103	263	2	0

Fonte: COMPREV

Atendimento aos Beneficiários

O registro dos atendimentos é feito com o Sistema de Gerenciamento de Atendimento implantado no Iprev-DF, que ordena a fila de atendimento presencial em senhas por ordem de prioridades.

Os atendimentos são ordenados em normal, prioridade (Idosos, Gestantes, Pessoas com Deficiência e outras prioridades previstas em lei) e agendados.

O agendamento para atendimentos é feito por meio do Sistema AGENDA-DF

Após o atendimento, é registrado pelo atendente o(s) serviço(s) prestado(s).

Tabela 11 - Atendimentos realizados

Tipo de Serviço Cadastrado	jan/24	fev/24	mar/24	Total de Serviços Atendidos
Informação Óbito	10	13	14	37
Declarações	26	20	35	81
Informações Gerais	237	249	324	810
Isenção de Imposto de Renda	74	87	97	258
Emissão de contracheque	98	119	277	494
Auxílio Funeral	22	33	19	74
Prova de Vida	36	71	137	244
Acerto de Contas	5	7	8	20
Alteração de Cadastro	6	9	16	31
Consignação	11	8	7	26
Pensão		76	49	174
Revisão de Aposentadoria	7	13	15	35
Reversão	4	3	10	17
Diligência	20	14	10	44
Certidão de Tempo Insalubre	3	2	3	8
Cópias de processos	19	18	11	48
Inclusão de Dependentes	2	2	5	9
Certidão de Tempo de Contribuição	0	2	1	3
Total	629	746	1038	2413

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento

Tabela 12 - Tipo de atendimento

Tipo de Atendimento	jan/24	fev/24	mar/24	Total de Atendimentos
1 - Normal	222	228	282	732
2 - Preferencial	286	346	596	1228
3 - Agendado	14	23	23	60
Total	522	597	901	2020

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento

Tabela 13 - Tempo de Atendimento

Tipo de Atendimento	jan/24	fev/24	mar/24
1 - Normal	00:17:51	00:13:31	00:11:24
2 - Preferencial	00:17:06	00:13:50	00:11:29
3 - Agendado	00:17:39	00:19:22	00:16:36
Média de Tempo de Atendimento	00:17:32	00:15:34	00:13:10

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento

Tabela 14 - Tempo de Espera

Tipo de Atendimento	jan/24	fev/24	mar/24
1 - Normal	00:25:22	00:22:35	00:25:30
2 - Preferencial	00:25:05	00:26:40	00:21:32
3 - Agendado	00:24:18	00:30:28	00:28:03
Média de Tempo de Espera	00:24:55	00:26:35	00:25:02

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento

Atualizações de Manuais e Procedimentos

No 1º trimestre de 2024, foi iniciada a atualização do Manual e do Mapeamento de Processos dos Procedimentos para Instrução de Processos de Pensões.

Também começaram os levantamentos dos beneficiários de Aposentadoria por Invalidez para o estudo e realização das revisões desses benefícios, conforme a EC nº 103/2019.

Além disso, foram realizadas tratativas com o INSS para a formalização de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), que permitirá ao Iprev-DF solicitar as Certidões de Tempo de Contribuição (CTCs) do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em nome de seus beneficiários.

UNIDADE DE ATUÁRIA

A unidade de Atuária, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, tem a finalidade de assegurar as informações de âmbito atuarial, promover conjuntamente com as áreas correlatas os estudos internos, supervisionar, orientar e promover o equilíbrio financeiro-actuarial, atuando com zelo e presteza com dados e informações que são de responsabilidade da área, obedecendo o arcabouço legal e suas exigências em primazia.

Para prestar as informações relativas ao 1º trimestre de 2024, serão apresentados os dados da Avaliação Actuarial realizada em 2024, elaborada pela empresa INOVE Consultoria Actuarial.

Esse relatório contém a análise actuarial necessária para quantificar as obrigações previdenciárias do plano de benefícios do Governo do Distrito Federal. Também aborda as ações voltadas para a completa estruturação do sistema previdenciário dos servidores, adequando-o às novas determinações legais e buscando um modelo otimizado de gestão.

Esse modelo permite um controle total do fluxo de despesas previdenciárias, verifica sua estabilidade atual e propõe alternativas de custeio que favoreçam o equilíbrio e a perenidade do sistema. O relatório completo pode ser acessado no sítio eletrônico do Iprev-DF: <https://www.iprev.df.gov.br/avaliacao-actuarial-2/>.

Plano Previdenciário

Custo Previdenciário

A determinação do custo previdenciário foi realizada considerando o seguinte modelo de financiamento:

Tabela 15 - Tipo de Benefício e Regime Financeiro utilizado para o custeio

Benefício	Regime Financeiro
Aposentadoria Voluntária e Compulsória	Capitalização
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	Capitalização
Aposentadoria por incapacidade permanente	Capitalização
Reversão da Aposentadoria por incapacidade permanente em Pensão	Capitalização
Pensão por Morte do Servidor Ativo	Capitalização

Fonte: INOVE Consultoria Actuarial.

Benefícios em Capitalização

O Regime Financeiro de Capitalização (Full Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Distrito Federal, juntamente com os rendimentos oriundos da aplicação dos ativos financeiros, são incorporados às Provisões Matemáticas, que deverão ser suficientes para manter o compromisso total do Regime Próprio de Previdência Social para com os participantes sem que seja necessária a utilização de outros recursos, considerando que as premissas estabelecidas para o Plano Previdenciário se verificarão.

Conforme o inciso I, do artigo 30 da Portaria MTP nº 1.467/2022, o Regime Financeiro de Capitalização será utilizado para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

Dessa forma, para o cálculo dos benefícios de Aposentadoria Voluntária e Compulsória (reversível aos dependentes) utilizou-se o Regime Financeiro de Capitalização, tendo como método de acumulação de reservas o "Ortodoxo". Nesse método, o Custo Normal de cada benefício foi ponderado pelo respectivo Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) em relação ao Custo Normal Total definido pelas alíquotas determinadas em Lei.

Tabela 16 - Custo Normal dos Benefícios em Capitalização

Custo Normal	Custo Anual em R\$	Taxa sobre a folha de ativos
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	177.546.965,25	23,15%
Aposentadoria Especial – Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	32.441.837,48	4,23%
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	62.085.854,26	8,10%
Aposentadoria por incapacidade permanente	32.272.933,42	4,21%
Reversão da Aposentadoria por incapacidade permanente em Pensão	3.667.937,53	0,48%
Pensão por Morte do Servidor Ativo	10.251.751,89	1,34%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Custeio Administrativo

Importante destacar três conceitos no tocante a matéria, quais são:

- **Custo administrativo:** o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.
- **Taxa de administração:** compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.
- **Custeio administrativo:** é a contribuição considerada na avaliação atuarial para o financiamento do custo administrativo do RPPS, expressa em alíquota.

Ainda, o art. 53 da Portaria MTP nº1.467/2022, determina que o plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá cobrir os custos de todos os benefícios do RPPS e contemplar os recursos da taxa de administração.

Na data-focal desta reavaliação, o Iprev-DF assume uma taxa de administração de 0,50% do valor total da remuneração bruta dos servidores, aposentados e pensionistas, relativos ao exercício financeiro anterior, conforme disposto pela Lei nº 932/2017.

Entende-se como razoável, a utilização do respectivo limite estabelecido pela Portaria MTP nº 1.467/2022 para o porte do Distrito Federal, como custeio administrativo.

Custo Normal Total

O Custo Normal Anual Total do Plano é a soma dos valores necessários para formar as reservas destinadas ao pagamento de aposentadorias programadas e benefícios de risco, como pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez. Esse custo também inclui a taxa de administração.

O Custo Normal Anual é o montante necessário para manter o equilíbrio do plano durante o período de um ano, a partir da data da avaliação atuarial.

Na reavaliação atuarial anual obrigatória, as reservas deverão ser recalculadas e será verificado se há necessidade de ajustar a alíquota de contribuição.

Tabela 17 - Custo Normal

CUSTO NORMAL	Custo Anual em R\$	Taxa sobre a folha de ativos
Aposent. com reversão ao dependente	272.074.656,99	35,48%
Invalidez com reversão ao dependente	35.940.870,95	4,69%
Pensão de ativos	10.251.751,89	1,34%
Administração do Plano	3.834.545,54	0,50%
CUSTO NORMAL ANUAL TOTAL	322.101.825,37	42,00%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Plano de Custeio

Atualmente, as contribuições para o Plano Previdenciário do Iprev-DF totalizam 42%, sendo 14% para o servidor e 28% para o Distrito Federal.

Conforme o método de financiamento adotado nesta reavaliação, o Custo Normal foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei. Portanto, recomenda-se manter o patamar contributivo atual, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 18 - Plano de Custeio do Custo Normal recomendado

	Discriminação	Alíquota
Contribuição do Distrito Federal	Sobre a Folha Mensal dos Ativos	27,50%
	Sobre a Folha Mensal dos Aposentados	----
	Sobre a Folha Mensal dos Pensionistas	----
	Custeio Administrativo	0,50%
Contribuição do Segurado	Servidor Ativo	14,00%
	Aposentado	11,00% a 14,00%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao salário-mínimo vigente.

Conforme disposto no artigo 11 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a contribuição do Governo Distrital não poderá ser, nem inferior ao valor da contribuição do segurado, nem superior ao dobro dessa contribuição. Dessa forma, a contribuição patronal está de acordo com o citado dispositivo da legislação previdenciária.

Provisões Matemáticas e Resultado

Técnico Atuarial

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido (pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados.

Em outras palavras, corresponde ao somatório das reservas financeiras necessárias ao pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões descontadas as respectivas contribuições futuras que serão vertidas ao plano de previdência, tanto da parte patronal como da parte dos servidores, no que couber.

Ainda, as Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- **Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS; e
- **Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento que já foi concedido pelo RPPS.

A tabela a seguir apresenta as Provisões Matemáticas calculadas e a situação do sistema previdenciário (déficit, equilíbrio ou superávit), com base no plano de custeio estabelecido pela legislação vigente na data da avaliação atuarial.

Ainda, as Provisões Matemáticas, dividem-se em:

Tabela 19 - Provisões Matemáticas – Plano Previdenciário

Ano de Exercício da Avaliação Atuarial (Valores em R\$)	2024	2023	Variação % (2024/2023)
Base de Dados (ano da obtenção das informações)	2023	2022	-
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	-	-	-
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	-	-	-
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	(7.809.638,33)	(3.277.409,72)	138,29%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	695.323,72	283.267,66	145,47%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	-	-	-
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a pagar	-	-	-
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	(7.114.314,61)	(2.994.142,06)	137,61%
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(4.683.199.308,58)	(2.711.679.310,67)	72,70%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	3.979.889.391,94	2.264.980.966,00	75,71%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BPE)	280.991.958,51	189.817.551,75	48,03%
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	(422.317.958,13)	(256.880.792,92)	64,40%
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	(429.432.272,74)	(259.874.934,98)	65,25%
(+) Ativos Financeiros	830.975.282,75	454.655.413,71	82,77%
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	-	-	-
RESULTADO TÉCNICO ATUARIAL (PMBAC+PMBC+Ativos Financeiros+Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento)	401.543.010,01	194.780.478,73	106,15%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Para a estimar os Benefícios a conceder, considerou-se o tempo de serviço dos servidores antes de sua admissão no Distrito Federal para o RGPS. Essa estimativa correspondente a 6,00% do Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores ativos.

Cabe ressaltar que, como não possuímos os valores dos salários de contribuição de cada servidor no período a compensar, o cálculo do valor individual a receber foi limitado ao valor médio dos benefícios pagos RGPS, em conformidade com o art. 46 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Sensibilidade à taxa de juros

As análises deste tópico demonstram o quão sensíveis são as provisões matemáticas no tocante às variações na hipótese de taxa de juros.

Esta hipótese é utilizada para descontar as obrigações futuras do plano de benefícios junto aos segurados. Com isso, quanto maior a expectativa da taxa de juros a ser alcançada, menor será o valor dos encargos futuros, pois há, dessa forma, a presunção de maior retorno nas aplicações dos recursos do plano.

Desse modo, a redução da meta atuarial acarreta elevação das provisões matemáticas e, conseqüentemente, em piora dos resultados atuariais do plano de benefícios, com agravamento do déficit técnico.

Assim, para análise comparativa ao resultado atuarial apurado nesta Reavaliação Atuarial, segue abaixo os resultados obtidos se consideradas as taxas de 0,00% a 7,00% de juros ao ano, passando pela taxa utilizada nesta reavaliação, ou seja, 5,02%.

Tabela 20 - Sensibilidade das provisões quanto a variação da taxa de juros

Taxa de Juros	PMBAC (R\$)	PMBC (R\$)	PMBC + PMBAC (R\$)	Resultado Atuarial(R\$)
0,00%	15.519.664.550,09	13.799.798,74	15.533.464.348,83	(14.702.489.066,08)
0,50%	12.115.586.888,97	12.733.560,84	12.128.320.449,81	(11.297.345.167,06)
1,00%	9.408.058.289,72	11.793.160,21	9.419.851.449,93	(8.588.876.167,18)
1,50%	7.245.852.222,97	10.960.434,94	7.256.812.657,91	(6.425.837.375,16)
2,00%	5.512.554.064,57	10.220.188,42	5.522.774.252,99	(4.691.798.970,24)
2,50%	4.118.186.403,27	9.559.663,49	4.127.746.066,76	(3.296.770.784,01)
3,00%	2.992.883.184,66	8.968.112,40	3.001.851.297,06	(2.170.876.014,31)
3,50%	2.115.405.459,17	8.436.450,88	2.123.841.910,05	(1.292.866.627,30)
4,00%	1.436.492.004,04	7.956.973,70	1.444.448.977,74	(613.473.694,99)
4,50%	885.744.214,78	7.523.124,31	893.267.339,09	(62.292.056,34)
5,00%	438.357.526,6	7.129.305,30	445.486.831,91	385.488.450,84
5,02%	422.317.958,13	7.114.314,61	429.432.272,74	401.543.010,01

6,00%	(221.253.337,01)	6.443.252,53	(214.810.084,48)	1.045.785.367,23
6,50%	(461.769.567,25)	6.143.347,99	(455.626.219,26)	1.286.601.502,01
7,00%	(657.108.614,80)	5.867.936,36	(651.240.678,44)	1.482.215.961,19

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

De acordo com a tabela acima, observa-se um impacto expressivo nos resultados em função da variação da taxa de juros, haja vista se tratar de cálculos de longo prazo. Desse modo, comprova-se que a redução da meta atuarial eleva significativamente o déficit técnico.

Todavia, a definição pelas hipóteses não deve se basear nos resultados atuariais, mas sim nas características reais da massa de segurados, bem como no cenário econômico de longo prazo, por meio da realização de estudos específicos, que visem a adequação da hipótese da taxa de juros à realidade do plano de benefícios do Iprev-DF.

Composição da massa de segurados

Por se tratar de um Regime Próprio de Previdência Social com segregação de massa, os servidores admitidos a partir de 01/03/2019 serão alocados no Plano Previdenciário. Dessa forma, o Plano tende a um crescimento no quantitativo de servidores, até atingir o quantitativo total de servidores ativos existente no Distrito Federal.

Considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos.

Neste ínterim, torna-se essencial a constituição de um plano plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de Provisões Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.

Composição dos ativos garantidores do Plano Previdenciário

Os Ativos Garantidores do Plano, destinados aos benefícios dos segurados, estão posicionados em 31/12/2023, sendo:

- Renda Fixa: R\$ 759.795.469,50;
- Renda Variável: R\$ 71.179.813,25;

Ressalta-se que, em 31/12/2023, o Iprev-DF não possui reserva administrativa.

Situação financeira e atuarial do Plano Previdenciário

As Provisões Matemáticas perfaziam R\$ 429.432.272,74 na data-base da reavaliação Atuarial. Com um patrimônio de R\$ 830.975.282,75 para cobrir essas obrigações. Assim, constatou-se um superávit atuarial de R\$ 401.543.010,01, que representa um crescimento de 106,15% em relação a 2023.

Além disso, sobre a situação financeira do Plano Previdenciário, na data-base da reavaliação, verificou-se um resultado financeiro positivo, equivalente a 41,42% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Plano de Custeio a ser implementado

As contribuições atualmente vigentes vertidas ao Plano Previdenciário, para o Custo Normal, somam 42,00%. Conforme o método de financiamento adotado na reavaliação, o Custo Normal Total foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei.

Dessa forma, recomenda-se manter o Custo Normal vigente. A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao salário-mínimo.

Análise comparativa dos resultados

Em reação às alterações da Reavaliação Atuarial realizada em 2023 para a Reavaliação Atuarial de 2024, referente ao Plano Previdenciário, houve:

- Acréscimo de 64,40% na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder devido ao incremento na população do plano com entrada de novos servidores.
- Acréscimo de 137,61% na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos devido à concessão de novas pensões.

Em 2024, as Provisões Matemáticas para Benefícios Concedidos e a Conceder aumentaram 65,25% em relação ao total das mesmas provisões apuradas em 2023. Além disso, o Resultado Técnico Atuarial cresceu 106,15%.

Considerações Finais: Plano Previdenciário

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do Plano Previdenciário, em 31 de dezembro de 2023, apresenta-se de forma superavitária no seu aspecto financeiro e atuarial. Dessa forma, recomenda-se manter o custo normal.

Plano Financeiro

Custo Previdenciário

A determinação do custo previdenciário foi realizada considerando o seguinte modelo de financiamento:

Tabela 21 - Tipo de Benefício e Regime Financeiro utilizado para o custeio

Benefício	Regime Financeiro
Aposentadoria Voluntária e Compulsória	Capitalização
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	Capitalização
Aposentadoria por incapacidade permanente	Capitalização
Reversão da Aposentadoria por incapacidade permanente em Pensão	Capitalização
Pensão por Morte do Servidor Ativo	Capitalização

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Benefícios em Capitalização

O Regime Financeiro de Capitalização (Full Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Distrito Federal, juntamente com os rendimentos oriundos da aplicação dos ativos financeiros, são incorporados às Provisões Matemáticas, que deverão ser suficientes para manter o compromisso total do Regime Próprio de Previdência Social para com os participantes sem que seja necessária a utilização de outros recursos, considerando que as premissas estabelecidas para o Plano Previdenciário se verificarão.

Conforme o inciso I, do artigo 30 da Portaria MTP nº 1.467/2022, o Regime Financeiro de Capitalização será utilizado para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

Dessa forma, para o cálculo dos benefícios de Aposentadoria Voluntária e Compulsória (reversível aos dependentes) utilizou-se o Regime Financeiro de Capitalização, tendo como método de acumulação de reservas o "Ortodoxo". Nesse método, o Custo Normal de cada benefício foi ponderado pelo respectivo Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) em relação ao Custo Normal total definido pelas alíquotas determinadas em Lei.

Tabela 22 - Custo Normal dos Benefícios em Capitalização

Custo Normal	Custo Anual em R\$	Taxa sobre a folha de ativos
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	1.975.512.660,64	22,05%
Aposentadoria Especial – Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	427.579.348,09	4,77%
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	1.106.484.859,11	12,35%
Aposentadoria por Invalidez	149.182.594,95	1,66%
Reversão da Aposentadoria por Invalidez em Pensão	19.890.390,14	0,22%
Pensão por Morte do Servidor Ativo	40.173.408,07	0,45%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Custo Normal Total

O Custo Normal Anual Total do Plano é a soma dos valores necessários para formar as reservas para o pagamento de aposentadorias programadas e dos de benefícios de risco, como pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez. Esse custo também inclui a taxa de administração.

O valor do Custo Normal Anual é o montante necessário para manter o equilíbrio do Plano durante o período de um ano, a partir da data da avaliação atuarial.

Na reavaliação atuarial anual obrigatória, as reservas serão recalculadas e será verificado a necessidade de ajustar a alíquota de contribuição.

Tabela 23 - Custo Normal

CUSTO NORMAL	Custo Anual em R\$	Taxa sobre a folha de ativos
Aposent. com reversão ao dependente	3.509.576.867,84	39,16%
Invalidez com reversão ao dependente	169.072.985,09	1,89%
Pensão de ativos	40.173.408,07	0,45%
Administração do Plano	44.805.099,53	0,50%
CUSTO NORMAL ANUAL TOTAL	3.763.628.360,53	42,00%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Plano de Custeio

Atualmente, as contribuições para o Plano Previdenciário do Iprev-DF totalizam 42%, sendo 14% para o servidor e 28% para o Distrito Federal.

Conforme o método de financiamento adotado na reavaliação, o Custo Normal foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei. Portanto, recomenda-se manter o patamar contributivo atual, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 24 - Plano de Custeio do Custo Normal

Discriminação		Alíquota
Contribuição do Distrito Federal	Sobre a Folha Mensal dos Ativos	28,00%
	Sobre a Folha Mensal dos Aposentados	---
	Sobre a Folha Mensal dos Pensionistas	---
Contribuição do Segurado	Servidor Ativo	14,00%
	Aposentado	11,00% a 14,00%
	Pensionista	11,00% a 14,00%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Provisões Matemáticas e Resultado Técnico Atuarial

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido (pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados.

Em outras palavras, corresponde ao somatório das reservas financeiras necessárias ao pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões descontadas as respectivas contribuições futuras que serão vertidas ao plano de previdência, tanto da parte patronal como da parte dos servidores, no que couber.

Ainda, as Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC) = Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS; e
- Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) = Corresponde ao valor necessário para pagamento que já foi concedido pelo RPPS.

A tabela a seguir apresenta as Provisões Matemáticas calculadas e a situação do sistema previdenciário (déficit, equilíbrio ou superávit), com base no plano de custeio estabelecido pela legislação vigente na data da avaliação atuarial.

Tabela 25 - Provisões Matemáticas – Plano Financeiro

Ano de Exercício da Avaliação Atuarial	2024	2023	Variação % (2024/2023)
Base de Dados (ano da obtenção das informações)	2023	2022	-
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(98.074.265.967,86)	(92.344.305.515,80)	6,20%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	10.474.702.134,91	9.885.605.542,67	5,96%
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	(13.133.303.978,73)	(12.513.687.434,56)	4,95%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	1.325.160.883,67	1.271.601.390,80	4,21%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	6.433.669.387,68	3.938.628.229,01	63,35%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a pagar			-
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	(92.974.037.540,33)	(89.762.157.787,88)	3,58%
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(101.912.090.076,89)	(95.936.082.511,85)	6,23%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	31.208.832.021,86	30.139.577.957,02	3,55%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BPE)	5.388.525.481,72	6.013.771.902,20	-10,40%
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	(65.314.732.573,31)	(59.782.732.652,63)	9,25%
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	(158.288.770.113,64)	(149.544.890.440,51)	5,85%
(+) Ativos Financeiros	685.226.575,69	121.118.890,59	465,75%
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento			-
RESULTADO TÉCNICO ATUARIAL (PMBAC+PMBC+Ativos Financeiros+Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento)	(157.603.543.537,95)	(149.423.771.549,92)	5,47%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Para estimar os Benefícios a Conceder, considerou-se o tempo de serviço dos servidores antes de sua admissão no Distrito Federal para o RGPS. Essa estimativa correspondente a 5,29% do Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores Ativos.

Cabe ressaltar que, como não possuímos os valores dos salários de contribuição de cada servidor no período a compensar, o cálculo do valor individual a receber foi limitado ao valor médio dos benefícios pagos RGPS, em conformidade com o art. 46 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Sensibilidade à taxa de juros

As análises deste tópico demonstram o quão sensíveis são as provisões matemáticas no tocante às variações na hipótese de taxa de juros.

Esta hipótese é utilizada para descontar as obrigações futuras do plano de benefícios junto aos segurados. Com isso, quanto maior a expectativa da taxa de juros a ser alcançada, menor será o valor dos encargos futuros, pois há dessa forma, a presunção de maior retorno nas aplicações dos recursos do plano.

Desse modo, a redução da meta atuarial acarreta elevação das provisões matemáticas e, conseqüentemente, em piora dos resultados atuariais do plano de benefícios, com agravamento do déficit técnico.

Assim, para análise comparativa ao resultado atuarial apurado na Reavaliação Atuarial, segue abaixo os resultados obtidos se consideradas as taxas de 0,00% a 7,00% de juros ao ano, passando pela taxa utilizada na Reavaliação, ou seja, 4,78%.

Tabela 26 - Sensibilidade das provisões quanto a variação da taxa de juros

Taxa de Juros	PMBAC (R\$)	PMBC (R\$)	PMBC + PMBAC (R\$)	Resultado Atuarial (R\$)
0,00%	234.299.973.266,35	168.540.733.846,60	402.840.707.112,95	(402.155.480.537,26)
0,50%	201.628.927.098,01	156.810.567.554,47	358.439.494.652,48	(357.754.268.076,79)
1,00%	174.284.416.321,16	146.281.090.115,08	320.565.506.436,24	(319.880.279.860,55)
1,50%	151.284.284.588,82	136.799.589.977,75	288.083.874.566,57	(287.398.647.990,88)
2,00%	131.843.837.385,81	128.235.832.069,33	260.079.669.455,14	(259.394.442.879,45)
2,50%	115.334.524.405,57	120.478.356.057,46	235.812.880.463,03	(235.127.653.887,34)
3,00%	101.249.792.126,52	113.431.444.354,33	214.681.236.480,85	(213.996.009.905,16)
3,50%	89.179.614.057,76	107.012.628.213,84	196.192.242.271,60	(195.507.015.695,91)
4,00%	78.791.051.113,68	101.150.628.198,28	179.941.679.311,96	(179.256.452.736,27)
4,50%	69.811.956.570,57	95.783.646.820,34	165.595.603.390,91	(164.910.376.815,22)

4,78%	65.314.732.573,31	92.974.037.540,33	158.288.770.113,64	(157.603.543.537,95)
5,50%	55.237.854.237,83	86.533.973.335,69	141.771.827.573,52	(141.086.600.997,83)
6,00%	49.736.173.060,78	82.636.508.483,70	132.372.681.544,48	(131.687.454.968,79)
6,50%	44.909.701.518,88	79.035.249.213,54	123.944.950.732,42	(123.259.724.156,73)
7,00%	40.660.519.426,74	75.700.722.946,71	116.361.242.373,45	(115.676.015.797,76)

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

De acordo com a tabela acima, observa-se um impacto expressivo nos resultados em função da variação da taxa de juros, haja vista se tratar de cálculos de longo prazo. Desse modo, comprova-se que a redução da meta atuarial eleva significativamente o déficit técnico atuarial.

Todavia, a definição pelas hipóteses não deve se basear nos resultados atuariais, mas sim nas características reais da massa de segurados, bem como no cenário econômico de longo prazo, por meio da realização de estudos específicos, que visem a adequação da hipótese da taxa de juros à realidade do plano de benefícios do Plano Financeiro.

Composição da massa de segurado

A composição da população de servidores do Plano Financeiro demonstra que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 105,16% da massa de servidores ativos. Esta distribuição aponta para uma proporção de 0,95 servidores ativos para cada benefício concedido.

Considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos.

Composição dos ativos garantidores do Plano Financeiro

Os Ativos Garantidores do Plano Financeiro estão posicionados em 31/12/2023, sendo de R\$ 685.226.575,69 em Renda Fixa. Ressalta-se que, em 31/12/2023, o Iprev-DF não possui reserva administrativa.

No entanto, salienta-se que os valores do Fundo Constitucional não foram considerados como ativo garantidor do Plano Financeiro. Portanto, não impactam no resultado técnico atuarial.

Situação financeira e atuarial do Plano Financeiro

As Provisões Matemáticas do Plano Financeiro perfaziam R\$ 158.288.770.113,64 na data-base da Reavaliação Atuarial. Com um patrimônio de R\$ 685.226.575,69 para cobrir essas obrigações, constatou-se que o fundo apresentou um Déficit Técnico Atuarial de R\$ 157.603.543.537,95.

Ainda, sobre a situação financeira do Plano Financeiro, na data-base da reavaliação verifica-se um resultado financeiro negativo, que representa 52,79% da folha de remuneração

Plano de Custeio a ser implementado

As contribuições atualmente vertidas ao Iprev-DF, para o Plano Financeiro, somam 42,00% (14,00% para o servidor e 28,00% para o Distrito Federal). A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao teto dos benefícios pagos pelo RGPS.

Conforme o método de financiamento adotado nesta reavaliação, o Custo Normal foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei, recomenda-se manter o patamar contributivo atual.

Análise comparativa dos resultados

Em relação às alterações da Reavaliação Atuarial realizada em 2023 para a de 2024, referente ao Plano Financeiro, houve um aumento de 5,85% nas Provisões Matemáticas, devido:

- Aumento de benefícios concedidos: A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – PMBC, tem um comportamento natural de redução, de um exercício para outro, quando observado a mesma população. No entanto, houve concessões de benefícios de pensão, o que fez aumentar o valor dessa conta.
- Envelhecimento dos servidores presentes na última avaliação: A Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC, tem um comportamento natural de aumento, de um exercício para outro, quando observado a mesma população.

- Aumento do salário médio acima da inflação do período, indicando possível reajustes acima da inflação.

Não obstante, a variação da taxa de juros impacta nos valores das provisões matemáticas, especialmente para planos a duração do passivo longa.

Dessa maneira, caso os juros fossem mantidos em 4,79%, haveria aumento de 9,00% nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Aumento de 3,47% nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

Considerações Finais Plano Financeiro

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios do Plano Financeiro do Iprev-DF, em 31 de dezembro de 2023, apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto financeiro e atuarial, conforme comprova a existência do Déficit Técnico Atuarial.

Com relação ao grupo de participantes do Plano Financeiro, a despesa previdenciária evoluirá gradativamente e a receita reduzirá, havendo a necessidade de aumento de participação financeira do Distrito Federal, haja visto que o número de participantes ativos tende a reduzir e o de aposentadorias e pensões aumentar.

No entanto, num segundo momento, esses gastos começarão a reduzir, fazendo com que o custo previdenciário passe a ser decrescente, reduzindo gradativamente até a completa extinção do grupo. Assim, para esse grupo em extinção, o Distrito Federal arcará com a despesa previdenciária líquida juntamente com recursos porventura existentes em fundo específico.

Dessa forma, recomendamos manter o plano de custeio vigente para o Plano Financeiro.

CONTROLADORIA

À Controladoria, unidade orgânica de controle interno, comando e supervisão, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, compete, dentre outras, acompanhar a elaboração e a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, assim como encaminhá-los para aprovação do Diretor-presidente.

Dessa forma, consubstanciando-se na Lei nº 830, de 27 de dezembro de 1994, que criou o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital – Sicon, e em conformidade com o disposto no art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem como missão “assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo”, a fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo. As ações de Controle Interno do Iprev-DF, por sua vez, são acompanhadas pela Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF.

A Controladoria agrega em suas competências, além das atividades de Controle Interno, as funções de Ouvidoria, Gerência de Riscos e Divisão de Auditoria e Correição.

Dentre as atribuições da Controladoria, cumpre destacar a designação para a função de Encarregado Setorial, tendo como escopo, o elo entre o Controlador de Dados Pessoais do Iprev-DF e o Encarregado Governamental do Distrito Federal, vinculado à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

As ações de controle do Iprev-DF, também estão sujeitas à orientação, supervisão e fiscalização por parte do Ministério da Previdência Social do Governo Federal que tem, entre outras funções, a competência de realizar auditorias com vistas ao cumprimento da Legislação Previdenciária, além de depuração das informações encaminhadas por meio dos demonstrativos previdenciários.

O Controle Externo do Iprev-DF é realizado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único, do art. 70, da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade e um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime previdenciário, consoante se infere do inciso VI, do art. 1º, da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Além dos controles anteriormente citados, a Autarquia Previdenciária conta com a participação de representantes dos servidores, do governo e dos aposentados, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, órgãos colegiados integrantes da estrutura administrativa do Iprev-DF.

Ações de controle referentes ao 1º trimestre de 2024

– Controladoria

A Unidade de Controladoria é responsável pelo Controle Interno, Auditoria, Correição, Gestão de Riscos e Ouvidoria da Instituição. Cabe a Controladoria oferecer orientação preventiva aos gestores do Iprev-DF na identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias de gestão com o propósito de correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e cumprimento de normas.

Cabe salientar que no 1º trimestre deste exercício foram realizadas as seguintes ações de controle:

Elaboração de notas técnicas pela Controladoria no 1º trimestre

Tabela 27 - Notas técnicas elaboradas no 1º trimestre

Objeto	Ação de controle	Publicação do extrato do contrato	Valor da contratação
Aditivo de reajuste contratual de vagas de garagem entre edifício Bonaparte	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 82 de 30/04/2024	R\$ 13.951,72
Prestação de Serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização com disponibilização de equipamentos	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 52 de 15/03/2024	R\$ 582.826,56
Acompanhamento de execução contratual entre Iprev-DF e Imune Detetizadora	Acompanhamento da execução contratual	DODF nº 154 de 16/08/2022	R\$ 9.800,00

Aditivo de reajuste contratual de utilização de permissão de uso de área livre para estacionamento	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 47 de 08/03/2024	R\$ 1.675,64
Contratação Direta para inscrições no 6º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS em Florianópolis-SC	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 45 de 06/03/2024	R\$ 2.280,00
Recebimento de pagamento indevido de Entidade	Análise de compensação de valores ressarcidos pela Entidade	Não se aplica	R\$ 44.113,70
Análise de pedido de reversão de aposentadoria voluntária	Análise do ato de reversão	Não se aplica	Não se aplica
Aditivo de prorrogação contratual e reajuste de prestação de serviços de avaliação atuarial	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 77 de 25/04/2024	R\$ 29.172,35
Aditivo para reajuste e prorrogação contratual de serviços de telefonia	Análise de conformidade de contratação	DODF nº 09 de 12/01/2024	R\$ 32.819,39
Aditivo para prestação de serviços de uso de água e coleta de esgoto em regime de monopólio	Análise de conformidade de contratação		R\$ 48.000,00

Fonte: Controladoria

A Controladoria, no 1º trimestre, também realizou o monitoramento da Auditoria Externa do Tribunal de Contas do Distrito Federal no tocante ao Ofício nº 06/2024 - SEGEM que trata do seguinte escopo de auditoria, a análise dos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social conforme autorização pelo Plano Geral de Ação – PGA 2024, aprovado pela Decisão nº 80/2023.

Das ações de controle referentes ao Controle Externo cabe destacar como registros em caráter relevante pela Controladoria.

Tabela 28 - Controle de demanda de controle externo

Demandas	Quantidade recebida	Cumpridas	Em fase de cumprimento
TCDF	04	04	-
CGDF	02	-	02
Defensoria Pública	-	-	-
SSPREV – MF	-	-	-
Total	06	04	02

Fonte: Controladoria

Registra-se, também, o monitoramento das Decisões da Corte de Contas do Distrito Federal no tocante às diligências exaradas pelo Tribunal no que competem as revisões de atos de concessão de aposentadorias e pensões.

No tocante à apresentação dos dados de Controle Interno, destaca-se:

- participação na Audiência Pública – Fev/2024;
- Semana de Ambientação dos novos Servidores – Fev/2024;
- Apresentação ao Conselho de Administração quanto à execução orçamentária-financeira e demais atividades correlatas ao Controle na prestação de informações.

Das ações relativas ao Plano de Monitoramento Gerencial (PMG)

Para o exercício de 2024 a proposta da Controladoria no que concerne o Plano de Monitoramento Gerencial – PMG foi da realização dos seguintes Projetos para o Iprev-DF, dos quais, registra-se:

- Projeto 1: Elaborar e publicar o Relatório de Controle Interno com periodicidade semestral;
- Projeto 2: Implantar a Gestão de Riscos no Iprev-DF.

Ambos Projetos se encontram em andamento pela Unidade de acordo com os prazos estipulados pela Presidência.

Monitoramento do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

O Iprev-DF mantém como forma de controle, o monitoramento constante e contínuo sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

A regularidade permite a realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios e ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União e da liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, de acordo com a Lei nº 9.717 de 1998.

O Certificado referente ao 1º trimestre, encontra-se regular, conforme validade abaixo:

Imagem 4 - Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

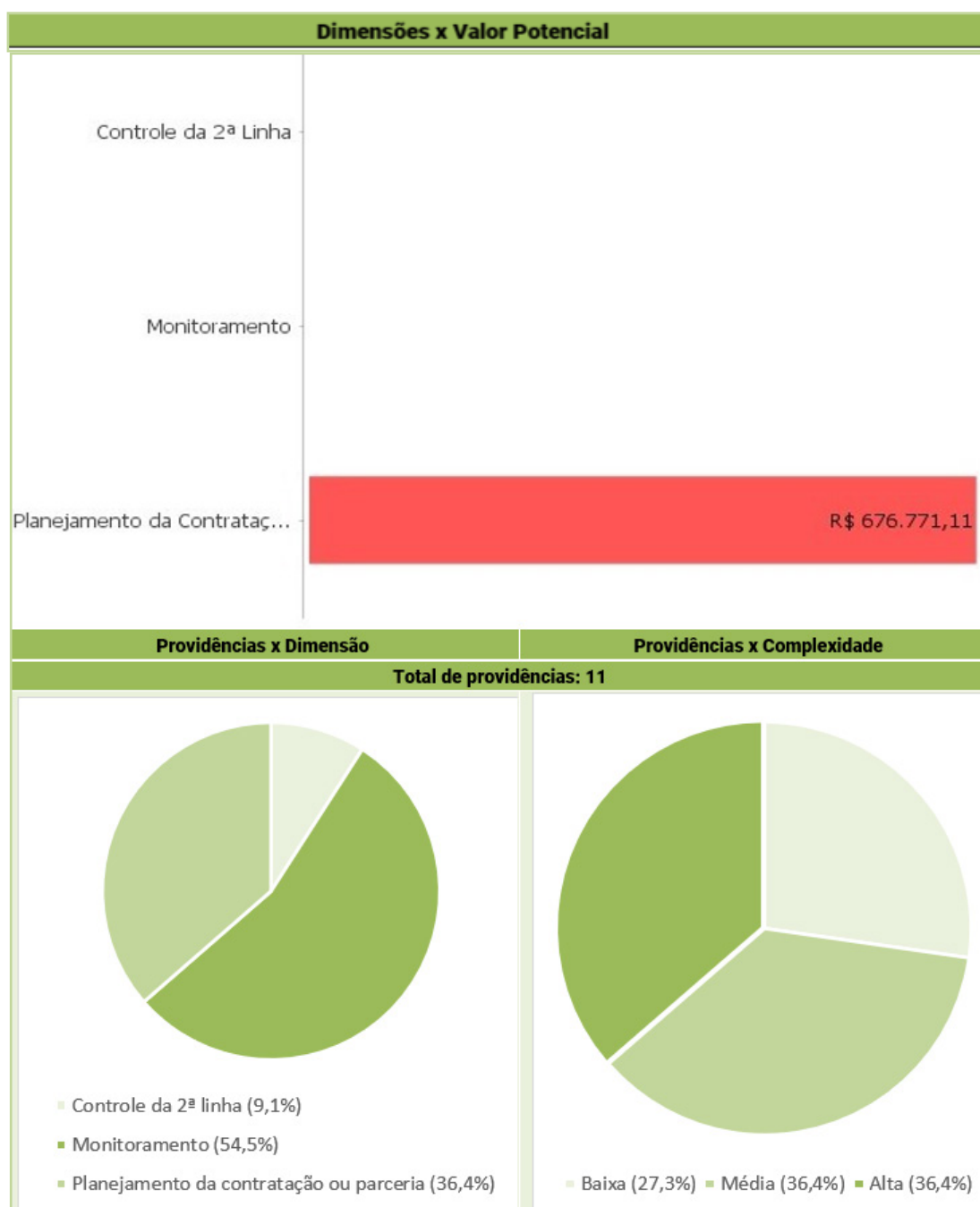
	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	
EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL	
Ente Federativo: Governo do Distrito Federal UF: DF CNPJ Principal: 00.394.601/0001-26	
É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA MPS Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O ESTADO ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, E AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTES CERTIFICADO.	
FINALIDADE DO CERTIFICADO	
Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:	
<ul style="list-style-type: none">i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;	
Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do estado	
A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: http://www.previdencia.gov.br , pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.	
Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.	
	
EMITIDO EM 01/12/2023 VÁLIDO ATÉ 29/05/2024	N.º 974001 - 227056

Fonte: CadPrev

Registros no Sistema de Gestão de Auditoria do Distrito Federal – SAEWEB

No intuito de aprimorar os controles, a Controladoria do Iprev-DF, desde o fim do ano de 2023, obteve acesso ao Sistema de Gestão de Auditoria – Saeweb, Módulo 5, após reuniões com a Controladoria Geral do Distrito Federal para otimização do Modelo de Três Linhas de Controle – IIA, das quais resultam neste 1º trimestre a serem discriminadas abaixo.

Tabela 29 - Dimensões de Controle Interno



Fonte: SAEWEB

Tabela 30 - Métricas da unidade de controle interno

Métrica	Mensuração trimestral	Acumulado ano
Quantidade total de providências	11	11
Valor potencial total analisado	676.771,11	676.771,11
Média do valor potencial por providência	169.192,78	169.192,78
Quantidade de providências sem estimativa de valor	7	7
Média da quantidade de providências por atividade	1,00	1,00
Média de colaboradores por providência	1,27	1,27
% Atividades com vínculo com o PAINT 2024	100,00	100,00
% Atividades com recomendação de órgão de controle	45,00	45,00

Fonte: SAEWEB

OUVIDORIA

Manifestações de Ouvidoria

Análise quantitativa e qualitativa das manifestações de ouvidoria.

MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA

1	ELOGIO	14
2	SOLICITAÇÃO	09
3	RECLAMAÇÃO	08
4	INFORMAÇÃO	05
5	DENÚNCIA	01
6	SUGESTÃO	00
TOTAL		37



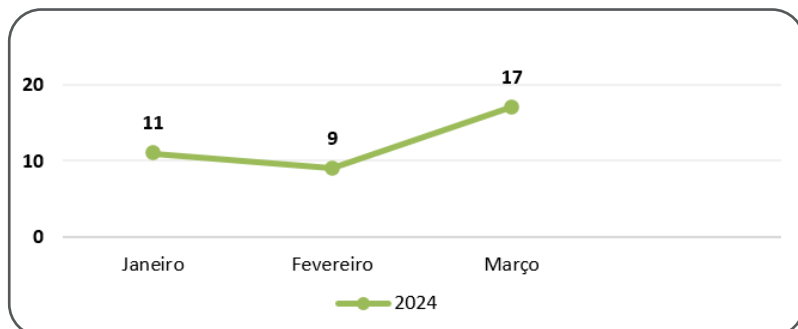
Conforme dados do [Painel de Ouvidoria](#) do Distrito Federal, as manifestações de ouvidoria classificadas como “elogio” foram as mais selecionadas pelos cidadãos no 1º trimestre de 2024, correspondendo a 37,8% do total de manifestações respondidas no âmbito do Iprev-DF.



Fonte: www.painel.ouv.df.gov.br

Evolução mensal das manifestações de ouvidoria

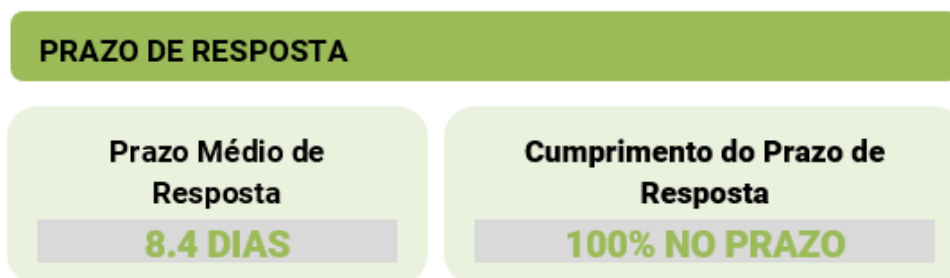
Gráfico 7 - Evolução Mensal dos Pedidos de Acesso à Informação



Registra-se um aumento de 85% de manifestações de ouvidoria respondidas no âmbito do Iprev-DF, se comparados ao mesmo período em 2023.

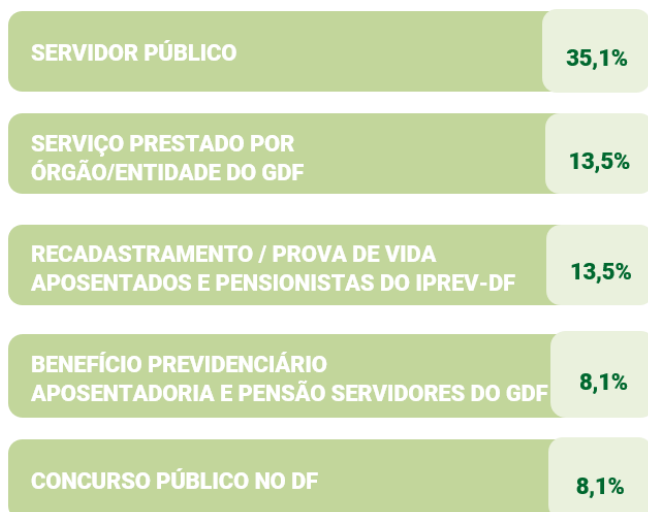
Fonte: www.participa.df.gov.br (painel de transparência passiva)

Prazo de Resposta às Manifestações de Ouvidoria



Fonte: www.painel.ouv.df.gov.br

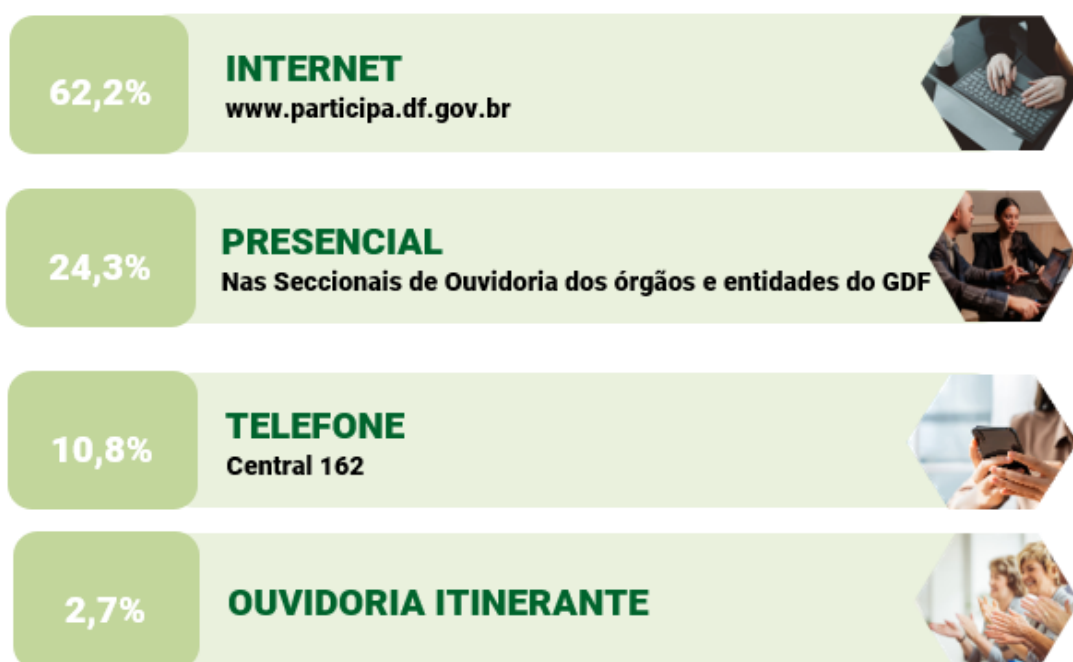
Recorte dos cinco temas mais utilizados pelos cidadãos no 1º Trimestre de 2024



Destaca-se que, 69,2% das manifestações relacionadas ao assunto "Servidor Público" foram classificadas como "elogio", o que evidencia a qualidade do atendimento ofertado aos cidadãos.

Fonte: www.painel.ouv.df.gov.br

Canais de Atendimento



Fonte: www.painel.ouv.df.gov.br

Indicadores

As metas das Seccionais de Ouvidoria são aferidas a partir da avaliação realizada pelo cidadão e conforme resultado da Pesquisa de Satisfação



Totas as metas estabelecidas foram alcançadas ou superadas no 1º Trimestre de 2024.



Obs.: As Manifestações de "Elogio", "Informação" e "Sugestão", bem como as "Reclamações e Denúncias Anônimas" não são avaliadas por parte do cidadão, quanto a resolutividade.

Fonte: www.painel.ouv.df.gov.br

Pedidos de acesso à informação

A Ouvidoria do Iprev-DF também atua como Serviço de Informação ao Cidadão, sendo responsável pelos pedidos de acesso à informação, registrados via Plataforma Participa-DF.

Análise quantitativa dos pedidos de acesso à informação



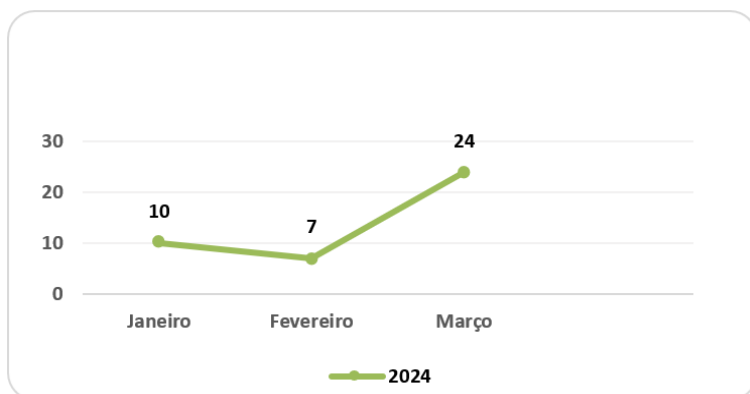
PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

41

Fonte: www.participa.df.gov.br

Evolução mensal dos pedidos de acesso à informação

Gráfico 8 - Evolução Mensal dos Pedidos de Acesso à Informação



Registra-se um aumento de 86% de pedidos de acesso à informação respondidos no âmbito do Iprev-DF, se comparados ao mesmo período em 2023.

Fonte: www.participa.df.gov.br (painel de transparência passiva)

Prazo de resposta aos pedidos de acesso à informação

PRAZO DE RESPOSTA

Prazo Médio de Resposta

11 DIAS

Cumprimento do Prazo de Resposta

100% NO PRAZO

Fonte: www.participa.df.gov.br (painel de transparência passiva)

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria de Administração e Finanças, unidade orgânica de comando, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, tem por competência dirigir, supervisionar, orientar e controlar a execução setorial das atividades de gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, serviços gerais, administração de material, patrimônio mobiliário, comunicação administrativa, apoio administrativo e serviços gerais; supervisionar a formulação da política de recursos humanos, contendo inclusive a qualificação e o treinamento dos servidores do Iprev-DF; supervisionar as atividades de contabilidade geral, de elaboração da prestação de contas e dos demonstrativos econômico/ financeiros.

Gestão de Pessoal

Quantitativo

O quadro de pessoal desta Autarquia é formado por servidores de cargos efetivos, cargos comissionados e estagiários, conforme tabela a seguir:

Tabela 31 - Quantitativo de servidores Iprev-DF 1º trimestre de 2024

Demonstrativo do quantitativo de servidores - 2024			
Tipo de cargo	Janeiro	Fevereiro	Março
Estatutário (efetivos e cedidos do Iprev)	8	8	40
Estatutário (requisitados, a disposição e comissionados com vínculo)	50	50	49
Comissionado de outras esferas de poder	1	1	1
Comissionado sem vínculo	77	77	77
À disposição por convênio	2	2	2
Estagiários	12	13	11
Jovem candango – Contrato SEJUS/DF	3	2	2
Total/mês	153	153	182

Fonte: DIAFI/GESPE

Concurso e Posse

O 1º Concurso Público do Iprev-DF para a Carreira de Analista Previdenciário, criada por meio da Lei nº 6.777, de 30 de dezembro de 2020, foi homologado em 02 de junho de 2023, com 65 (sessenta e cinco) vagas imediatas.

As nomeações tiveram início em fevereiro de 2024, conforme demonstra o Quadro abaixo:

Tabela 32 - Concurso Público – Nomeação e Posse

Analista Previdenciário	Quantidade de cargos	Nomeação DODF nº 34, 20/02/2024	
		Nomeados	Em exercício
Especialista em Atuária	2	2	2
Especialista em Investimentos	3	3	2
Especialista em Previdenciário	60	35	28
Total	65	40	32

Fonte: DIGEP/COAD/DIAFI

Treinamento e Capacitação

No 1º trimestre de 2024, os servidores do Iprev-DF participaram de 61 (sessenta e um) cursos/treinamento, equivalente a mais de 4.000 horas, e 11% dos servidores qualificados com, pelo menos, 30 horas.

Dentre as capacitações realizadas, destacam-se:

Tabela 33 - Treinamento e capacitação no 1º trimestre de 2024

Treinamento e Capacitação		
Nome do curso	Mês	Carga Horária
78ª Reunião Ordinária de Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV	1º Trimestre: 27 a 28/02/2024	12 horas
6º Congresso Brasileiro de Investimentos voltados dos RPPS e 13º Congresso Nacional Estadual da ASSIMPASC	1º Trimestre: 06 a 08/03/2024	16 horas

Fonte: NUCAP/DIGEP/COAD/DIAFI

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento público pode ser entendido como o ato administrativo revestido de força legal, que estabelece um conjunto de ações governamentais a serem realizadas durante determinado período de tempo. Basicamente é o que se planeja receber de recursos financeiros, a previsão de onde se vai gastar e em quais áreas de atuação serão utilizados, ou seja quais os programas de trabalho.

O Planejamento Orçamentário do Iprev-DF para o exercício de 2024 foi aprovado pela Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 89-B, Edição Extra de 29 de dezembro de 2023, no valor total de R\$ 5.382.477.434,00 (cinco bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil e quatrocentos e trinta e quatro reais).

Receitas

A estimativa de arrecadação das receitas do Iprev-DF é prevista no exercício anterior. A apuração financeira ocorre ao longo do exercício vigente e em grande parte é oriunda da contribuição previdência patronal e dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

Os contribuintes são divididos no Plano Financeiro – para os servidores que ingressaram no Governo do Distrito Federal até março de 2019 e no Plano Capitalizado – para os servidores que ingressaram a partir de março de 2019, conforme demonstra o Quadro abaixo:

Tabela 34 - Planilha de receitas do 1º trimestre de 2024

Receitas					
Planilha de Receitas Orçadas X Arrecadadas Ano 2024 – Fundo Financeiro					
Fontes	Receita	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
206/253/2 54/255	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor	R\$ 134.295.793,57	R\$ 193.469.068,39	R\$ 160.330.130,74	R\$ 488.094.992,70
266/263/2 64/265	Contribuição patronal para o RPPS	R\$ 197.148.755,82	R\$ 199.410.353,41	R\$ 200.115.103,77	R\$ 596.674.213,00
233	Compensação previdenciária em regimes geral e próprios	R\$ 57.550.793,33	R\$ 46.420.626,19	R\$ 43.620.878,16	R\$ 147.592.297,68
267	Remuneração de depósitos bancários do RPPS	R\$ 5.293.969,96	R\$ 690.422,44	R\$ 9.900.697,14	R\$ 15.885.089,54
Total		R\$ 394.289.312,68	R\$ 439.990.470,43	R\$ 413.966.809,81	R\$ 1.248.246.592,92

Planilha de Receitas Orçadas X Arrecadadas Ano 2024 – Fundo Capitalizado					
Fontes	Receita	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
206/253/2 54/255	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor	R\$ 8.689.399,04	R\$ 9.517.421,24	R\$ 11.699.841,10	R\$ 29.906.661,38
266/263/2 64/265	Contribuição Patronal para o RPPS	R\$ 18.443.551,29	R\$ 19.088.884,86	R\$ 21.887.409,23	R\$ 59.419.845,38
267	Remuneração de Depósitos Bancários do RPPS	R\$ 2.658.465,06	- R\$ 212.730,04	R\$ 14.571.035,07	R\$ 17.016.770,09
Total		R\$ 29.791.415,39	R\$ 28.393.576,06	R\$ 48.158.285,40	R\$ 106.343.276,85
Planilha de Receitas Orçadas X Arrecadadas Ano 2024 – Fundo Garantidor					
Fontes	Receita	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
267	Remuneração de Depósitos Bancários do RPPS	R\$ 16.087.518,27	R\$ 718.645,37	R\$ 74.642.918,65	R\$ 90.011.791,55
Total		R\$ 16.087.518,27	R\$ 718.645,37	R\$ 74.642.918,65	R\$ 90.011.791,55
Planilha de Receitas Orçadas X Arrecadadas Ano 2024 – Taxa de Administração					
Fontes	Receita	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
267	Remuneração de Depósitos Bancários do RPPS	R\$ 54,47	R\$ 15.712,89	R\$ 925.401,75	R\$ 941.169,11
280	Taxa de Administração – RPPS	R\$ 2.128.841,82	R\$ 2.128.846,75	R\$ 2.098.977,92	R\$ 6.356.666,49
Total		R\$ 2.128.896,29	R\$ 2.144.559,64	R\$ 3.024.379,67	R\$ 7.297.835,60

Fonte: Receitas Orçadas X Arrecadadas/ SIGGO

Despesas

A despesa do Iprev-DF é realizada na Taxa de Administração- Unidades Gestora: 32021, que é a unidade responsável pela manutenção do RPPS, compreendendo a administração de pessoal ativo, os encargos e custeio geral.

O Fundo Financeiro, Unidade 320203, é responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários, compreendendo aposentados e pensionistas que ingressaram no Governo do Distrito Federal até março de 2019.

O Fundo Capitalizado, Unidade 320206, é responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários, compreendendo aposentados e pensionistas que ingressaram no Governo do Distrito Federal a partir de março de 2019, conforme síntese apresentada no Quadro abaixo:

Tabela 35 - Detalhamento de execução de despesas

Execução de Despesas – Contábil					
Unidade Gestora	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo Disponível
320201 – Taxa de Administração	R\$ 32.415.864,00	R\$ 8.712.886,03	R\$ 3.945.062,94	R\$ 3.945.062,94	R\$ 23.870.841,97
320203 – Fundo Financeiro	R\$ 5.349.754.829,00	R\$ 1.232.134.709,50	R\$ 1.231.666.788,60	R\$ 1.231.666.788,60	R\$ 3.731.676.930,42
320206 – Fundo Capitalizado	R\$ 306.741,00	R\$ 128.261,08	R\$ 128.261,08	R\$ 128.261,08	R\$ 306.613.179,82
Total	R\$ 5.382.477.434,00	R\$ 1.240.975.856,61	R\$ 1.235.740.112,62	R\$ 1.235.740.112,62	R\$ 4.062.160.952,21

Fonte: Quadro de detalhamento de despesas/SIGGO

Folha de Pagamento

A Divisão de Gestão de Pessoas/COAD/DIAF é responsável pelo pagamento dos servidores ativos, sem vínculo e os conselheiros.

As despesas de pessoal e os encargos sociais estão representados no Quadro abaixo:

Tabela 36 - Despesas com pessoal ativo

Despesas Pessoal Ativo – UG:320201 – Instituto de Previdência dos Servidores do DF				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Vencimentos e salários	R\$ 50.775,32	R\$ 50.775,32	R\$ 177.128,88	R\$ 278.679,52
Abono de permanência	R\$ 941,44	R\$ 1.882,88	R\$ 948,69	R\$ 3.773,01
Vantagem pecuniária individual	R\$ 245,53	R\$ 245,53	R\$ 245,53	R\$ 736,59
Gratificação de tempo de serviço	R\$ 8.706,79	R\$ 8.706,79	R\$ 8.758,52	R\$ 26.172,10
13º salário	R\$ 21.190,00	R\$ 31.493,63	R\$ 18.550,00	R\$ 71.233,63
Férias – abono pecuniário	-	-	-	-
Férias – abono constitucional	R\$ 6.903,48	R\$ 6.086,97	R\$ 6.098,32	R\$ 19.088,77
Gratificação por exercício de cargo em comissão	R\$ 600.903,75	R\$ 608.496,27	R\$ 606.605,72	R\$ 1.816.005,74
Gratificação por habilitação	R\$ 11.400,61	R\$ 11.400,61	R\$ 11.400,61	R\$ 34.201,83
Gratificação por titulação – GTIT	R\$ 756,00	R\$ 756,00	R\$ 756,00	R\$ 2.268,00
Gratificação de atividade – GAT	-	-	-	-
Substituições	-	-	-	-
Contribuição patronal para o RPPS	R\$ 19.915,91	R\$ 21.798,80	R\$ 55.309,39	R\$ 97.024,10
Auxílio transporte – RPPS	-	R\$ 86,15	-	R\$ 86,15
RPPS – Regime Próprio (Estatutários Financeiro)	R\$ 721.738,83	R\$ 741.728,95	R\$ 885.801,66	R\$ 2.349.269,44
Vantagem pecuniária individual	-	-	-	-
13º salário	-	-	-	-
Licença prêmio por assiduidade	R\$ 4.024,95	R\$ 4.047,89	-	R\$ 8.072,84
Atualização monetária e juros de mora pessoal	-	-	-	-
Instituto Nacional de Seguro Social – INSS	R\$ 90.052,86	R\$ 89.785,97	R\$ 89.829,88	R\$ 269.668,71
Contribuição patronal previdência privada	-	-	-	-
Auxílio alimentação – RGPS	R\$ 53.760,00	R\$ 53.760,00	R\$ 78.487,18	R\$ 186.007,18
Auxílio transporte – RGPS	R\$ 1.329,32	R\$ 2.305,20	R\$ 3.345,06	R\$ 6.979,58
Auxílio creche – RGPS	R\$ 167,76	R\$ 167,76	R\$ 335,52	R\$ 671,04
Indenização e restituições pessoal	-	-	-	-
Indenização por exoneração e demissão	-	R\$ 624,40	-	R\$ 624,40
Substituições – RGPS Financeiro	R\$ 30.313,01	R\$ 16.655,15	R\$ 11.295,64	R\$ 58.263,80
RGPS – Regime Geral (sem vínculo)	R\$ 179.647,90	R\$ 167.346,37	R\$ 183.293,28	R\$ 530.287,55
Ressarcimento de encargos e salários	-	R\$ 33.242,50	R\$ 33.253,58	R\$ 66.496,08
Pessoal requisitado de outros órgãos	-	R\$ 33.242,50	R\$ 33.253,58	R\$ 66.496,08
Atualização monetária e juros de mora pessoal	-	-	-	-
Indenizações e restituições pessoal	-	-	-	-
Sentenças judiciais a ex-empregados – RPPS Financeiro	-	-	-	-
Total	R\$ 901.386,73	R\$ 942.317,82	R\$ 1.102.348,52	R\$ 2.946.053,07
Restos a pagar processados – RPP	R\$ 927.601,89	R\$ 10.550,00	-	R\$ 938.151,89
Restos a pagar não processados – RNPP	R\$ 4.260,59	R\$ 1.462,58	-	R\$ 5.723,17

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO

Despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais

A Diretoria de Previdência é a unidade responsável pela gestão e elaboração da folha de pagamento dos servidores aposentados e pensionistas que estão alocados no Fundo Financeiro e Fundo Capitalizado.

Fundo Financeiro

As despesas com os benefícios dos servidores alocados no Fundo Financeiro, destacando-se que as despesas custeadas pelo Fundo Constitucional, constam no Quadro abaixo apenas para registro de informação, uma vez que a contabilidade é de gestão e responsabilidade da Secretaria de Economia do Distrito Federal:

Tabela 37 - Despesas com benefícios previdenciários e assistencias, alocados no Fundo Financeiro

Benefícios Previdenciários e Assistenciais				
Despesas – Benefícios previdenciários e assistenciais	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Aposentadorias por tempo de contribuição	R\$ 327.623.102,54	R\$ 367.000.429,27	R\$ 307.704.406,97	R\$ 1.002.327.938,78
Aposentadorias compulsórias	-	-	-	-
Aposentadorias especiais – Atividade de risco	-	-	-	-
Aposentadorias e Reformas	R\$ 327.623.102,54	R\$ 367.000.429,27	R\$ 307.704.406,97	R\$ 1.002.327.938,78
Pensões RPPS Financeiro	R\$ 76.950.853,38	R\$ 81.998.826,92	R\$ 75.102.724,85	R\$ 234.052.405,15
Pensões	R\$ 76.950.853,38	R\$ 81.998.826,92	R\$ 75.102.724,85	R\$ 234.052.405,15
Auxílio Funeral – Inativo civil	R\$ 487.863,69	R\$ 604.919,12	R\$ 614.557,89	R\$ 1.707.340,70
Total	R\$ 405.061.819,61	R\$ 449.604.175,31	R\$ 383.421.689,71	R\$ 1.238.087.684,63
Restos a pagar processados – RPP	R\$ 397.140.024,66	R\$ 1.755,17	R\$ 784,83	R\$ 397.142.564,66
Restos a pagar não processados – RNPP	R\$ 1.717.722,36	R\$ 1.214.591,07	-	R\$ 2.932.313,43

Valores pagos com recursos do fundo constitucional do DF – 2023	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Inativos	-	R\$ 413.654.273,12	R\$ 338.639.863,94	R\$ 752.294.137,06
Pensionista	-	R\$ 31.596.619,88	R\$ 26.360.136,06	R\$ 57.956.755,94
Total	-	R\$ 445.25.893,00	R\$ 365.000.000,00	R\$ 810.250.893,00

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO

Fundo Capitalizado

As despesas com os benefícios dos servidores alocados no Fundo Capitalizado estão demonstradas no quadro abaixo:

Tabela 38 - Despesas com benefícios previdenciários e assistências, alocados no Fundo Capitalizado

Benefícios Previdenciários e assistências				
Despesas Benefícios previdenciários e assistências	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Aposentadorias por tempo de contribuição	R\$ 7.556,28	R\$ 7.556,28	R\$ 7.556,28	R\$ 22.668,84
Aposentadorias compulsórias	-	-	-	-
Aposentadorias especiais – Atividade de risco	-	-	-	-
Aposentadorias e reformas	R\$ 7.556,28	R\$ 7.556,28	R\$ 7.556,28	R\$ 22.668,84
Pensões RPPS Financeiro	R\$ 39.951,26	R\$ 31.191,68	R\$ 34.449,30	R\$ 105.592,24
Pensões	R\$ 39.951,26	R\$ 31.191,68	R\$ 34.449,30	R\$ 105.592,24
Auxílio funeral – Inativo civil	-	-	-	-
Total	R\$ 47.507,54	R\$ 38.747,96	R\$ 42.005,58	R\$ 128.261,08
Restos a pagar processados – RPP	R\$ 61.145,01	-	-	R\$ 61.145,01
Restos a pagar não processados - RNPP	-	-	-	-

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO

Despesas Administrativas

Custeio das Despesas Administrativas

As despesas administrativas de contratos, aquisições e a manutenção geral são custeadas com os recursos da Taxa de Administração, cujo aporte é efetuado por meio de sub-repasse da contribuição previdenciária total oriunda do Fundo Previdenciário e Fundo Capitalizado, na alíquota de 0,5%, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 932/2008.

No 1º trimestre de 2024, as despesas ocorreram na forma representada no Quadro abaixo:

Tabela 39 - Despesas administrativas do 1º trimestre de 2024

Despesas Administrativas – UG:320201 – Instituto de Previdência dos Servidores do DF				
Despesas Administrativas	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Uso de Material de Consumo				
Serviços Terceiros P.F. – JETONS a Conselheiros	R\$ 35.321,27	R\$ 31.206,17	R\$ 33.263,72	R\$ 99.791,16
Diárias	-	-	R\$4.857,31	R\$ 4.857,31
Telecomunicações – Telefonia fixa e Certificado digital	R\$ 736,59	R\$ 920,63	R\$ 861,37	R\$ 2.518,59
Comunicação em geral - Correios	R\$ 30.864,80	R\$ 449,74	R\$ 59.610,16	R\$ 90.924,70
Manutenção e conservação de bens imóveis	-	-	-	-
Limpeza e conservação	-	-	-	-
Água e esgoto	R\$ 325,26	R\$ 314,64	R\$ 293,46	R\$ 933,36
Energia elétrica	R\$ 10.666,04	R\$ 10.266,68	R\$ 12.391,44	R\$ 33.324,16
Locação de imóveis	-	R\$ 244.383,39	R\$ 244.383,39	R\$ 488.766,78
Condomínios	R\$ 10.597,00	R\$ 75.836,87	R\$ 87.650,48	R\$ 174.084,35
Seleção e treinamento	-	-	R\$ 2.280,00	R\$ 2.280,00
Serviços de cópias e reproduções de documentos	R\$ 2.302,99	R\$ 6.806,69	R\$ 3.002,95	R\$ 12.112,63
Serviços técnicos-profissionais	R\$ 25.994,72	R\$ 14.074,53	R\$ 14.687,98	R\$ 54.757,23
Passagens para o país	-	-	R\$ 15.975,52	R\$ 15.975,52
Serviços de agenciamento de viagens	-	-	-	-
Anuidades e taxas em associações, federações e conselhos	-	-	-	-
Levantamentos, prospecções e análise de dados	-	R\$ 3.730,00	R\$ 10.385,12	R\$ 14.115,12
Serviços de publicidade institucional	-	-	-	-
Serviço de apoio técnico administrativo	-	-	R\$ 392,00	R\$ 392,00
Outros serviços de terceiros - PJ	R\$ 24.010,34	R\$ 26.600,47	R\$ 24.580,97	R\$ 75.191,78
Serviços	R\$ 140.819,01	R\$ 414.589,81	R\$ 514.615,87	R\$ 1.070.024,69
Atividade meio				
Repasso diferidos a liberar – limite financeiro administração indireta e fundo	-	-	-	-
Direitos e obrigações em outras UGS	-	-	-	-
Recursos para restos a pagar não processados	-	-	-	-
Transferências entre UGS	-	-	-	-
Recursos a receber de outros órgãos do GDF	-	-	-	-
Recursos a receber de outros créditos a receber contrapartida	-	-	-	-
Desincorporação de ativos – Créditos – Contrib prev a receber RPPS	-	-	-	-
Multas indedutíveis	-	-	-	-
Outros impostos	-	-	-	-

Contribuições para o PIS/PASEP	-	R\$ 8.931,01	R\$ 9.030,12	R\$ 17.961,13
Compensação financeira entre RGPS/RPPS	-	-	-	-
Obrigações patronais – serv. Terc. Pessoa Física	R\$ 411,51	R\$ 411,51	R\$ 411,51	R\$ 1.234,53
Atividade fim	R\$ 411,51	R\$ 9.342,52	R\$ 9.441,63	R\$ 19.195,66
Total Geral	R\$ 141.230,52	R\$ 423.932,33	R\$ 524.057,50	R\$ 1.089.220,35

Restos a pagar processados - RPP	R\$ 772.129,34	R\$ 10.550,00	-	R\$ 782.679,34
Restos a pagar não processados - RNPP	R\$ 94.575,48	R\$ 3.803,74	-	R\$ 98.379,22

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO

Gerenciamento do Custeio e Contratos

Atualmente, há 22 (vinte e dois) contratos vigentes, os quais englobam prestação de serviços, convênios e aquisição de bens, conforme demonstra o quadro abaixo:

Tabela 40 - Contratos vigentes no 1º trimestre de 2024

Contratos Vigentes					
Ordem	Contrato nº	Empresa	Objeto	Vigência – Início/Fim	
1	005/2019	Estrutural Empreendimentos LTDA	Locação do imóvel da sede do Iprev-DF.	20/11/2019	20/11/2024
2	007/2019	SOS Tecnologia e Gestão da Informação LTDA	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em acervo arquivístico	15/06/2019	14/06/2024
3	001/2020	INOVE Consultoria Atuarial LTDA	Serviços técnicos de avaliação atuarial anual e estudo de gestão de ativos e passivos (<i>Asset Liability Management - ALM</i>)	22/04/2021	22/04/2025
4	003/2020	Fundação de amparo ao trabalhador preso - FUNAP	Prestação de serviços relacionados à manutenção e conservação predial – limpeza interna e externa, com fornecimento de mão-de-obra de oito reeducandos	02/09/2020	02/09/2024
5	005/2020	Fundação de amparo ao trabalhador preso - FUNAP	Prestação de serviços gerais: limpeza, conservação, recolhimento de bens servíveis/inservíveis, montagem e desmontagem de móveis em geral e copeiragem.	21/09/2020	21/09/2024

6	9912515670	Empresa brasileira de Correios e telégrafos	Contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos CORREIOS tipo OURO 3.	28/12/2020	28/12/2024
7	001/2021	OI S.A.	Prestação de serviço para central telefônica PABX.	14/01/2021	15/01/2025
8	003/2021	Agência Estado S.A.	Prestação de serviços de licenciamento de conteúdo de informações financeiras e econômicas em caráter tempestivo.	20/04/2021	20/04/2025
9	005/2021	Let Tel Distribuidora de Telefonia LTDA	Aquisição de equipamentos de redes - Switches, Transceiver e Access Point, para atender as demandas do Iprev-DF.	01/10/2021	01/10/2026
10	ACT 002/2022	Banco de Brasília S/A	Disponibilização e prestação de serviço de aplicativo digital na plataforma mobile, pelo BRB para os beneficiários do Iprev-DF para realização da prova de vida.	24/03/2022	24/03/2027
11	002/2022	Casa Civil do Distrito Federal	Prestação de serviços de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF)	03/08/2022	03/08/2027
12	CA 7029/2022	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A.	Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV, visando atender os objetivos estratégicos.	29/12/2021	30/12/2026
13	001/2023	Big Chaves Comércio, serviço de chaves, carimbos e sistema de segurança LTDA	Prestação de serviços de chaveiro com fornecimento de material, instalação e conserto de chaves, fechaduras e cadeados.	13/06/2023	12/06/2024
14	002/2023	Paramita Tecnologia Consultoria Financeira LTDA	Prestação de serviços para licença do Pacote sugerido da "Quantum Axis Online"	02/08/2023	02/08/2024
15	003/2023	Start Tecnologia LTDA	Aquisição de material de consumo de sinalização visual e afins (crachá, cordão, porta-crachá, etiquetas de identificação de visitantes).	31/10/2023	31/10/2024
16	004/2023	NP Capacitação e soluções tecnológicas LTDA	Fornecimento de 2 assinaturas do produto Banco de Preços, com validade de 12 meses, por meio de acesso monousuário mediante login e senha para cada acesso.	09/11/2023	09/11/2024
17	005/2023	Microtécnica informática LTDA	Aquisição de microcomputadores completos com garantia e suporte, pelo período mínimo de 48 meses on-site.	15/12/2023	15/12/2026

18	CA 002/2024	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS/DF	Convênio de adesão tem por objeto a prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores do Iprev-DF, ativos e inativos, pensionistas e seus respectivos dependentes, ao Plano de Assistência Suplementar à Saúde – GDF Saúde – INAS.	13/03/2024	13/03/2029
19	050407/2024	R Moraes Agência de Turismo LTDA	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e terrestres (nacionais apenas).	29/11/2023	11/01/2025
20	051027/2024	Tecnolta Equipamentos Eletrônicos LTDA	Prestação de serviço de Outsourcing de impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de equipamentos monocromáticas e policromáticas e scanners	06/03/2024	06/03/2028
21	051442/2024	Neoenergia Distribuição Brasília S.A.	Prestação pela distribuidora do serviço público de distribuição de energia elétrica ao consumidor.	30/04/2024	Indeterminado (art. 109 da Lei nº 14.133/2021)
22	051511/2024	Companhia de Sanamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços para as dependências do CONSUMIDOR na unidade de consumo localizada no SCS Quadra 09, LT C, Bloco B, 1º Andar e 5º Andar, salas 101,103,104,105,501 e 502. Edifício Parque Cidade Corporate – Brasília/DF – CEP 71.308-200, sob as identificações 927392-1, 675128-8, 675129-6, 675137-7 e 675138-5.	16/05/2024	Indeterminado (art.109 da Lei nº 14.133/2021)

Fonte: E-contratos – GEVOV/COAD

Atividades Financeiras

As atividades financeiras são representadas pelos valores em Caixa ou Equivalentes de Caixa, dos bancos contas movimento de curto prazo e disponíveis para liquidez, assim como os investimentos e aplicações financeiras de curto e longo prazo e são realizadas de acordo com a Política de Investimentos do Iprev-DF e em conformidade com a Resolução nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, a Portaria MPS nº 1.467, de 02 de junho de 2022 e suas alterações. As informações do 1º trimestre estão demonstradas no Quadro abaixo:

Tabela 41 - Valores consolidados de ativo e passivo do 1º Trimestre de 2024

Detalhamento Financeiro			
1 – Caixa e Equivalente de Caixa	Janeiro	Fevereiro	Março
Curto Prazo	R\$ 19.750.181,25	R\$ 21.080.091,82	R\$ 16.392.288,28
Banco Conta Movimento – Plano em	R\$ 16.959.298,49	R\$ 18.984.917,01	R\$ 13.656.969,94
Repartição (Plano Financeiro)			
Banco Conta Movimento – Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.501.109,58	R\$ 826.248,73	R\$ 1.396.250,36
Banco Conta Movimento – Taxa de Administração	R\$ 56.680,80	R\$ 35.804,19	R\$ 1.314.734,51
Banco Conta Movimento – Fundo Garantidos	R\$ 1.233.092,38	R\$ 1.233.121,89	R\$ 24.333,47
2 – Investimentos	R\$ 5.638.853.942,39	R\$ 5.715.503.328,94	R\$ 5.820.261.982,20
Curto Prazo	R\$ 5.551.978.898,60	R\$ 5.628.673.913,42	R\$ 5.732.538.99,54
Aplicações em Segmento de renda fixa – Plano em Repartição (Plano Financeiro)	R\$ 570.468.401,00	R\$ 620.030.468,16	R\$ 600.356.608,92
Aplicações em Segmento de renda fixa – Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 789.112.542,68	R\$ 818.457.055,76	R\$ 846.399.386,93
Aplicações em Segmento de renda variável – Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 46.834.188,47	R\$ 46.621.458,43	R\$ 52.290.285,75
Aplicações em fundo de investimento no exterior – Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 17.422.762,27	R\$ 17.422.762,27	R\$ 29.143.495,60
Aplicações em fundo de investimento estruturado – Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 6.374.199,76	R\$ 6.374.199,76	R\$ 6.966.479,90
Aplicações com a taxa de administração	R\$ 2.049.480,22	R\$ 723.691,45	R\$ 3.177.241,48
Aplicações em segmento de renda fixa – Fundo Garantidor	R\$ 3.587.391.251,70	R\$ 3.587.644.880,29	R\$ 3.645.555.844,04
Aplicações em segmento de renda variável – Fundo Garantidor	R\$ 300.126.276,83	R\$ 299.199.601,63	R\$ 301.914.381,74
Aplicações em fundo de investimento no exterior – Fundo Garantidor	R\$ 143.433.872,50	R\$ 143.433.872,50	R\$ 152.571.137,81
Aplicações em fundo de investimento no estruturado – Fundo Garantidor	R\$ 88.765.923,17	R\$ 88.765.923,17	R\$ 94.164.137,37

Longo Prazo	R\$ 86.875.043,79	R\$ 86.829.415,52	R\$ 87.722.982,66
Títulos e valores mobiliários – Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	-	-	R\$ 203.083,44
Títulos e valores mobiliários – Fundo Garantidor	R\$ 86.875.043,79	R\$ 86.829.415,52	R\$ 87.519.899,22

Fonte: Balancete Contábil/SIGGO

Atividades Patrimoniais

Neste quadro destacam-se os saldos do 1º trimestre dos bens, direitos e obrigações do Iprev-DF.

O Ativo inclui as contas patrimoniais que possuem valores econômicos, representando a parte positiva. O Passivo refere-se aos valores das obrigações das Unidades Gestoras: 320201, 320202, 320203 e 320206.

Tabela 42 - Valores consolidados de ativo e passivo do 1º Trimestre de 2024

Ativo X Passivo – Valores Consolidados – Janeiro a março/2024					
Ativo e passivo detalhado	UG: 320201	UG:320202	UG:320203	UG:320206	Consolidado
1 – Ativo (Bens e direitos)	R\$ 11.970.878,98	R\$ 5.924.717.829,64	R\$ 872.957.521,75	R\$ 962.470.989,88	R\$ 7.772.117.220,25
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 1.314.734,51	R\$ 24.333,47	R\$ 13.656.969,94	R\$ 1.396.250,36	R\$ 16.392.288,28
Créditos a curto prazo	R\$ 4.351.123,31	R\$ 489.621.870,79	R\$ 249.530.895,48	R\$ 26.072.007,90	R\$ 769.575.897,48
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	R\$ 3.177.241,48	R\$ 4.194.205.500,96	R\$ 600.356.608,92	R\$ 934.799.648,18	R\$ 5.732.538.999,54
Participações permanentes	-	R\$ 429.776.225,20	-	-	R\$ 429.776.225,20
Investimentos do RPPS de longo prazo	-	R\$ 799.139.899,22	-	R\$ 203.083,44	R\$ 799.342.982,66
Estoques	R\$ 26.059,08	-	-	-	R\$ 26.059,08
VPD pagas antecipadamente	-	-	R\$ 9.413.047,41	-	R\$ 9.413.047,41
Bens móveis	R\$ 2.923.213,98	-	-	-	R\$ 2.923.213,98
Intangível (softwares)	R\$ 178.506,62	-	-	-	R\$ 178.506,62
Bens imóveis	-	R\$ 11.950.000,00	-	-	R\$ 11.950.000,00

2 – Passivo (Obrigações)	R\$ 1.688.201,08	R\$ 39.462,17	R\$ 648.624.318,10	R\$ 454.788.200,92	R\$ 1.105.140.182,27
Obrig. Trab., Prev. e Assist. A pagar a curto prazo	R\$ 940.404,88	-	R\$ 261.474.750,34	R\$ 33.775,31	R\$ 262.448.930,53
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	R\$ 9.885,08	-	R\$10,00	-	R\$ 9.895,08
Obrigações fiscais a curto prazo	R\$282.774,26	-	-	-	R\$ 282.774,26
Demais obrigações a curto prazo	R\$ 339.211,23	R\$ 39.462,17	R\$ 94.990.313,37	R\$ 99.011,90	R\$ 95.467.998,67
Obrig. Trab., prev. e assist. A pagar a LP	R\$ 115.925,63	-	R\$ 171.040.353,73	-	R\$ 171.156.279,36
Provisões matemáticas previdenciárias LP	-	-	R\$ 121.118.890,66	R\$ 454.655.413,71	R\$ 575.774.304,37
Patrimônio líquido	R\$ 10.282.677,90	R\$ 5.924.678.367,47	R\$ 224.333.203,65	R\$ 507.682.788,96	R\$ 6.666.977.037,98
Patrimônio social e capital social	-	R\$ 5.101.902.104,55	- R\$ 52.711.701.632,28	-	- R\$ 47.609.799.527,73
Resultado do exercício	R\$ 3.252.690,71	R\$ 90.151.195,18	- R\$ 10.864.732,83	R\$ 107.049.751,30	R\$ 189.588.904,36
Superávits ou déficits acumulados	R\$ 7.029.987,19	R\$ 732.625.067,74	R\$ 52.946.899.568,76	R\$ 400.633.037,66	R\$ 54.087.187.661,35

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

A Diretoria de Investimentos, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, a quem compete planejar, organizar, definir e coordenar a alocação dos recursos do Iprev-DF, por segmentos de ativos, de acordo com os instrumentos aprovados na política de investimentos e nas deliberações do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos, bem como analisar o cenário macroeconômico e os mercados financeiro e de capitais, doméstico e internacional, observando os reflexos no patrimônio dos fundos administrados pelo Iprev-DF, entre outras.

Uma importante competência da Diretoria é a elaboração do Relatório de Investimentos, um instrumento de transparência e prestação de contas da gestão. Nesse relatório são detalhados os ativos, investimentos e aplicações financeiras, incluindo o fluxo de entradas e saídas de recursos. O documento apresenta resultados compilados de forma anual e mensal, permitindo a comparação entre os períodos.

É um dos instrumentos da Política de Investimentos, pois demonstra os resultados alcançados no período de referência – com as estratégias de alocação, diretrizes e metas a 2024 –, e consolida informações de:

- Análise da conjuntura econômica com os cenários (Item 2);
- Posição da carteira por segmento e ativos, com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites da Resolução CMN nº 4.963/2021, para parecer do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos (CIAR) e aprovação do Conselho Fiscal (CONFIS), bem como resultados dos Fundos geridos pelo Iprev-DF no ano de 2024; e
- Composição da carteira de imóveis.

Cenário

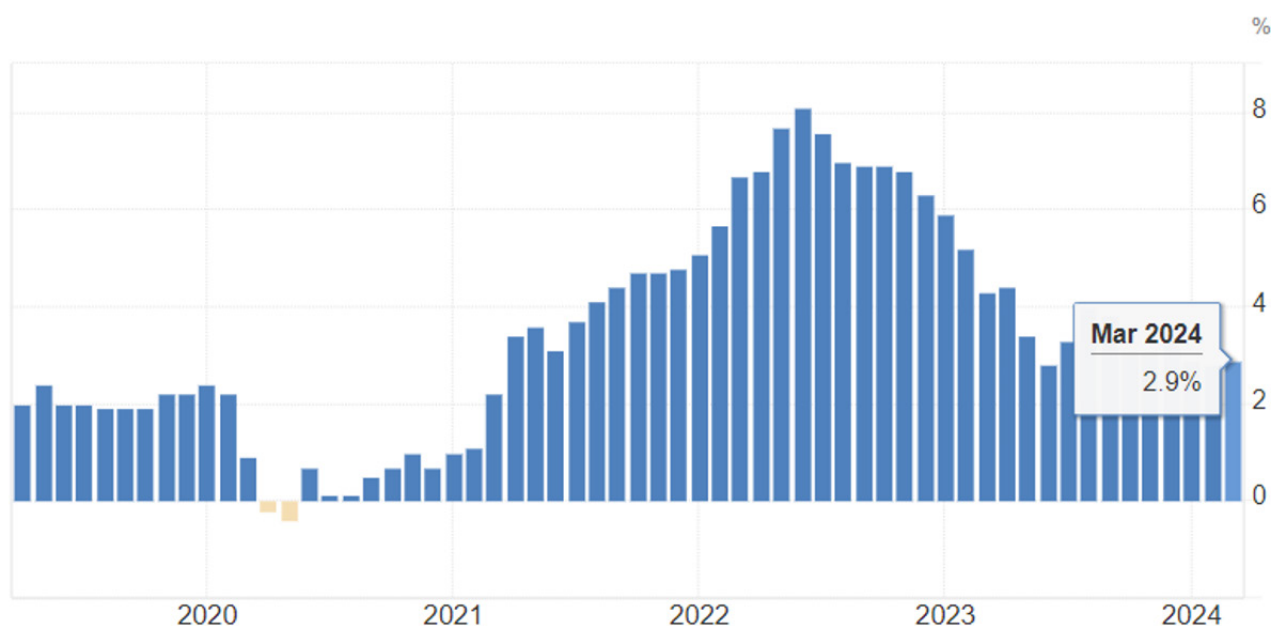
Tabela 43 - Variação dos principais índices do mercado doméstico

Variação dos Índices e Subíndices do Grupo IMA, CDI e Índices da Bovespa									
	D% U36M	D% U24M	D% U12M	D% Ano	D% Trimestre	D% Mês	D% Semana	D% Dia	Índice/Taxa Atual
IMA-Geral	31,0538	24,8107	12,7445	1,6367	1,6367	0,6198	0,1958	0,0210	8.079,84
IMA-Geral ex-C	31,4490	25,3243	12,9389	1,6626	1,6626	0,6415	0,2054	0,0242	7.957,93
IMA-B	26,0295	19,7778	12,0096		0,1755	0,2089	0,3241	-	9.924,48
IMA-B 5	31,9357	20,6576	9,5682	2,0558	2,0558	0,8696	0,3219	0,0829	9.161,31
IMA-B 5+	19,9174	18,3972	13,5526	- 1,5093	- 1,5093	- 0,3921	0,2595	- 0,0757	11.429,75
IMA-C	78,7819	52,1254	35,4313		9,9803	- 1,0749	- 1,1330	-	10.301,15
IMA-S	36,5925	27,8610	12,7566	2,6895	2,6477	0,8661	0,1628	-	6.559,63
IRF-M	30,2277	27,5288	14,2356	1,6768	1,6768	0,6993	0,1111	0,0237	18.243,94
IRF-M 1	33,7110	27,2570	12,4244			0,8957	0,1571	-	15.579,51
IRF-M 1+	29,0950	28,4255	15,4985	1,3694	1,3694	0,6252	0,0748	0,0190	20.214,70
CDI-OVER	301,8868	- 8,5837	- 21,9780			- 4,4843	-	-	10,65
Selic	301,8868	- 8,5837	- 21,9780	- 8,5837	- 8,5837	- 4,4843	-	-	10,65
IDKa IPCA 2	32,0966	20,2249	9,5795			1,1134	0,3340	-	8.609,38
Ibovespa	10,2257	9,0661	29,6236	- 4,5304	- 4,5304	- 1,5745	- 0,0409	0,3254	128.106,10
IBRX-100	10,0114	7,6402	29,4354	- 4,6095	- 4,6095	- 3,0974	- 0,9867	0,6815	106,37
IDIV	34,3273	21,0138	31,0843	- 3,8079	- 3,8079	- 1,6106	0,0367	0,2127	8.728,29
IFIX	20,8933	24,6311	23,0264	2,9208	2,9208	1,9391	0,7953	0,3752	3.408,15
Small Caps	- 19,2487	- 6,9027	26,3128	- 4,0884	- 4,0884	1,9033	- 0,4565	0,2782	2.256,78
Dólar EUA	- 2,3572	- 5,2974	2,9407	1,2657	1,2657	1,4296	0,2799	0,5029	5,0074
S&P 500 Index	32,7342	14,8361	30,4518	10,1580	10,1580	3,6410	0,2446	0,1117	5.254,35

Fonte: Broadcast. Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Os esforços para convergir a inflação para a meta podem ter rebatimento no PIB (Produtor Interno Bruto), porém Jerome Powell, presidente do Federal Reserve (FED) afirmou em entrevista que “não há qualquer razão para crer que os Estados Unidos estão em recessão ou à beira de uma neste momento”. Afirma, ainda, que os juros americanos serão mantidos; objetiva-se que os cortes não provoquem repique da inflação.

Gráfico 9 - Variação da inflação americana



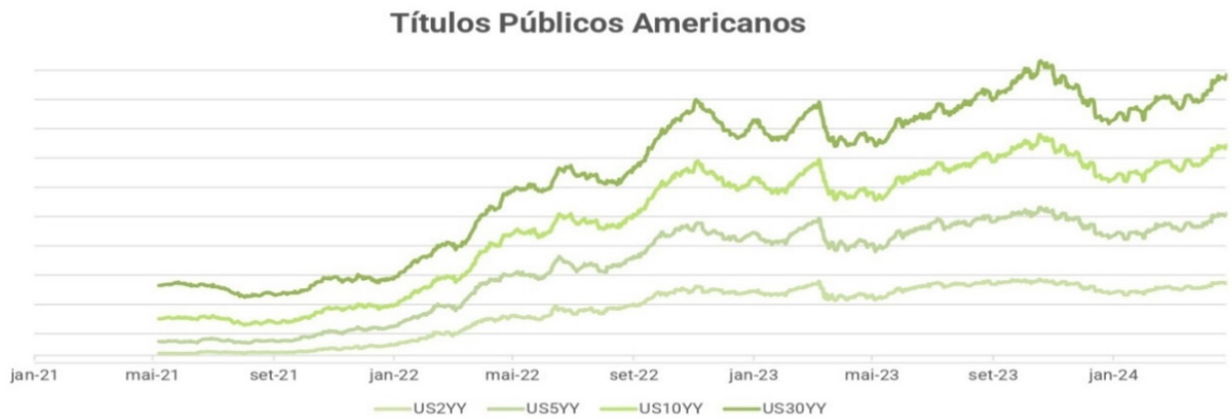
Fonte: tradindeconomics.com

Os núcleos de aluguel e serviço estão resilientes (8,50% e 4,50%, respectivamente) ante a alta de taxa de juros americana. Tais dados serão utilizados pelo FED para basear as próximas decisões.

De outubro de 2023 até meados de fevereiro de 2024, os treasures (títulos americanos) estavam reduzindo; entretanto, em março, voltaram a subir. O título de 30 anos está com a

FED/POWELL: Não há razão para crer que EUA estão em recessão ou à beira de uma agora. Disponível em: Sistema Agência Estado Broadcast. Acesso em: 07 de maio de 2024.

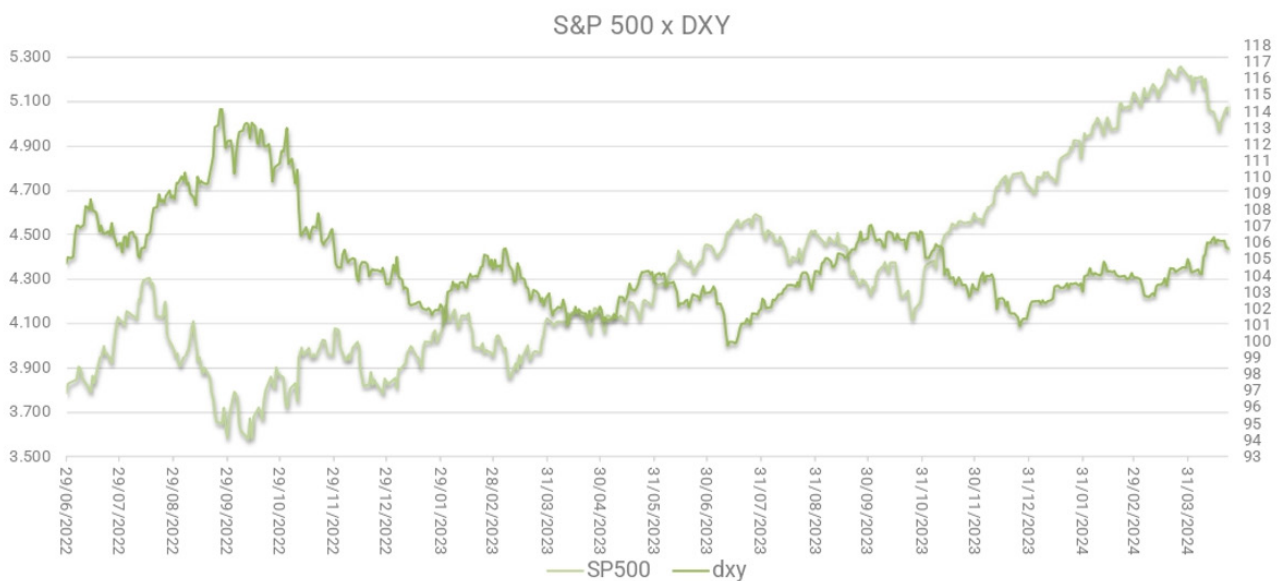
Gráfico 10 - Variação dos Treasures americanos



De forma contrária, o índice S&P 500 index (Standard & Poor's 500, um índice composto por quinhentos ativos cotados nas bolsas americanas) teve melhora no mês de março, chegando à máxima histórica de 5.264 pontos, entretanto fechando o mês ligeiramente abaixo (5.254 pontos). Tal índice impacta diretamente os investimentos geridos pelo Iprev-DF, pois há uma busca por risco na renda variável nos Estados Unidos.

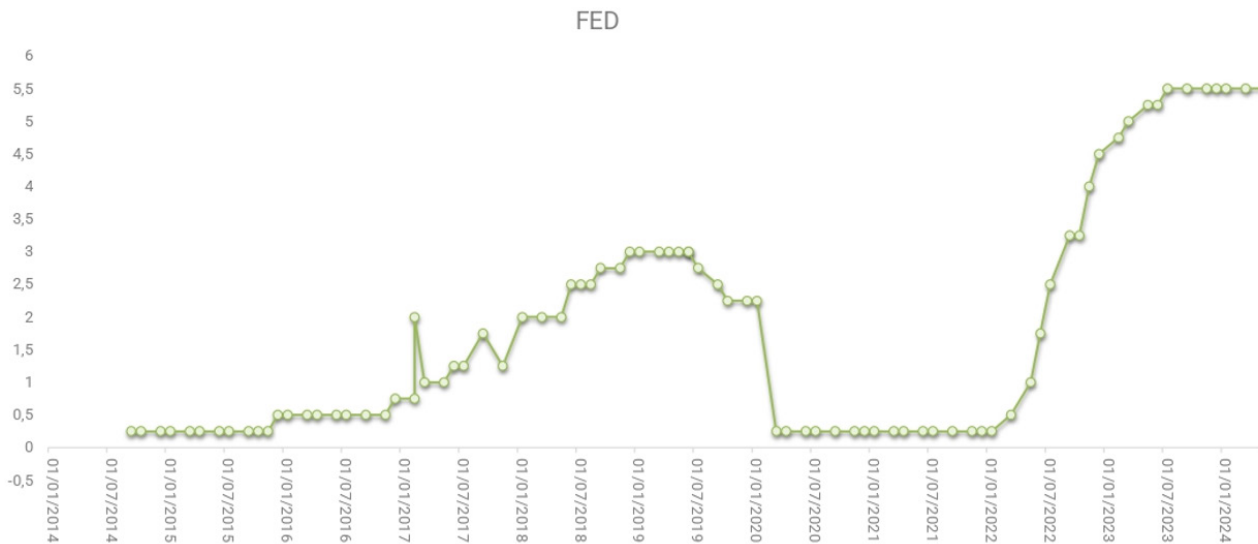
Quando comparado ao DXY (índice do dólar americano em relação a uma cesta de moedas), percebe-se até meados de outubro de 2023 uma busca para a solidez que se traduz em subida na ponta mais longa do tesouro americano.

Gráfico 11 - S&P 500 index x DXY



O FED manteve a taxa de juros no intervalo de 5,25% e 5,5%, maior taxa experimentada nos últimos 10 anos:

Gráfico 12 - Variação da taxa de juros dos Estados Unidos



Fonte: Broadcast

Conforme Ata da 260ª reunião ordinária do Comitê de Política Monetária (COPOM): “O ambiente externo segue volátil, marcado pelo debate sobre o início do processo de flexibilização da política monetária nas principais economias e por sinais de queda de núcleos de inflação, que ainda permanecem em níveis elevados em diversos países.”

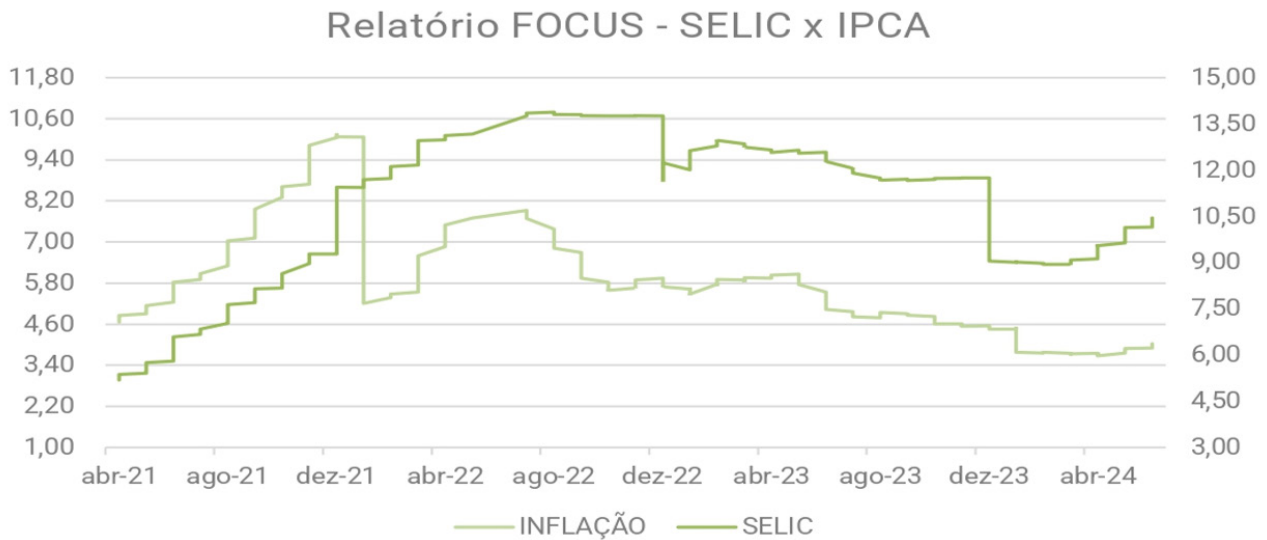
No ambiente doméstico, o PIB para 2024 teve a previsão revisada para cima (1,75%a.a.), conforme Relatório de Mercado FOCUS, do dia 23 de março. Houve revisão para baixo da inflação interna (3,80%a.a.), convergindo para a meta do Conselho Monetário Nacional.

A expectativa de mercado, Relatório de Mercado FOCUS, novamente foi revisada para baixo em 2024; e preveem inflação de 3,51%a.a. em 2025, com SELIC em 8,50% a.a.

Atas do COPOM. Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Acesso em: 19 de março de 2024.

Focus - Relatório de Mercado. Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20240223.pdf>. Acesso em: 19 de março de 2024.

Gráfico 13 - Relatório de mercado - Expectativas de mercado para inflação e SELIC em 2024;



Fonte: BCB

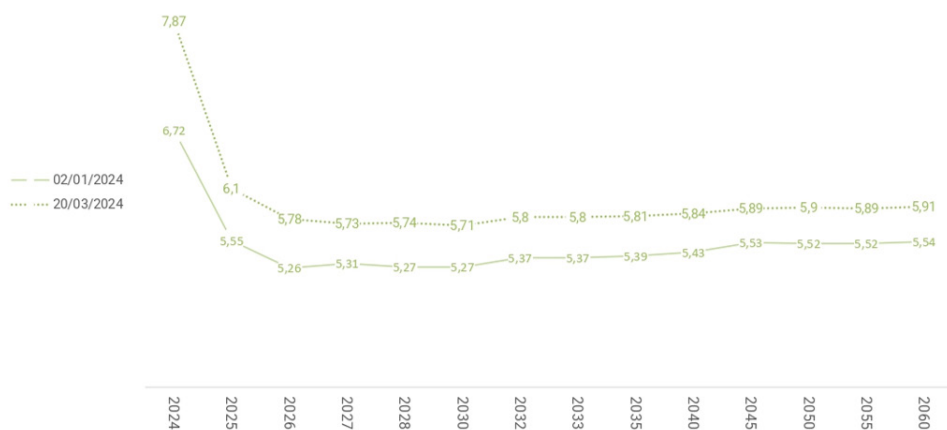
Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central brasileiro, afirmou em reunião do G20 que “a última parte (do processo de desinflação) será a mais difícil”. O COPOM informa que persistirá a desaceleração da atividade, atenuada pelo aumento da renda das famílias, dado a elevação do salário-mínimo.

Porém, contrapondo ao cenário fiscal reafirma “a importância de firme persecução dessas metas” (inflação), pois seguem desancoradas e são um fator de preocupação, de acordo com a Ata da 260ª reunião.

Além da persistência da inflação nos primeiros meses do ano, houve uma abertura da curva de juros. Tal fator pesa na composição da carteira do Iprev-DF, pois parte da carteira é composta de títulos públicos federais que sentem a volatilidade do mercado.

MERCADOS. G20 BRASIL/CAMPOS NETO: Ainda há trabalho a fazer para baixar inflação. Disponível em: Sistema Agência Estado Broadcast. Acesso em: 02 de abril de 2024.

Gráfico 14 - Curva de Juros



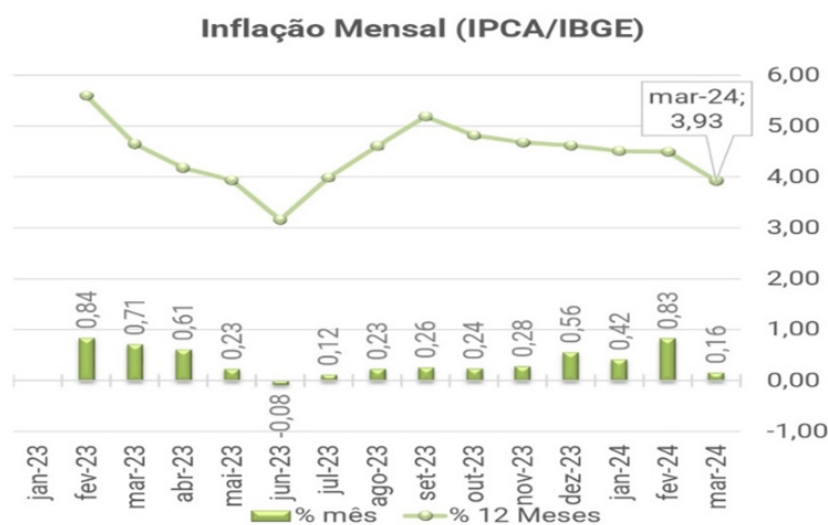
Fonte: Quantum Axis

A dinâmica da taxa de juros impacta diretamente as carteiras geridas pelo Iprev-DF. Para o Fundo Solidário Garantidor, há a marcação a mercado. Para o Fundo Capitalizado, há a marcação na curva de juros. Sendo assim, a depender do mercado compensa operar os títulos públicos federais.

No início do ano de 2023, os títulos estavam pagando taxas altas (compensando a compra de títulos). Para dezembro de 2023, as taxas estavam menores (possibilitando a venda). O Iprev-DF faz o acompanhamento do mercado para obter rentabilidade de suas carteiras geridas.

Entre os principais indicadores analisados está a inflação; pois o acumulado do índice faz parte das metas de carteiras geridas: IPCA + 1,12% (Fundo Solidário Garantidor) e IPCA + 5,02% (Fundo Capitalizado).

Gráfico 15 - IPCA em 2023

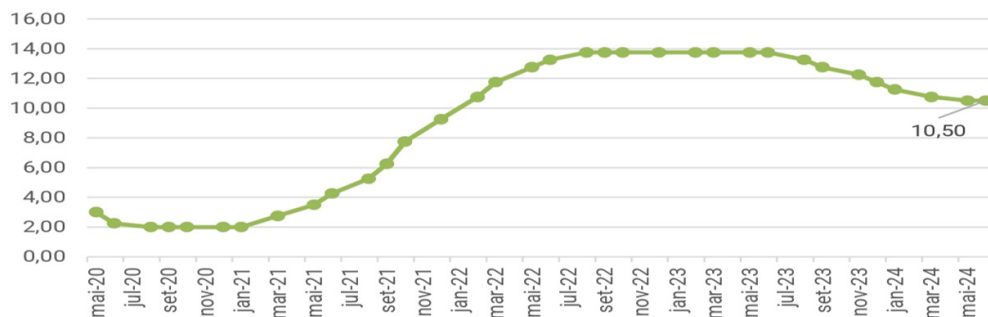


Fonte: Broadcast. Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é acompanhado, também, pelo Comitê de Política Monetária (COPOM); ditando a política monetária do país, por meio da meta da taxa SELIC.

Na última avaliação do Comitê, votou-se pela redução em 0,50% ponto percentual, chegando a 11,25% em janeiro e 10,75% a.a. na última decisão. Tal decisão, levando em consideração o cenário do ano, serve como estratégia de convergência da inflação para a meta.

Gráfico 16 - Trajetória da Meta de Taxa Básica de Juros - SELIC



Fonte: Broadcast

Houve, ainda, uma rentabilidade na renda variável, o IBOV (principal índice da bolsa brasileira) chegou à 134 mil pontos e está em 129 mil pontos no final de março. E, de forma inversa, no câmbio uma depreciação do real fechando o mês em 4,97 (USD/BRL):

Gráfico 17 - Índice Ibovespa x USDBRL



Fonte: Broadcast. Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Como ressaltado acima, houve um decréscimo das perspectivas de inflação em 2024, influenciando diretamente nas metas para 2024 para os fundos geridos pelo Iprev-DF:

1. Fundo Solidário Garantidor: IPCA + 1,12%; e
2. Fundo Capitalizado: IPCA + 5,02%.

Desempenho Anual das Carteiras de Investimentos

Administradas pela DIRIN

Fundo Solidário Garantidor (FSG)

A carteira de investimentos do FSG encerrou março com rentabilidade acumulada de 35,1 milhões, com destaque para a rentabilidade dos fundos em CDI e Investimento no Exterior (FIE), conforme tabela abaixo:

Tabela 44 - Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais em março de 2023

Benchmark	Valor	%	Rendimentos no Mês		Rendimentos Acumulado
Alocação Dinâmica	R\$ 241.563.471,14	5,72%	R\$ 1.108.107,69	R\$ 3.350.404,94	
BDR	R\$ 59.998.929,55	1,42%	R\$ 974.170,44	R\$ 8.428.465,97	
CDI	R\$ 480.868.948,77	11,38%	R\$ 4.381.989,50	R\$ 13.173.599,19	
Crédito Privado	R\$ 51.958.954,18	1,23%	R\$ 484.208,38	R\$ 1.469.332,82	
FIE	R\$ 96.448.454,06	2,28%	R\$ 3.394.572,36	R\$ 11.190.473,67	
FII	R\$ 37.587.451,60	0,89%	R\$ 25.158,26	R\$ 223.944,81	
FIP	R\$ 44.734.115,35	1,06%	R\$ (77.561,19)	R\$ (6.248.901,60)	
IBOVESPA	R\$ 248.358.582,37	5,88%	R\$ (110.448,60)	R\$ (8.351.395,50)	
IBX	R\$ 17.915.748,79	0,42%	R\$ 215.278,30	R\$ (395.524,08)	
IDIV	R\$ 34.123.251,23	0,81%	R\$ (347.835,20)	R\$ (812.630,27)	
IDKA-IPCA 2A	R\$ 460.312.633,18	10,89%	R\$ 4.050.017,54	R\$ 9.287.072,19	
IMAB	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	
IMA-B 5	R\$ 433.398.668,90	10,26%	R\$ 3.170.287,27	R\$ 8.267.260,73	
Inflação	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	
IRFM	R\$ 134.229.230,08	3,18%	R\$ 774.264,78	R\$ 2.443.653,48	
IRF-M1	R\$ 601.962.377,09	14,24%	R\$ 4.785.878,88	R\$ 14.396.853,42	
Multimercados	R\$ 94.164.137,37	2,23%	R\$ 2.171.980,05	R\$ 6.454.690,64	
SMALL	R\$ (0,00)	0,00%	R\$ -	R\$ -	
Título Público	R\$ 1.188.475.902,00	28,12%	R\$ (9.603.665,76)	R\$ (27.749.932,76)	
	R\$ 4.226.100.855,66		R\$ 15.396.402,70	35.127.367,65	

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

A composição da carteira, em decorrência dos mandatos do CIAR (ciclo iniciado em 2021), com mesmo ritmo em 2022/2023, obteve alocação em compra de títulos públicos. Para os Títulos Públicos Federais (TPFs) do Fundo Solidário Garantidor, há a marcação a mercado que é a atualização diária do preço unitário (PU) de um título de renda fixa em função de vários fatores, como mudanças nas taxas de juros e nas condições de oferta e demanda pelo ativo.

Essas atualizações podem ser tanto para baixo quanto para cima. A marcação a mercado (MaM) na renda fixa é relevante para os investidores que desejam resgatar a aplicação antes do vencimento do título. Se o investidor mantiver esses títulos na carteira até o vencimento, irá receber exatamente a remuneração combinada na data da compra.

Logo, a volatilidade momentânea é em decorrência da marcação a mercado. Hoje a carteira do FSG é composta dos seguintes TPF/vencimentos:

Tabela 45 - Vencimento dos Títulos Públicos Federais

Vencimento	Quantidade
15/05/2045	20000
15/08/2050	200000
15/05/2055	51000

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

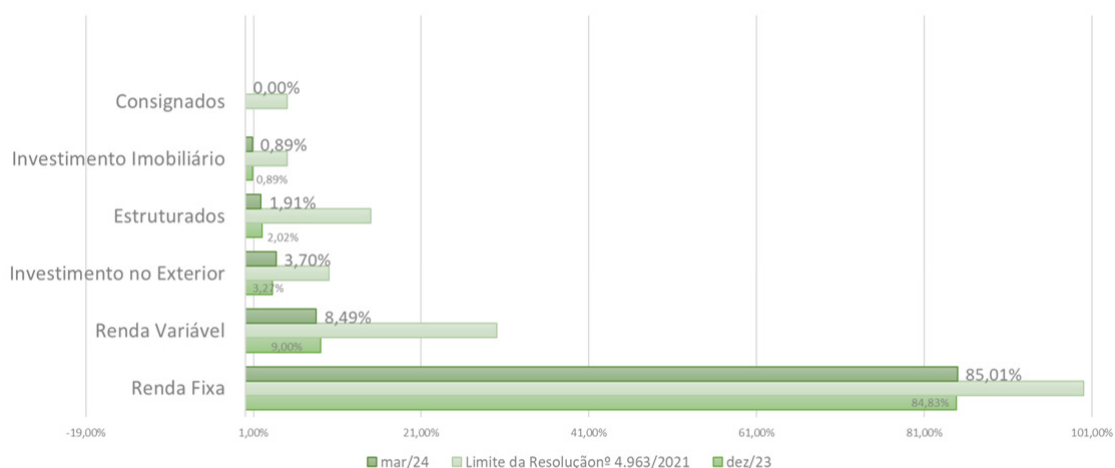
É importante destacar que, tendo em vista o cenário atual, o CIAR em conjunto com a Diretoria de Investimentos realizou a diminuição da exposição em renda variável, diminuindo o risco da carteira e oscilação momentânea dado o perfil do FSG.

A estratégia, montada em 2023, foi alocação em fundos de investimentos pré-fixados (possibilitando o ganho na descida da taxa de juros) e retirada do Ibovespa (diminuindo o risco da carteira). Vale ressaltar que as aplicações, ainda que demonstre o cenário anual e semestral, foram realizadas anteriormente, visando a longo prazo.

Em consonância com a Política de Investimentos/2024, a realocação entre os benchmarks é realizada via CIAR. Qual seja, nas reuniões do CIAR, há a análise do cenário do mês, formulação de mandato de realocação dos recursos durante o mês e informação das execuções realizadas (por meio dos relatórios). Portanto, as carteiras são subdividas nos principais benchmarks dos mercados.

A distribuição da carteira manteve-se, majoritariamente, em renda fixa, dentro dos parâmetros por segmento previstos na Resolução CMN nº 4.693/2021. E, com as realocações ocorridas no mês de março, não houve mudanças significativas. Logo, observam-se os limites de previstos na Resolução citada e na Política de Investimentos:

Gráfico 18 - Distribuição da carteira do Fundo Solidário Garantidor de Dezembro de 2023 e março de 2024;

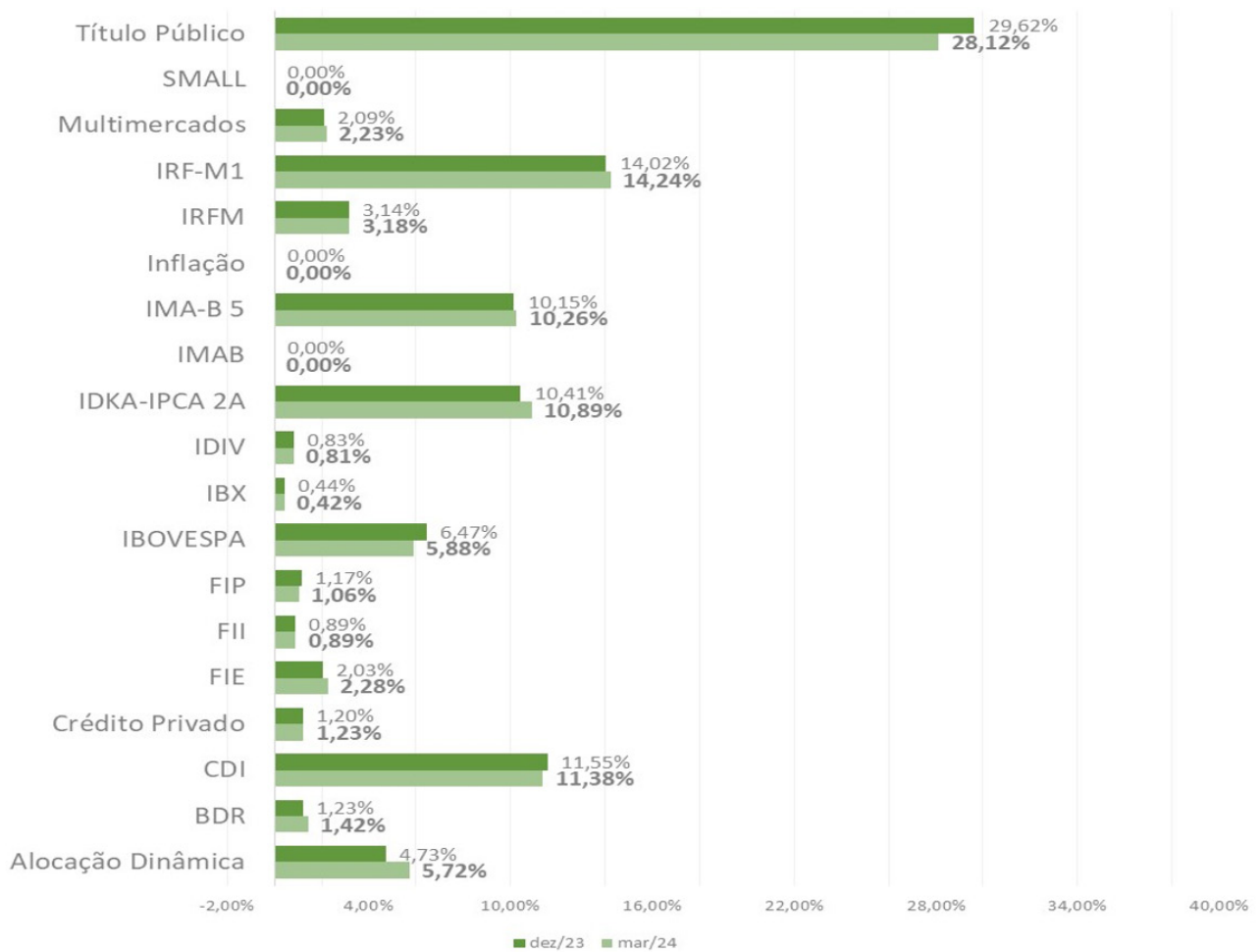


Fonte: Elaboração, DIRIN/IpREV-DF

Conforme os gráficos, há maior exposição à Renda Fixa. Tal estratégia macro deve-se à alta da taxa SELIC que, em consonância com o cenário citado acima, esteve em alta durante parte do ano de 2023.

Dessa forma, protegeu-se a carteira do Fundo Solidário Garantidor da volatilidade da renda variável, com ganhos expressivos na renda fixa. Comparando os meses de dezembro/2023 a março/2024, não se percebe grandes movimentações entre os segmentos:

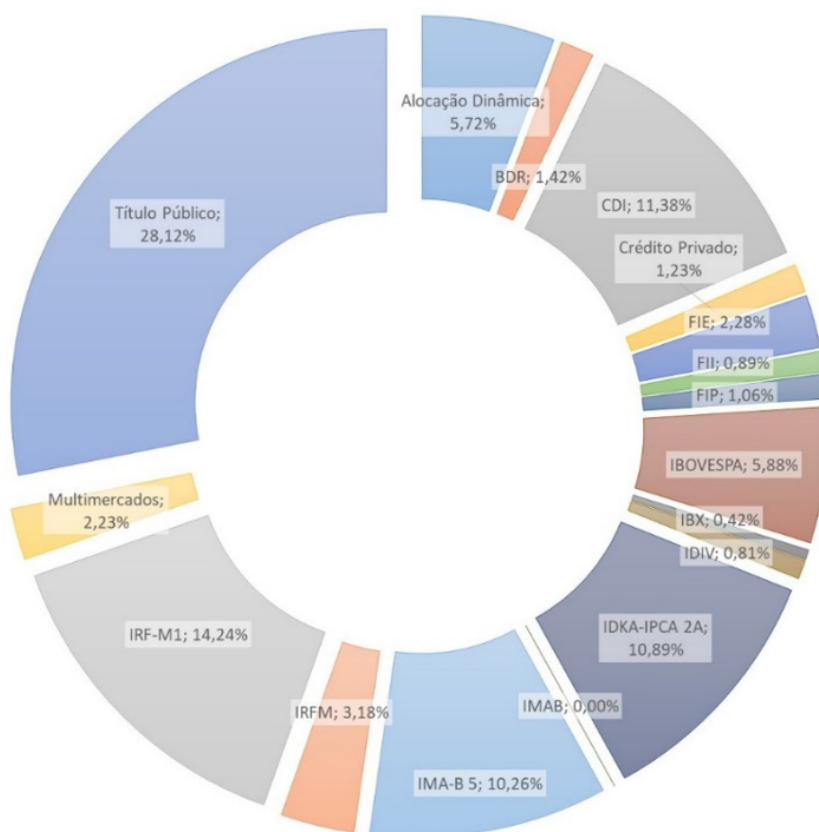
Gráfico 19 - Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais, comparando dezembro x março



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Ao se analisar a carteira por benchmarks, detém 28% em Títulos Públicos com uma redução durante o ano de 2023, buscando a redução da volatilidade. E houve um aumento das posições pré-fixadas (IRF-M e IRF-M 1) durante o ano para o ganho de prêmio e, em 2024, há uma posição maior em tal benchmark (14%).

Gráfico 20 - Composição da Carteira do FSG de março/2023



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Vale ressaltar que a nova Resolução CMN divide a classificação por segmentos e artigos. Dessa forma, as divisões estabelecidas são detalhadas, facilitando a compreensão visual da composição da carteira.

Tabela 46 - Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos para o mês

	Determinação	Executado	Percentual
Março	Desconcentração de CDI/Crédito Privado para Alocação Dinâmica - Realocação de R\$100 milhões (2,39%)	40.000.000,00	40,00%
	Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2055/2060 para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 / IRF-M1 - Realocação de R\$100 milhões; (2,39%)	-	0,00%

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Tabela 47 - Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos por Fundo de Investimentos

	Fundo de Investimento	CNPJ	Resgate	Aplicação	Benchmark
Operação 01	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	40.000.000,00		CDI
	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	10.948.555/0001-13		40.000.000,00	ALOCAÇÃO DINÂMICA

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

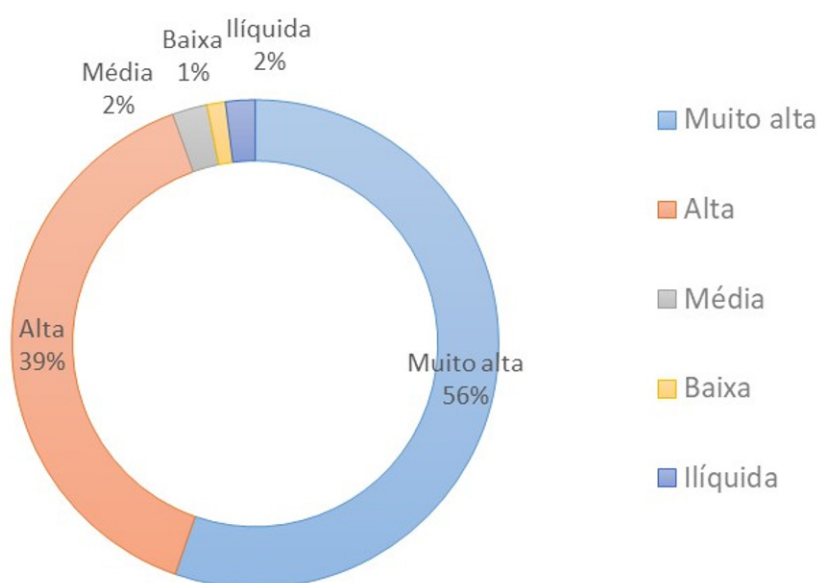
Para 2023, a principal tese foi retirada da bolsa brasileira, bolsa do exterior e diminuição da posição em títulos públicos. Dessa forma, e de forma pautada, houve a retirada da volatilidade da carteira do FSG e captura de prêmio na renda fixa, em consonância com o cenário desenhado durante o ano.

Importante esclarecer que, após a decisão do CIAR, há um estudo interno da Diretoria de Investimentos pautando a realocação de recursos. Em todas as fases, se analisa o cenário como base para decisão de realocação.

Todos os movimentos foram realizados de forma gradual ao longo dos últimos meses e ao se analisar a performance dos fundos de investimentos em relação ao retorno, volatilidade, exposição ao risco e a carteira expandida.

Quanto à liquidez das aplicações do FSG, parte substancial da carteira está entre alta e muito alta.

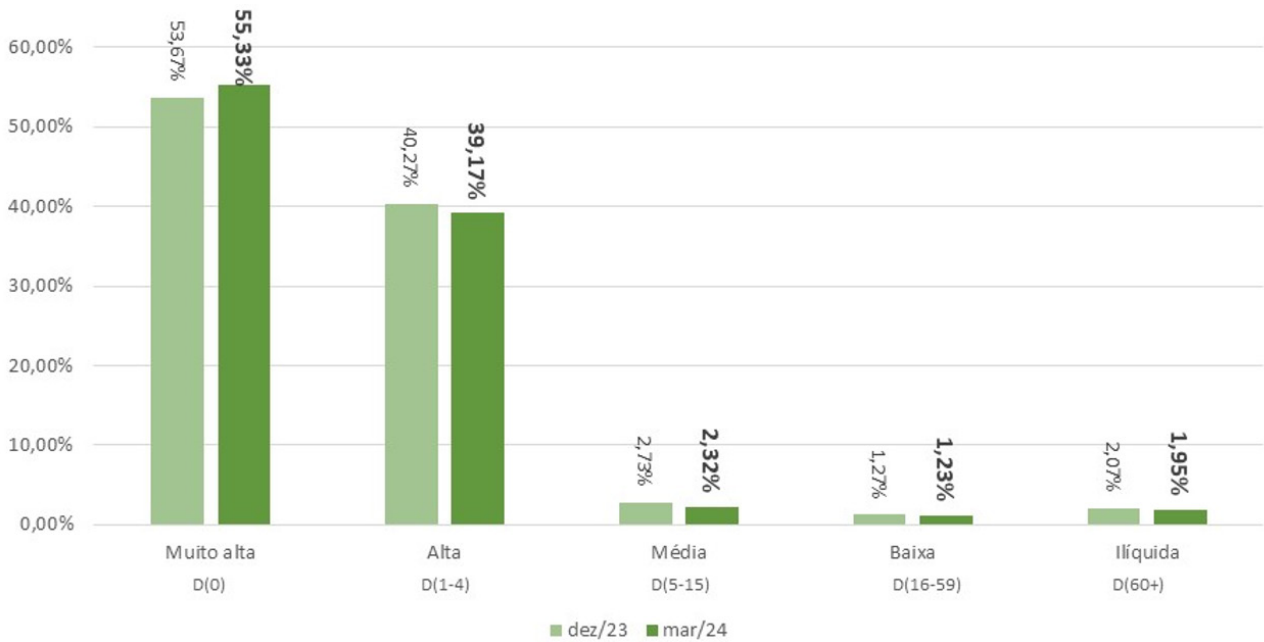
Gráfico 21 - Nível de liquidez da Carteira do FSG de março/2024



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Na comparação entre os meses, houve pouca variação da liquidez entre os ativos:

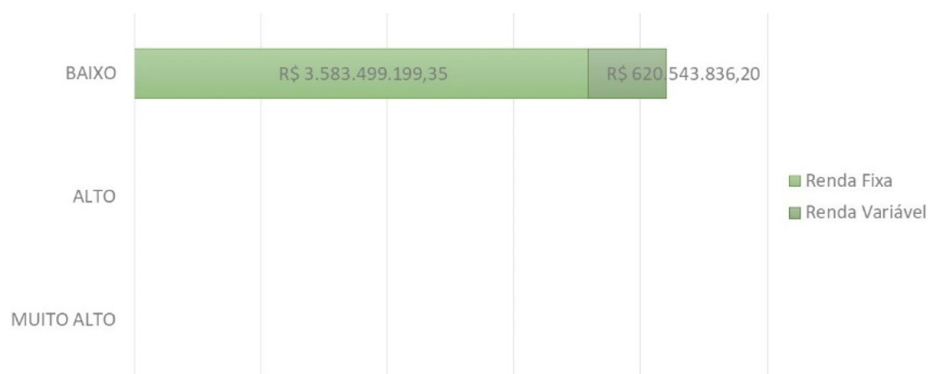
Gráfico 22 - Nível de liquidez da Carteira do FSG entre dezembro e março



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

A posição do FSG está, em março, em Fundos de Investimentos de liquidez muito alta e alta, enquanto os Fundos ilíquidos de apenas 1,96%. Isso permite ao FSG maior agilidade na realocação dos recursos. Quanto ao risco da carteira, ao final do mês, há:

Gráfico 23 - Nível de Risco da Carteira do FSG em março/2024 (Renda Fixa e Renda Variável)



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Em síntese, o Value-at-Risk (VaR) mede a perda máxima esperada de um ativo, com 95% de confiança, considerando a volatilidade histórica do ativo em um período. Aqui, houve a divisão entre Renda Fixa (tem o VaR menor) e Renda Variável, excluindo os Fundos Estruturados. Durante os últimos meses, houve uma retirada do fundo com maior volatilidade, visando mitigar o risco.

Tabela 48 - Nível de Risco da Carteira do FSG (Renda Fixa e Renda Variável)

	Renda Fixa	Renda Variável	Percentual
Muito alto	R\$ -	R\$ -	0,00%
Alto	R\$ -	R\$ -	0,00%
Baixo	R\$ 3.583.499.199,35	R\$ 620.543.836,20	100,00%
	R\$ 3.583.499.199,35	R\$ 620.543.836,20	R\$ 4.204.043.035,55

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Com relação aos níveis de risco do FSG, verificamos em sua grande maioria a posição em fundos de baixo risco (VaR < 2%), que representa 100% da carteira. Em renda fixa não temos posições em níveis de alto risco (Var entre 2% e 3,9%), nem de risco muito alto (VaR > 4%).

Já em renda variável a carteira do FSG, com a realocação ocorrida em setembro, não há nenhum fundo de investimento em risco alto e/ou muito alto. O FSG tem posições de baixo risco e dentro dos parâmetros regulares.

A distribuição da carteira é feita em diversos gestores, administradores e custodiantes:

Tabela 49 - Distribuição da carteira por Gestor / Administrador / Distribuidor / Custodiante

Gestor	Administrador	Distribuidor	Custodiante
Pátria Investimentos	588.162,47	Banco Bradesco	195.247.921,69
BB Asset Management	1.036.162.085,43	Banco Santander	5.152.699,50
Bradesco Asset Management	195.247.921,69	BB Asset Management	1.036.162.085,43
BRB DTVM	19.783.526,57	BEM DTVM	210.386.283,82
CAIXA Asset	1.123.456.653,92	BNP Paribas	106.185.918,00
Cedro Capital	4.741.989,13	BRB DTVM	24.041.240,94
Constância Investimentos	97.955.482,46	Caixa Econômica Federal	1.123.456.653,92
Genial Investimentos	14.472.537,69	Intrag DTVM	17.915.748,79
Graphen Investimentos	1.076.071,64	Itaú Unibanco	204.802.744,21
Icatu Vanguarda	101.591.426,03	Lions Trust	38.327.892,11
Itaú Asset Management	204.802.744,21	Rio Bravo Investimentos	11.323.000,00
Occam Brasil	(0,00)	RJI Corretora de Valores	1.076.071,64
Rio Bravo Investimentos	11.323.000,00	Safra Asset Management	58.216.542,01
Safra Asset Management	58.216.542,01	Trustee DTVM	4.741.989,13
Santander Brasil Asset Management	5.152.699,50	s/ Administrador	1.188.475.902,00
SPX Capital	56.243.640,90	XP Investimentos	588.162,47
SulAmérica Investimentos	624.552,01		-
Western Asset	106.185.918,00		-
S/ Gestor	1.188.475.902,00		-
TOTAL	4.226.100.855,66	4.226.100.855,66	240.868.258,38

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Como podemos ver, a tabela abaixo demonstra a distribuição pelos vários fundos de investimentos, com a rentabilidade acumulada no mês, a rentabilidade de março e a posição da carteira no final:

Tabela 50 - Detalhamento do acumulado no mês de março/2024 dos fundos de investimento e Títulos Públicos

Nome	Rentabilidade Acumulada (Ano)	Rentabilidade no mês	Posição
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.437.966,98	R\$ 1.932.136,58	R\$ 222.362.610,73
BB IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.219.381,82	R\$ 2.090.820,06	R\$ 262.351.559,91
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.153.815,81	R\$ 372.503,62	R\$ 45.937.033,60
BB TÍTULOS PÚBLICOS VII FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	2.990.146,07	R\$ 1.137.183,43	R\$ 152.449.595,44
BRB 2023 FI RENDA FIXA	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	105.601,64	R\$ 34.092,96	R\$ 4.257.714,37
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	3.457.643,11	R\$ 1.125.212,58	R\$ 130.818.056,24
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	1.952.780,69	R\$ 643.357,55	R\$ 149.860.855,56
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2.516.553,67	R\$ 955.781,54	R\$ 127.937.948,38
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	7.310.680,90	R\$ 2.395.825,16	R\$ 303.233.858,82
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.500.988,22	R\$ 470.038,00	R\$ 94.460.821,49
CAIXA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA FIP MULTIESTRATÉGIA	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	(812.630,27)	(R\$ 347.835,20)	R\$ 34.123.251,23
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS II FIP MULTIESTRATÉGIA	(4.931.789,56)	R\$ 57.735,27	R\$ 38.327.892,11
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SPX APACHE FIC AÇÕES	(395.524,08)	R\$ 215.278,30	R\$ 17.915.748,79
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	750.423,95	R\$ 314.167,36	R\$ 48.888.869,93
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RENDA FIXA	942.665,26	R\$ 304.226,78	R\$ 39.768.408,59
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB FIC AÇÕES	(287.856,07)	R\$ 127.168,01	R\$ 18.448.133,42

BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	690.191,81	R\$ 304.366,79	R\$ 2.552.315,65
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMOBILIÁRIO PARANÁ REC FIP MULTISTRATÉGIA	(111.580,69)	(R\$ 41.465,25)	R\$ 1.076.071,64
VENTURE BRASIL CENTRAL FIP CAPITAL SEMENTE	28.121,89	R\$ 8.490,02	R\$ 4.741.989,13
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	352.030,97	R\$ 90.810,06	R\$ 2.701.881,48
WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	8.076.435,00	R\$ 883.360,38	R\$ 57.297.048,07
SULAMÉRICA EVOLUTION FI MULTIMERCADO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SULAMÉRICA EQUITIES FI AÇÕES	(21.465,33)	R\$ 64,57	R\$ 624.552,01
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.469.332,82	R\$ 484.208,38	R\$ 51.958.954,18
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	(398,37)	(R\$ 72,39)	R\$ 7.878,05
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	6.045.135,89	R\$ 1.983.290,46	R\$ 234.544.228,96
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	274.726,09	R\$ 87.334,15	R\$ 9.679.768,07
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SANTANDER IRF-M 1 PREMIUM	122.001,45	R\$ 41.507,21	R\$ 5.144.821,45
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1.446.484,84	R\$ 475.188,94	R\$ 53.079.831,88
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	624.113,88	R\$ 245.330,46	R\$ 35.889.033,24
SIA CORPORATE FII - SAIC11B	(46.425,70)	(R\$ 19.944,00)	R\$ 19.783.526,57
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	(12.629,49)	R\$ 42.102,26	R\$ 6.480.925,03
RIO BRAVO RENDA VAREJO FII - RBVA11	283.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 11.323.000,00
BRADESCO MID SMALL CAPS FI AÇÕES	-	R\$ 0,00	(R\$ 0,00)
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	992.336,44	R\$ 322.820,16	R\$ 65.871.102,24
OCCAM FIC AÇÕES	(165.184,62)	R\$ 0,00	(R\$ 0,00)
GERAÇÃO FI AÇÕES	(334.590,91)	(R\$ 91.276,47)	R\$ 10.214.823,32
BRASIL PLURAL ESTRATÉGIA FIC AÇÕES	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	2.010.137,04	R\$ 763.154,94	R\$ 104.122.255,15
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	(1.622.397,61)	R\$ 1.022.842,11	R\$ 97.955.482,46
BB QUANTITATIVO FIC AÇÕES	(1.571.437,29)	(R\$ 314.094,10)	R\$ 19.516.287,08
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	4.849.105,21	R\$ 2.117.880,96	R\$ 237.950.022,45
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	(4.348.065,30)	(R\$ 855.080,33)	R\$ 101.591.426,03
GENIAL MS GLOBAL BRANDS INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
GENIAL MS US GROWTH INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	-	R\$ 0,00	(R\$ 0,00)
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	373.184,52	R\$ 126.886,39	R\$ 15.574.796,23
BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	10.850.750,51	R\$ 3.212.485,97	R\$ 90.938.377,09
BB NORDEA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	339.723,16	R\$ 182.086,39	R\$ 5.510.076,97
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	405.287,81	R\$ 141.929,98	R\$ 25.831.513,34
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	371.604,73	R\$ 130.840,06	R\$ 15.657.340,68
ITAÚ PRIVATE S&P500® BRL FIC MULTIMERCADO	5.830.576,76	R\$ 1.926.649,59	R\$ 58.275.104,13
PÁTRIA INFRAESTRUTURA V	(1.233.653,24)	(R\$ 102.321,23)	R\$ 588.162,47
Título Público - A MERCADO	(27.749.932,76)	(R\$ 9.603.665,76)	R\$ 1.188.475.902,00

Fonte e Elaboração: DIRIN/lprev-DF

Fundos de Investimentos em Participação e Imobiliários do Fundo Solidário Garantidor

Os fundos estruturados estão marcados como Fundo de Investimentos em Participação (FIP) e Fundo de Investimentos Imobiliários (FII) nos gráficos por benchmark. Têm tópico dividido dada a especificidade do assunto.

Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II FIP Multiestratégia

O Fundo de investimentos realiza investimentos em parceria com o Carlyle South America Buyout Fund, L.P., em títulos e valores mobiliários de emissão da companhia alvo. Em fevereiro, houve deliberação para troca da “equipe chave”, com realização adicional no Fundo na Mundi Holdings II. Todas as deliberações passaram pelo crivo do CIAR. Houve o investimento de R\$ 28,4 milhões, até o momento está atualizado em R\$ 43,2 milhões, com rentabilidade de 4,8535%.

Imobiliário Paraná REC FIP Multiestratégia e Imobiliários do Fundo Solidário Garantidor

O Fundo busca a valorização do capital investido em Valores Mobiliários de emissão das companhias alvo. Houve o investimento em Sociedade de Propósito Específico (SPE) do recurso do Fundo. Após a demora na entrega dos bens, e troca dos gestores, havia a tentativa de recuperação do recurso do investimento.

Em 2022, ocorreu a reunião com o Sr. Rogério Maciel (da gestora Graphen Investimentos, responsável pela FIP Paraná). O sr. Rogério trouxe algumas informações, já constantes do processo de acompanhamento do Fundo (00413-00004650/2020-89), especialmente: a estratégia da gestora em buscar os imóveis das investidas por meio do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ) tornou-se frustrada no 1º grau.

O escritório jurídico ingressará, no tempo pertinente, com o recurso para a 2ª instância para a satisfação do crédito em favor do Fundo de Investimento. Em abril, o gestor do FIP Paraná I, Graphen Investimentos, encaminhou o relatório do mês, disponível no processo 00413-00004650/2020-89, com os seguintes esclarecimentos:

[...]

O Patrimônio do Fundo ao final do mês de abril era de R\$ 6.233.661,98, com uma variação de -3,4584% nos últimos 06 meses e cota a R\$ 22.525,32517046. Mensalmente, o fundo provisiona na carteira os custos no valor de R\$ 33.750,00 de taxa de Gestão e Administração, além dos custos variáveis de manutenção dos imóveis e honorários dos advogados, que variam a depender da demanda. Atualmente a estratégia de Gestão se dá por I) buscar alcançar os imóveis das investidas através do IDPJ e, posteriormente, II) prospectar possíveis interessados na compra/parceria dos imóveis para dar liquidez ao Fundo e ao Cotista. (...)

Mesmo com esses resultados, o gestor vem buscando uma terceira via que pode ser uma possibilidade de liquidez. Durante a pandemia, um novo segmento ganhou força em busca de novos investimentos "prioritariamente" com default, que são os DISTRESSED FUNDS. Esses, tem foco em ativos e fundos subvalorizados, que precisam de uma recuperação de investimentos do qual demandam muito tempo e recurso financeiro. Basicamente esses fundos compram esses ativos estressados e criam estratégias de longuíssimo prazo para retomar sua rentabilidade. O Gestor já conversou com alguns, que estão em fase de análise dos ativos e do próprio FIP PARANÁ, onde uns já se mostraram mais animados/interessados, podendo se tornar uma proposta. Estamos com contrato de confidencialidade, e até por estratégia, somente divulgaremos quais são os interessados quando uma proposta for formalizada, então poderemos marcar uma reunião com todos os cotistas do FIP PARANÁ para informar detalhes e definir próximos passos.

Em fevereiro, o Tribunal de Contas decidiu, por meio da Decisão nº. 4842/2022 – TCDF, adiar a decisão sobre o FIP Paraná I à vista dos argumentos apresentados.

Em abril, o Iprev-DF recebeu um parecer do escritório contratado pelo FIP com a informação de irrecuperabilidade dos ativos. Em síntese, ainda que o Fundo atingisse os bens imóveis em nome das SPEs investidas, haveria dívidas e diversos credores com potencial provável de R\$ 3,1 mi (R\$2,8 mi na esfera trabalhista, R\$ 48 mil na esfera cível, R\$ 177,7 mil na esfera tributária); possíveis R\$ 13,2 mi (R\$ 7,5 mi em trabalhista, R\$ 5,7 mi na esfera cível); e R\$ 816 mil de ações remotas que podem atingir os bens das SPEs investidas. Na conclusão do Parecer, o escritório informou:

[...]

Conforme se identificou acima, a recuperação do crédito devido pelo FUNDO face às Executadas é de improvável êxito, uma vez que as suas possibilidades demandam discussão judicial, ou, assunção de riscos consideráveis pelo FUNDO, e por consequência, os seus investidores.

Em consideração à liquidação das quotas pelo FUNDO, é importante salientar que esse procedimento, além de depender da sua operacionalização perante as entidades de registro, como à Junta Comercial, também exigiria que o FUNDO, e seus investidores, assumissem o risco pelas condições financeiras periclitantes das SPEs Investidas. Tal risco financeiro não está somente vinculado à existência de diversos credores já identificados, mas também, do redirecionamento de obrigações, hoje impostas às SPEs e que poderiam ter reflexo no FUNDO. Da mesma maneira a liquidação das cotas consistiria na assunção das responsabilidades perante os ativos das sociedades, qual sejam, os imóveis e suas condições de venda e avaliação descritas acima e que não se mostram favoráveis para um sucesso na recuperação do investimento. (...)

A principal alternativa seria a busca pela cessão integral dos créditos por parte do FUNDO para outro credor interessado na adoção das alternativas jurídicas sugeridas ou outras saídas extrajudiciais, possíveis e, que, mantenham indene o FUNDO e seus cotistas institucionais de responsabilidades futuras. Ainda que houvesse considerável deságio no recebimento destes créditos, seria uma alternativa viável para recuperação, ainda que não do valor investido, mas de parte do prejuízo. Necessário pontuar que o problema com esses créditos remonta ao ano de 2017, e inúmeras alternativas foram tentadas pelo FUNDO, sejam estas de forma extrajudicial ou judicialmente, com robustos custos suportados pelos cotistas, algo que certamente não é o objetivo final do investimento.

Conforme exposto na última reunião do CIAR, e deliberação, aceitou-se a proposta de aquisição de debentures emitidas, com pagamento à vista de R\$5 milhões a ser revertido a todos os investidores do FIP, ainda não finalizada. Nos termos do relatório do gestor:

[...]

A diligência segue, a minuta está no processo final para conclusão, com os termos legais já presentes e apenas realizando input das informações referente aos processos com chance remota/possível/provável de prejudicar a transferência dos imóveis. Sabemos que o processo tem demorado mais que o usual porém, e após o leilão de TECH CAMPO LIMPO, houve a necessidade de uma diligência "sem pontas soltas" é de grande interesse do comprador e também do vendedor.

Conforme relatório do gestor:

[...]

O Fundo possui um saldo de quatrocentos mil reais (R\$ 400.000,00) para distribuir aos cotistas. Além disso, está em andamento um processo para reverter o leilão e retirar gravames sobre a matrícula dos imóveis, o que, se confirmado, resultará em um pagamento adicional de dois milhões de reais (R\$ 2.000.000,00) pelo comprador ao Fundo.

O patrimônio do fundo ao final do mês de março de 2024 totalizou R\$ 5.054.114,69 (cinco milhões cinquenta e quatro mil cento mil cento e quatorze reais e sessenta e nove centavos), com uma variação de -3,7104% no último mês, onde a cotação do fundo no fechamento de março/24 foi de R\$ 18.263,33 (dezoito mil duzentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos).

SIA Corporate FII

O fundo visa aquisição e exploração, mediante arrendamento ou locação das unidades autônomas integrantes do bloco 2 de edifício comercial em fase de construção no Distrito Federal, incorporado pela SIA Offices Empreendimentos Imobiliários S.A.

O gestor finalizou o aluguel de salas para agências bancárias. Atualmente está em obra, após processo de licitação conduzido pelo banco. E há um empenho para atrair novos clientes para a locação.

Venture Brasil Central FIP Capital Semente

O Fundo de investimento investe em títulos e valores mobiliários, participando do processo decisório de empresas que atuem nos setores de tecnologias da informação e comunicação, agronegócio, alimentos, novos materiais/nanotecnologias e saúde.

Uma consulta formal foi solicitada acerca da prorrogação do prazo do fundo, conforme disposto pelo artigo 3º do regulamento, com ampliação por mais 2 anos do fundo, cuja data limite para a manifestação dos cotistas se deu no dia 16/04/2024.

No relatório semestral do fundo, o gestor informou ter investimento em 20 empresas e 6 vendas realizadas, totalizando, até o momento, taxa de retorno de 112,4% do capital investido com apenas 6 empresas vendidas. Sendo assim, aplicaram-se R\$ 4,1 milhões e obtiveram-se R\$ 4,7 milhões, sendo que há 20 empresas para desinvestimento. Na síntese de amortização e capital investido, há:

Tabela 51 - Capital comprometido x amortizado

Resumo	Total
Capital Comprometido	62.000.000,00
<i>% do Capital Comprometido</i>	<i>100,00%</i>
Capital Integralizado contra cotas	51.086.320,47
<i>% Integralizado s/ Comprometido</i>	<i>82,4%</i>
Dry Powder (capital não chamado)	9.753.370,23
<i>Capital não chamado (%)</i>	<i>17,6%</i>
Capital Total Amortizado	57.420.197,89
<i>% Retornado (Amortizado/Integralizado)</i>	<i>112,4%</i>
<i>(-) Retenção de IRRF sobre Ganho de Capital</i>	<i>705.784,40</i>
<i>Capital Amortizado (Líquido de IRRF)</i>	<i>56.714.413,49</i>

Fonte: Cedro Capital

Pátria Infraestrutura V Advisory FIP

Houve a chamada de Capital de 2,14% (R\$ 1.821.815,71) do valor subscrito até o momento. Houve a subscrição em dezembro de 2023 do fundo no valor total de R\$ 85 milhões. Conforme relatório do gestor:

[...]

O Pátria Infraestrutura V Advisory FIP M ("Fundo" ou "Fundo V") inici-ou seu período de investimento em julho de 2023 e desde então anun-ciou dois investimentos, sendo estes: i) Via Araucária, uma conces-são que abrange 473 km de rodovias pedagiadas entre a região metro-politana de Curitiba e Campos Gerais, no Estado do Paraná Brasil; e ii) Evolution Mobility, uma nova plataforma de mobilidade elétrica que visa se tornar um provedor de infraestrutura de frotas comerciais elé-tricas.

Os dois investimentos, Via Araucária e Evolution Mobility foram sele-cionados de acordo

Os fundos FII e FIP representam em torno de 2% do FSG, e estão dentro dos limites estabelecidos na Política de Investimentos de 2024.

O referencial de rentabilidade do FSG para 2024 é de IPCA + 1,12% aa, conforme estabelecido na Política de Investimentos (PI) de 2023. Em março, a rentabilidade do FSG foi de 0,37%, ante meta de 0,25%.

Tabela 52 - Meta x Rentabilidade – FSG

	IPCA	Meta FSG (IPCA +1,12%)	Rentabilidade %	Rentabilidade Nominal
Janeiro	0,42%	0,51%	-0,27%	11.213.226,71
Fevereiro	0,83%	0,92%	0,74%	30.944.191,66
Março	0,16%	0,25%	0,37%	15.396.402,70
Acumulado	1,42%	1,70%	0,84%	35.127.367,65

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Fundo Financeiro

A tabela abaixo resume as movimentações em fundos de investimento do Fundo Financeiro, o qual, cabe lembrar, é de repartição simples, não possui referencial de rentabilidade para 2024 e possui seus recursos alocados em fundos de investimento de baixo risco e elevada liquidez:

Tabela 53 - Detalhamento do acumulado no mês de março dos fundos de investimento do Fundo Financeiro

Nome	Rentabilidade Acumulada (Ano)	Rentabilidade no mês	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	3.992.048,08	R\$ 1.625.706,36	R\$ 222.074.557,45
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	179.925,36	R\$ 57.197,43	R\$ 6.339.535,76
ITAU INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	11.707.778,33	R\$ 3.433.690,71	R\$ 371.987.506,85
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	5.337,77	R\$ 1.751,22	R\$ 207.099,18

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Considerando as aplicações realizadas houve rentabilidade de R\$ 5.118.345,72 no mês de março, com rentabilidade acumulada de R\$ 15.885.089,54 no ano. Todo o recurso rentabilizado, no fundo financeiro, está à disposição para pagamento de benefícios previdenciários.

Fundo Capitalizado

A carteira de investimentos do Fundo Capitalizado (FC) encerrou março com rentabilidade positiva de R\$ 25,9 milhões no acumulado. Seu referencial de rentabilidade para 2024 é de IPCA + 5,02% aa. benefícios previdenciários.

Tabela 54 - Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado

Benchmark	Valor	%	Rendimentos no Mês	Rendimentos Acumulado
Alocação Dinâmica	R\$ 13.930.594,38	1,48%	R\$ 76.600,33	R\$ 219.317,24
BDR	R\$ 10.182.288,82	1,08%	R\$ 334.951,64	R\$ 1.330.925,96
CDI	R\$ 22.170.811,35	2,36%	R\$ 304.182,98	R\$ 1.126.561,70
Crédito Privado	R\$ 24.359.758,92	2,59%	R\$ 227.009,94	R\$ 688.862,85
FIE	R\$ 26.678.024,31	2,83%	R\$ 828.176,62	R\$ 1.457.313,87
FII	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
FIP	R\$ 172.988,96	0,02%	R\$ (30.094,48)	R\$ (362.839,19)
IBOVESPA	R\$ 38.356.639,84	4,08%	R\$ 220.328,37	R\$ (578.796,87)
IBX	R\$ 1.896.477,84	0,20%	R\$ (15.260,40)	R\$ (81.851,01)
IDIV	R\$ 6.763.440,67	0,72%	R\$ (68.943,10)	R\$ (161.068,38)
IDKA-IPCA 2A	R\$ 51.135.459,54	5,43%	R\$ 451.087,93	R\$ 1.035.879,30
IMAB	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
IMA-B 5	R\$ 159.672.070,91	16,97%	R\$ 1.177.808,36	R\$ 2.993.918,46
Inflação	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
IRFM	R\$ 36.802.281,94	3,91%	R\$ 183.128,52	R\$ 584.790,50
IRF-M1	R\$ 127.135.541,77	13,51%	R\$ 1.020.080,66	R\$ 3.053.348,50
Multimercados	R\$ 6.966.479,90	0,74%	R\$ 230.320,76	R\$ 697.014,56
SMALL	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
Título Público	R\$ 414.899.152,90	44,09%	R\$ 3.932.436,93	R\$ 13.971.127,39
	R\$ 941.122.012,05		R\$ 8.871.815,06	25.974.504,88

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

De forma diferenciada à proposta do FSG, o Fundo Capitalizado busca retornos mais elevados. Visto que há a receita ao longo do mês, foi possível alocá-lo em segmentos de renda fixa nos meses de volatilidade.

Buscou-se, assim, a compra de Títulos Públicos Federais (TPFs) de forma a proteger a carteira quando da diminuição da taxa básica de juros que impactará nos fundos de investimentos em CDI.

Para o estudo da Assets and Liabilities Management (ALM), que se analisam os ativos e os passivos do Fundo, haverá a necessidade dos recursos perto de 2037. Sendo assim, houve uma janela de oportunidade no fundo para a aquisição dos TPFs.

Quanto ao vencimento dos Títulos Públicos Federais, o Fundo Capitalizado detém:

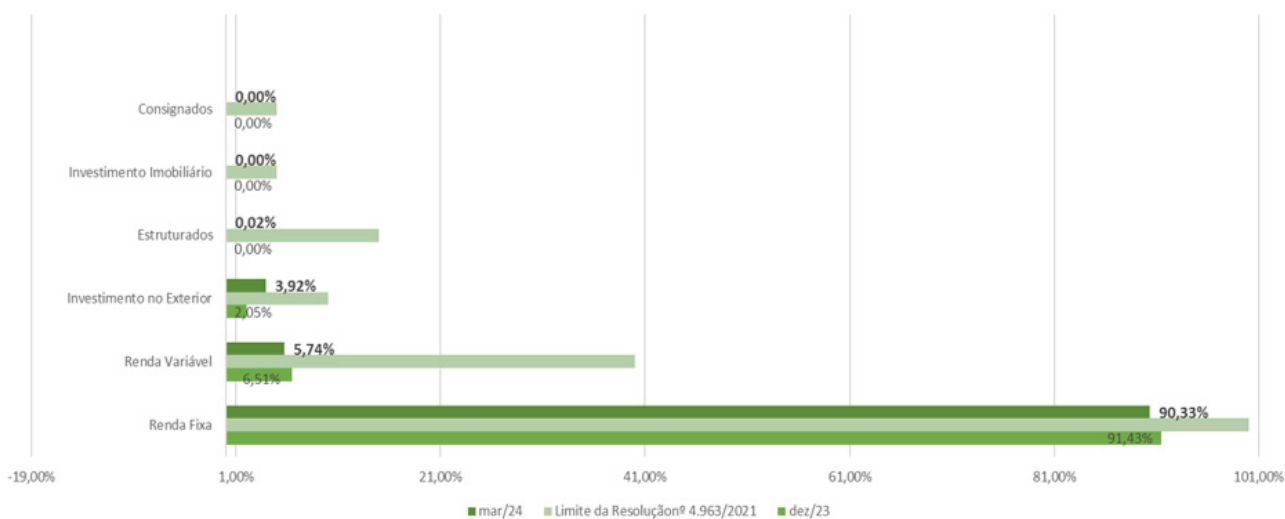
Tabela 55 - Vencimento dos Títulos Públicos Federais

Vencimento	Quantidade
15/08/2024	20.100
15/05/2032	1.470
15/05/2033	7.000
15/05/2035	54.815
15/08/2040	1.449
15/05/2045	2.582

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

É oportuno ressaltar que houve a compra de mais títulos públicos em março. Por segmento, o Fundo Capitalizado manteve a posição em renda fixa, com pouca variação, apesar da compra de mais Títulos Públicos Federais:

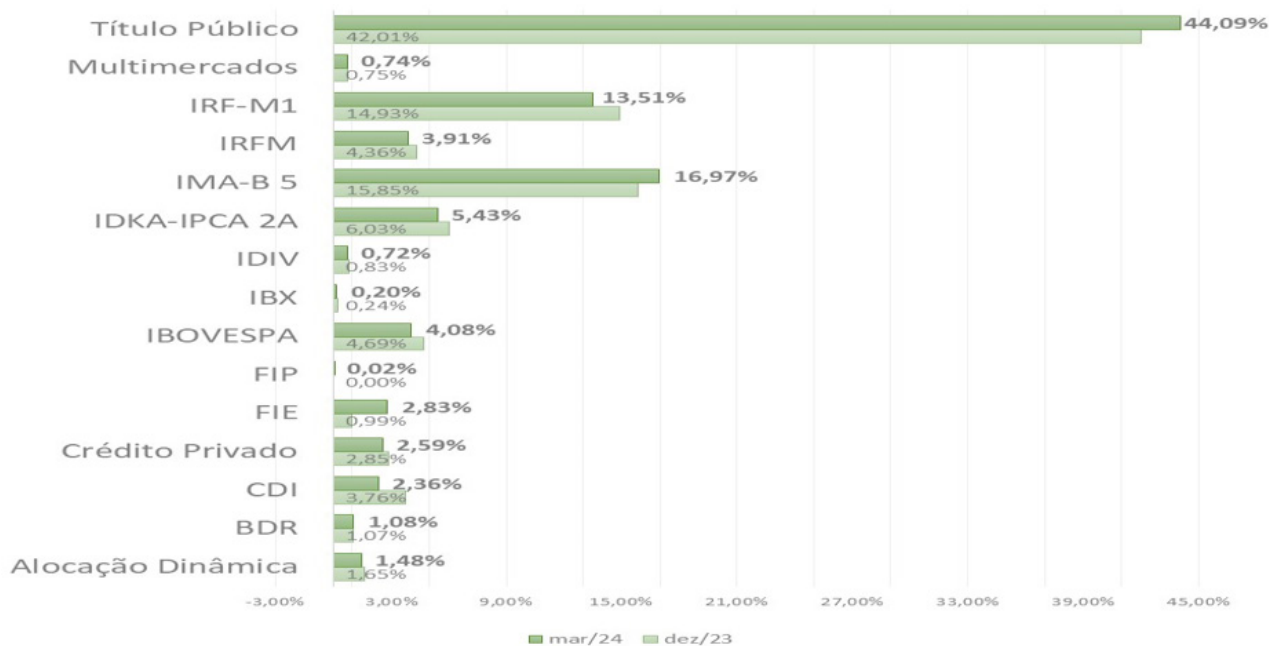
Gráfico 24 - Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre janeiro e março;



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Dado o cenário, e a meta mais agressiva para o Fundo Capitalizado, o entendimento do Comitê foi em manter na renda fixa, buscando o prêmio na curva de juros durante o ano de 2023. Para o Fundo Capitalizado, houve a aquisição de títulos públicos de forma mais enérgica. Há a possibilidade de marcar os títulos públicos na curva de juros. Firmando a taxa na hora da compra do TPF. Buscou-se a compra acima da meta estabelecida da Política de Investimentos.

Gráfico 25 - Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre dezembro e março:

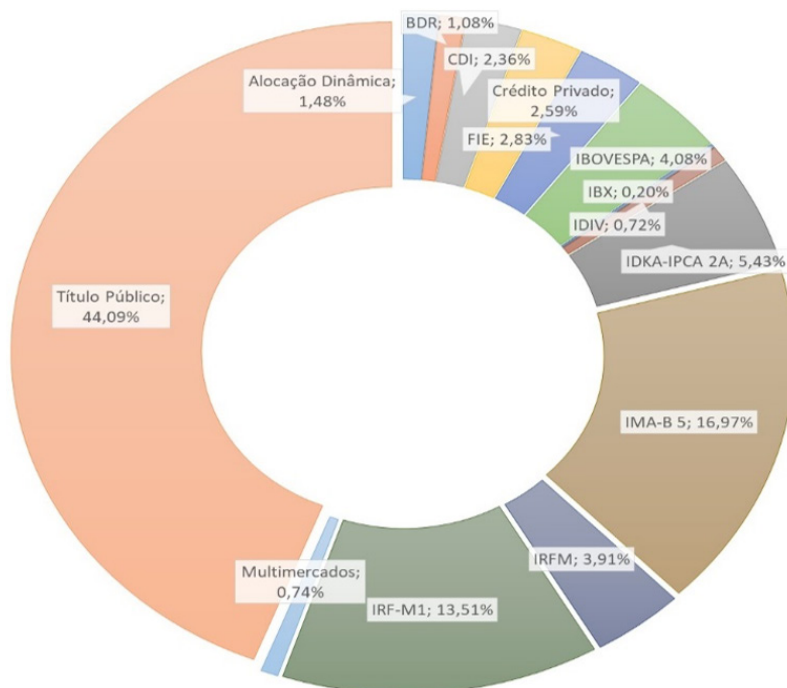


Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Apesar das variações entre os índices, o Fundo Capitalizado (FC) tem dinâmica diferente, pois há a arrecadação mensal. Logo, a estratégia do FC segue avaliação pela equipe da Diretoria de Investimento de forma diversa, ainda que o cenário seja o mesmo.

Conforme salientado no Item, com o cenário americano de alta de juros e fuga de capital da renda variável, as taxas de juros brasileiros tendem a subir. E o Fundo Capitalizado se aproveita destes momentos de alta de juros para marcá-los na curva. No FC, de acordo com os gráficos e as tabelas, há concentração na Renda Fixa, pois houve maior retorno com o cenário adverso.

Gráfico 26 - Composição da Carteira do FC de março/2024



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Haja vista se tratar de Fundo Capitalizado com passivo de longo prazo, posicionam-se as alocações visando o maior ganho e conseqüentemente maior risco. Porém, conforme salientado alhures, buscou-se por manter em fundos livres de risco durante o ano, posto o quadro de alta volatilidade.

Veja que a diversificação dos investimentos, principalmente visando a longo prazo, possibilita a rentabilidade da carteira. Abaixo, há a tabela de execução dos mandatos durante o mês.

Com o mandato, abre-se a janela para alocar os recursos, e, no decorrer do mês, há o acompanhamento para executar ou deixar de executar o mandato – pois a análise pormenorizada do cenário permite a melhor alocação.

Tabela 56 - Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos para março

Determinação		Executado	Percentual
Março	Realocação de CDI/Crédito Privado para FIE/BDR/Multimercado - Realocação de R\$10 milhões; e	10.000.000,00	100,00%
	Realocação de CDI/IRF-M/IRF-M1 para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2037 - Realocação de CDI/Crédito Privado para TPF de R\$40 milhões;	27.590.492,18	68,98%
	Realocação de CDI/Crédito Privado para IBOV/SMALL/IDIV/IBX - Realocação de R\$10 milhões.	-	0,00%

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Conforme esclarecido, a compra de títulos públicos finalizou em março apenas, porém com execução do mandato acima. Quanto à entrada em fundos de investimento no exterior, houve a execução parcial de R\$ 7 milhões que, conforme cenário, mostrou-se acertada tendo em vista a subida dos índices de renda variável estrangeiros.

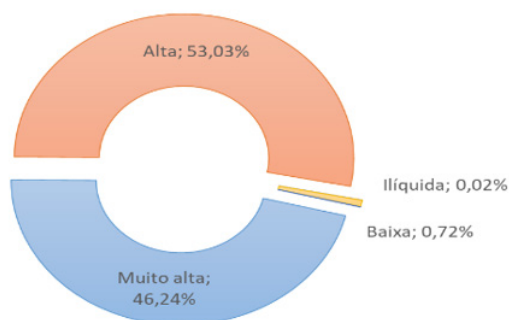
Tabela 57 - Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos por Fundo de Investimentos

	Fundo de Investimento	CNPJ	Resgate	Aplicação	Benchmark
Operação 01	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	30.000.000,00		CDI
	BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.418/0001-49		20.000.000,00	CDI
	BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	17.413.636/0001-68		5.000.000,00	FIE/BDR
	BB SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	17.431.816/0001-72		5.000.000,00	FIE/BDR
Operação 02	BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.418/0001-49	19.620.576,47		CDI
	Compra de 4.400 títulos NTN-B 2035	NTN-B 15/05/2035		19.620.576,47	TPF
Operação 03	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	7.969.915,71		CDI
	Compra de 1.800 títulos	NTN-B 15/05/2035		7.969.915,71	TPF

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Buscou-se a compra de Títulos Públicos até 2035, visando a meta atuarial do Fundo Capitalizado, no volume de R\$ 27,6 milhões de reais. Houve ainda a entrada na renda variável americana, aproveitando cenário benéfico de abrandamento da meta de juros naquele país.

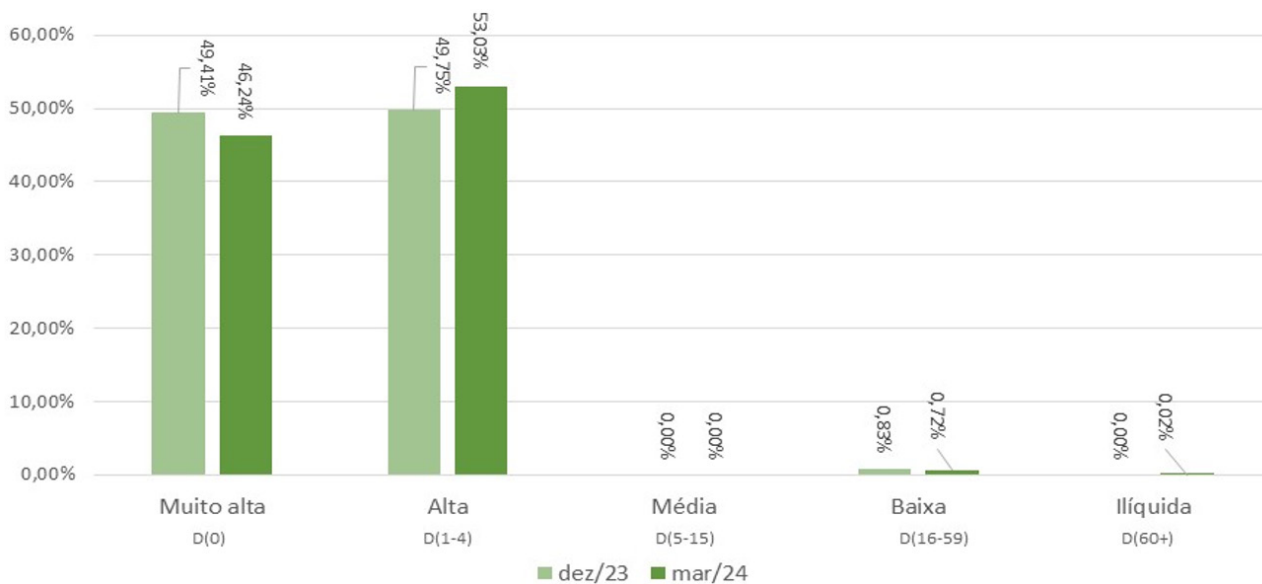
Gráfico 27 - Nível de Liquidez da Carteira do FC em março/2023



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

A carteira do FC, em 2023, fez um movimento para fundos de investimento em alta liquidez, ou seja, havendo a necessidade de resgate, poder-se-á realiza-los em até 4 dias. Há somente um fundo de investimento ilíquido no momento.

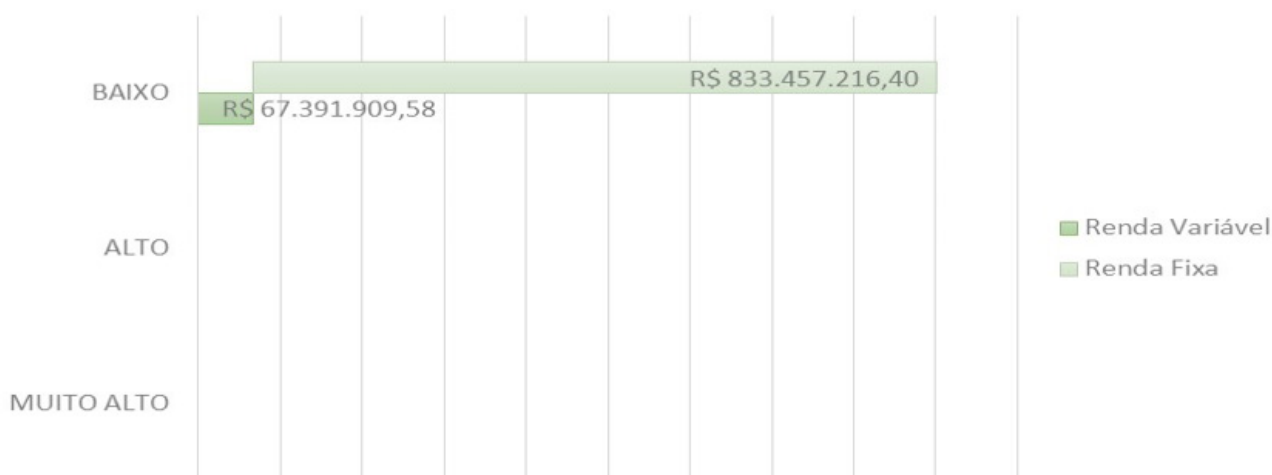
Gráfico 28 - Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre dezembro/2023 e março/2024



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

A posição da carteira do Fundo Capitalizado está toda em risco baixo, tanto para renda fixa (VaR < 2%), quanto para renda variável (VaR < 3%).

Gráfico 29 - Nível de Risco da Carteira do FC em março/2023 (Renda Fixa e Renda Variável)



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Por risco de volatilidade, não houve em março nenhum fundo de investimento com risco alto ou muito alto:

Tabela 58 - Nível de Risco da Carteira do FC (Renda Fixa e Renda Variável)

	Renda Fixa	Renda Variável	Percentual
Muito alto	R\$ -	R\$ -	0,00%
Alto	R\$ -	R\$ -	0,00%
Baixo	R\$ 833.457.216,40	R\$ 67.391.909,58	100,00%
Total	R\$ 833.457.216,40	R\$ 67.391.909,58	R\$ 900.849.125,98

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

O Fundo Capitalizado contém investimentos de baixo risco e dentro dos parâmetros regulares. Para março, a distribuição da carteira é feita em diversos gestores, administradores e custodiantes:

Tabela 59 - Distribuição da carteira por Gestor / Administrador / Distribuidor / Custodiante

Gestor	Administrador	Distribuidor	Custodiante
BB Asset Management	Banco Bradesco	BRB DTVM	Banco Bradesco
Bradesco Asset Management	Banco Santander	Caixa Econômica Federal	Oliveira Trust
Pátria Investimentos	BB Asset Management	Grid Investimentos	Banco do Brasil
CAIXA Asset	XP Investimentos		Banco Safra
Genial Investimentos	BNP Paribas		BNP Paribas
Itaú Asset Management	BRB DTVM		BRB DTVM
Itaú DTVM	Caixa Econômica Federal		Caixa Econômica Federal
Safra Asset Management	Itaú Unibanco		Itaú Unibanco
Santander Brasil Asset Managen	Safra Asset Management		Santander Caceis
Western Asset	S/ Administrador		Oliveira Trust
S/ Gestor			Genial Investimentos
			Renascença
TOTAL	941.122.012,05	941.122.012,05	941.295.001,01

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Fundos de Investimentos em Participação e Imobiliários do Fundo Capitalizado

Os fundos estruturados estão marcados como Fundo de Investimentos em Participação (FIP) e Fundo de Investimentos Imobiliários (FII) nos gráficos. Têm tópico dividido dada a especificidade do assunto.

Pátria Infraestrutura V Advisory FIP

Houve a chamada de Capital de 2,14% (R\$ 535.828,15 mil de reais) do valor subscrito (R\$ 25 milhões). Houve a subscrição em dezembro de 2023 do fundo. Conforme relatório do gestor:

[...]

O Pátria Infraestrutura V Advisory FIP M (“Fundo” ou “Fundo V”) iniciou seu período de investimento em julho de 2023 e desde então anunciou dois investimentos, sendo estes: i) Via Araucária, uma concessão que abrange 473 km de rodovias pedagiadas entre a região metropolitana de Curitiba e Campos Gerais, no Estado do Paraná Brasil; e ii) Evolution Mobility, uma nova plataforma de mobilidade elétrica que visa se tornar um provedor de infraestrutura de frotas comerciais elétricas.

Os dois investimentos, Via Araucária e Evolution Mobility foram selecionados de acordo com a estratégia do Pátria de investir em setores essenciais de infraestrutura, que resolvam gargalos estruturais da economia, com foco em ativos que possibilitem a captura do prêmio de desenvolvimento.

Seguem as informações sobre os Fundos de investimentos, rentabilidades no mês e no acumulado:

Tabela 60 - Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado entre os Benchmarks acumulada

Nome	Rentabilidade Acumulada (Ano)	Rentabilidade no mês	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	405.279,05	R\$ 47.136,10	R\$ 2.739.066,66
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	45.490,34	R\$ 45.475,69	R\$ 500.777,05
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	383.703,83	R\$ 166.245,68	R\$ 19.132.613,90
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	161.508,83	R\$ 48.199,14	R\$ 771.833,78
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1.197.230,75	R\$ 471.314,35	R\$ 63.187.896,03
BB SELEÇÃO FATORIAL FIC AÇÕES	(85.727,63)	R\$ 17.134,98	R\$ 1.064.684,58
BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	938.802,73	R\$ 500.890,63	R\$ 17.530.335,34
BRANCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	1.050,70	R\$ 341,81	R\$ 69.745,59
BB NORDEA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	141.878,67	R\$ 76.044,79	R\$ 2.301.174,78
BRANCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	476.417,78	R\$ 161.986,72	R\$ 19.883.220,13

BRDESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	61.778,72	R\$ 23.454,49	R\$ 3.200.050,63
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.531.304,68	R\$ 597.799,93	R\$ 80.019.642,99
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	7.103,69	R\$ 2.310,23	R\$ 402.126,72
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	652.175,47	R\$ 284.842,25	R\$ 32.002.845,64
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	(161.068,38)	R\$ 68.943,10	R\$ 6.763.440,67
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2.019.352,18	R\$ 661.773,50	R\$ 83.759.086,53
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	584.790,50	R\$ 183.128,52	R\$ 36.802.281,94
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	9.282,04	R\$ 1.133,41	R\$ 131.642,11
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	(17.812,72)	R\$ 3.236,79	R\$ 352.262,46
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	160.209,26	R\$ 52.630,81	R\$ 5.878.997,47
ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES	(16.848,04)	R\$ 279,63	R\$ 593.422,60
ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	(268.556,20)	R\$ 16.003,51	R\$ 5.984.323,16
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	557.578,54	R\$ 196.320,44	R\$ 23.493.235,11
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	211.162,85	R\$ 73.948,29	R\$ 13.458.722,07
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB FIC AÇÕES	(77.591,49)	R\$ 34.278,10	R\$ 4.972.687,81
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	203.604,31	R\$ 85.239,59	R\$ 13.264.481,26
WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	56.362,06	R\$ 6.164,60	R\$ 399.852,16
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	1.274.563,90	R\$ 328.787,04	R\$ 9.782.436,66
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	(283.932,42)	R\$ 94.169,60	R\$ 3.745.878,75
BB SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	376.632,47	R\$ 251.241,20	R\$ 6.846.514,19
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	688.862,85	R\$ 227.009,94	R\$ 24.359.758,92
SAFRA SMALL CAP PB FIC AÇÕES	(115.278,53)	R\$ 96.766,14	R\$ 4.354.966,08
CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES	(81.851,01)	R\$ 15.260,40	R\$ 1.896.477,84
ITAÚ PRIVATE S&P500® BRL FIC MULTIMERCADO	697.014,56	R\$ 230.320,76	R\$ 6.966.479,90
BRDESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	344.792,18	R\$ 109.607,83	R\$ 12.148.494,28
ITAÚ SMALL CAP VALUATION FIC AÇÕES	(34.099,01)	R\$ 18.328,05	R\$ 981.713,96
BB DIVIDENDOS MIDCAPS FIC AÇÕES	321.049,17	R\$ 201.221,33	R\$ 16.306.700,44
PÁTRIA INFRAESTRUTURA V	(362.839,19)	R\$ 30.094,48	R\$ 172.988,96
Título Público	13.971.127,39	R\$ 3.932.436,93	R\$ 414.899.152,90

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Ao Fundo Capitalizado, há meta de 2,66% no ano e a rentabilidade da carteira foi de 3,07% no acumulado, em consonância com as informações acima. Para o mês de março, a rentabilidade esperada pela meta era 0,57%, e a rentabilidade efetivada foi de 0,98%.

Ante o exposto, e considerando o cenário do ano, o Fundo Capitalizado rentabilizou R\$ 25,9 milhões de reais no acumulado do ano e R\$ 8,8 milhões somente em março:

Tabela 61 - Detalhamento da rentabilidade do Fundo Capitalizado no mês

	IPCA	Meta da Política de Investimentos (IPCA +5,02%)	Rentabilidade %	Rentabilidade Nominal
Janeiro	0,42%	0,83%	1,08%	8.675.179,02
Fevereiro	0,83%	1,24%	0,98%	8.427.510,80
Março	0,16%	0,57%	0,98%	8.871.815,06
Acumulado	1,42%	2,66%	3,07%	25.974.504,88

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Fundo Administrativo

As tabelas abaixo resumem as movimentações em fundos de investimento da Taxa de Administração, a qual, cabe lembrar, é do plano de custeio do RPPS e não possui referencial de rentabilidade para 2024, possuindo seus recursos alocados em fundos de investimento de baixo risco e elevada liquidez:

Tabela 62 - Detalhamento do acumulado no mês de março dos fundos de investimento do Fundo Financeiro

Nome	Rentabilidade Acumulada (Ano)	Rentabilidade no mês	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 36.213,34	R\$ 15.965,87	R\$ 3.161.247,67
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 26,61	R\$ 8,73	R\$ 1.032,33
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 1.428,03	R\$ 712,81	R\$ 369.382,42
CEF FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO	R\$ 147,75	R\$ 48,03	R\$ 5.579,08

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Considerando as aplicações realizadas, houve rentabilidade de R\$ 37.667,98 no acumulado do ano, com R\$ 16.687,41 no mês. Por está posicionada em elevada liquidez e baixo risco, há menor volatilidade.

Fecha-se o mês de março de 2024 com mais de R\$ 5,7 bilhões de recursos distribuídos entre os Fundos Solidário Garantidor, Taxa de Administração, Fundo Capitalizado e Fundo Financeiro, conforme a distribuição abaixo:

Tabela 63 - Demonstrativo por Segmento, artigo da Resolução CMN 4.963/2021, Limites, e posição atual da carteira

SEGMENTO	Artigo	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN % (Pró-Gestão II)	LIMITES DA PI (%)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)
RENDA FIXA	Art. 7º, I, a	Títulos Públicos Federais	100,00	100,00	R\$ 1.603.375.054,90	27,78%
	Art. 7º, I, b	Fundos 100% Títulos TN	100,00	100,00	R\$ 2.053.757.564,92	35,59%
	Art. 7º, I, c	Fundos Renda fixa "livre"	100,00	100,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, II	Operações Compromissadas	5,00	5,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, III, a	FI Renda Fixa "Referenciado"	70,00	70,00	R\$ 1.313.570.464,87	22,76%
	Art. 7º, III, b	ETF - Fundos de índice de renda fixa	70,00	70,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, IV	Obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas	20,00	20,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, V, a	FIDC	10,00	10,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, V, b	FI Renda Fixa "Credito Privado"	10,00	10,00	R\$ 76.318.713,10	1,32%
RENDA VARIÁVEL	Art. 7º, V, c	FI Debêntures de Infraestrutura	10,00	10,00	R\$ -	0,00%
	Art. 8º, I	FI de Ações	40,00	40,00	R\$ 347.414.140,74	6,02%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	Art. 8º, II	ETF - Índices de Ações - Art. 8º, I, b	40,00	40,00	R\$ -	0,00%
	Art. 9º, I	Renda Fixa "Dívida Externa"	10,00	10,00	R\$ -	0,00%
	Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior	10,00	10,00	R\$ 123.126.478,37	2,13%
ESTRUTURADOS	Art. 9º, III	Fundos BDR - Nível 1	10,00	10,00	R\$ 70.181.218,37	1,22%
	Art. 10, I	Fundos Multimercados	10,00	10,00	R\$ 101.130.617,27	1,75%
	Art. 10, II	Fundos em Participações - FIP	5,00	5,00	R\$ 44.907.104,31	0,78%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	Art. 10, III	Fundos "Mercado de Acesso"	5,00	5,00	R\$ -	0,00%
	Art. 11	FI Imobiliário - FII	5,00	5,00	R\$ 37.587.451,60	0,65%
CONSIGNADOS	Art. 12	Consignados	5,00	5,00	R\$ -	0,00%
TOTAL					R\$ 5.771.368.808,45	

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Principais Destaques dos Ativos Não Financeiros

Contextualização

O Fundo Solidário Garantidor (FSG) foi criado pela Lei Complementar nº 932/2017 com o propósito de mitigar o déficit financeiro e atuarial do Fundo Financeiro gerido pelo Iprev-DF. Essa medida visou conferir maior sustentabilidade ao sistema previdenciário dos servidores do Governo do Distrito Federal (GDF).

A partir da LC o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF) foi reorganizado e unificado, e instituiu-se o Regime de Previdência Complementar do Distrito Federal (RPC/DF). Com essa medida, o GDF não só honrou compromissos financeiros anteriores com o Iprev-DF e seus fundos sob gestão, mas também adotou ações para reduzir os déficits atuariais e financeiros do RPPS/DF. Ademais, autorizou a criação da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal (DF-PREVICOM), responsável pela gestão do RPC.

Em 2018, foi iniciado um estudo para revisar a Lei Complementar nº 769/2008, conforme previsto no art. 52 da LC 932/2017. Esse dispositivo estabelece que o Poder Executivo deve encaminhar a revisão dos regimes próprios e complementares de previdência dos servidores do Distrito Federal no prazo de 4 anos a partir da entrada em vigor da Lei.

Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros (UFSG)

A UFSG/Iprev-DF tem como principal incumbência a rentabilização e monetização de bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor (FSG).

Entrada de Recursos no Iprev-DF Relativos ao Artigo 73-A da LC 932/2017 em março/2024

A tabela a seguir resume a entrada de recursos no Iprev-DF proveniente dos bens, direitos e ativos não financeiros garantidos pelo art. 73-A da LC 932/2017, em fevereiro de 2024:

Tabela 64 - Detalhamento Da monetização e rentabilização dos bens, ativos e direitos não financeiros do FSG – março/ 2024

Item	Receitas acumulada em 2024
Imóveis	45.596,37
Total	45.596,37

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Por fim, detalham-se não só os ingressos de recursos, como também os recursos acumulados desde 2018 até a presente data e, ainda, os recursos transferidos ao Fundo Financeiro, conforme política de investimentos, segundo tabela abaixo:

Tabela 65 - Detalhamento de receitas dos bens, ativos e direitos não financeiros do FSG no acumulado

Item	Receitas Acumuladas	Transferência Totais	TOTAL
Imóveis	779.020,12	-	779.020,12
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	166.371.040,85	131.328.096,66	35.042.944,19
Outorga PPP GDF	3.800.000,00	3.800.000,00	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	325.573.589,59	325.573.589,59	0,00
Direito Superfície - Estacionamentos	-	-	0,00
Direito Superfície - Reg. Fundiária	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	616.467.856,49	616.467.856,49	0,00
TOTAL -->>	1.112.991.507,05	1.077.169.542,74	35.821.964,31

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

DIRETORIA JURÍDICA

A Diretoria Jurídica, unidade orgânica de comando e supervisão diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, compete, observada a competência da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, prestar consultoria, assessoria e orientação jurídica ao Diretor-Presidente, à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A Diretoria possui como as suas principais atribuições:

- Prestar consultoria, assessoria e orientação jurídica;
- Emitir notas técnicas e despachos;
- Análise jurídica de documentos;
- Avaliar a regularidade processual;
- Analisar sindicâncias e processos disciplinares;
- Elaborar e revisar atos normativos; e
- Interlocução com órgãos judiciais e de controle.

Estas atribuições garantem a conformidade jurídica, a eficiência administrativa e a transparência das ações do Iprev-DF, contribuindo para a realização de seus objetivos institucionais.

Transparência

Nos termos da Lei Complementar Distrital nº 942, de 05 de abril de 2018, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) tem como uma de suas atribuições a representação judicial do Iprev-DF, mantendo, assim, o registro de todas as ações judiciais impetradas em face desta Autarquia Previdenciária. A base de dados dos processos em curso (Sistema SAJ) é de acesso exclusivo da PGDF.

O Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 3.5, em seu item 3.2.8 – TRANSPARÊNCIA, consigna os documentos e informações mínimos a serem divulgados pelo RPPS em seu site, incluindo o “Relatório de avaliação do passivo judicial ou declaração de inexistência de passivo judicial de responsabilidade de pagamento pela unidade gestora do RPPS”.

Assim, as evidências relacionadas ao atendimento do subcritério de “avaliação do passivo judicial ou declaração de inexistência de passivo judicial de responsabilidade de pagamento pela unidade gestora do RPPS” foram remetidas pela PGDF ao Iprev-DF no mês de abril de 2024.

É importante destacar que, diante dos normativos que regem o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, deve-se ter a devida cautela ao divulgar os dados obtidos junto à Procuradoria, considerando as especificidades legais que orientam a publicação destas informações, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Na tabela abaixo, fornecida pela Diretoria de Suporte Administrativo da Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal Estatutário da PGDF, são apresentados os temas mais relevantes nos processos cadastrados no Sistema SAJ.

Tabela 66 - Categoria de assuntos mais relevantes nos processos cadastrados no Sistema SAJ até abril de 2024

Assunto	Soma dos valores das causas (R\$)
Aposentadoria	824.527.759,57
Jornada de Trabalho	31.832.856,24
Pensão - Concessão	19.782.001,70
Diferença Salarial / 40 horas - LC 840/2011	14.656.566,04
Sistema Remuneratório e Benefícios	13.274.488,18
Demais Assuntos	82.559.085,42
	Total (R\$): 986.632.757,15

Dados: até Abril/2024

Fonte e Elaboração: DIRIN/IpREV-DF

O Gabinete do Procurador-Chefe da Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal Estatutário da PGDF também apresentou um levantamento com potenciais passivos contingentes conforme figura abaixo:

Tabela 67 - Levantamento dos potenciais passivos do IpREV-DF

Passivos Contingentes		Providências	
Descrição	Valor (R\$)	Descrição	Valor (R\$)
Demandas Judiciais			986.632.757,15
a) Aposentadoria	824.527.759,57		
b) Jornada de Trabalho	31.832.856,24		
c) Pensão - Concessão	19.782.001,70		
d) Diferença Salarial / 40 horas - LC 840/2011	14.656.566,04		
e) Demais Assuntos	13.274.488,18		
Dívidas em Processo de Reconhecimento	82.559.085,42		
Avais e garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
Subtotal (R\$)	986.632.757,15	Subtotal (R\$)	986.632.757,15
Demais Riscos Fiscais Passivos		Providências	
Descrição	Valor (R\$)	Descrição	Valor (R\$)
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projetos			
Outros Riscos Fiscais			
Subtotal (R\$)		Subtotal (R\$)	
Total (R\$)	986.632.757,15	Total (R\$)	986.632.757,15

Dados: até Abril/2024

Fonte e Elaboração: DIRIN/IpREV-DF

Institucionais

Desenvolvimento e Implementação de Ações

Diante da importância de aprimorar a gestão de processos e procedimentos internos, a qualidade das informações que subsidiam decisões estratégicas, bem como diminuir o risco de falhas e inconsistências na documentação emitida, a Dijur está implementando e desenvolvendo diversas ações no âmbito da Diretoria.

Neste contexto, a Dijur tem buscado uma interlocução com outros órgãos do Governo do Distrito Federal para obtenção de dados oriundos de fontes externas ao Iprev-DF que também subsidiam os trabalhos da Diretoria.

Observam-se ações voltadas para o aprimoramento no modo de mapear e gerir documentos e processos, com a utilização de ferramentas que permitem uma melhor gestão de dados e processos, tendo sido implementada uma rotina de atualização da base de dados em formato de planilha em Excel.

Essa ferramenta permite um mapeamento das atividades da área, como a emissão de notas técnicas em processos de contratação, processos de concessão de benefícios e revisão de legislação, fornecimento de subsídios em defesa de processos judiciais conduzidos pela PGDF e cumprimento de decisões judiciais.

A Dijur aprimorou seu papel no gerenciamento dos processos judiciais relacionados ao Iprev-DF, mantendo uma comunicação constante com os Tribunais, no recebimento de ofícios e no cumprimento das decisões judiciais.

Adicionalmente, estão sendo realizadas atividades de padronização de minutas de documentos oficiais, como ofícios, despachos, notas técnicas e outros.

O mapeamento fornece dados estatísticos com informações gerais que permitem visualizar o volume de demandas tratadas pela diretoria.

É crucial destacar que os dados mapeados possuem informações que exigem a devida cautela em sua divulgação, considerando as especificidades legais que orientam a publicação de dados pessoais, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Ações de Padronização e Manualização

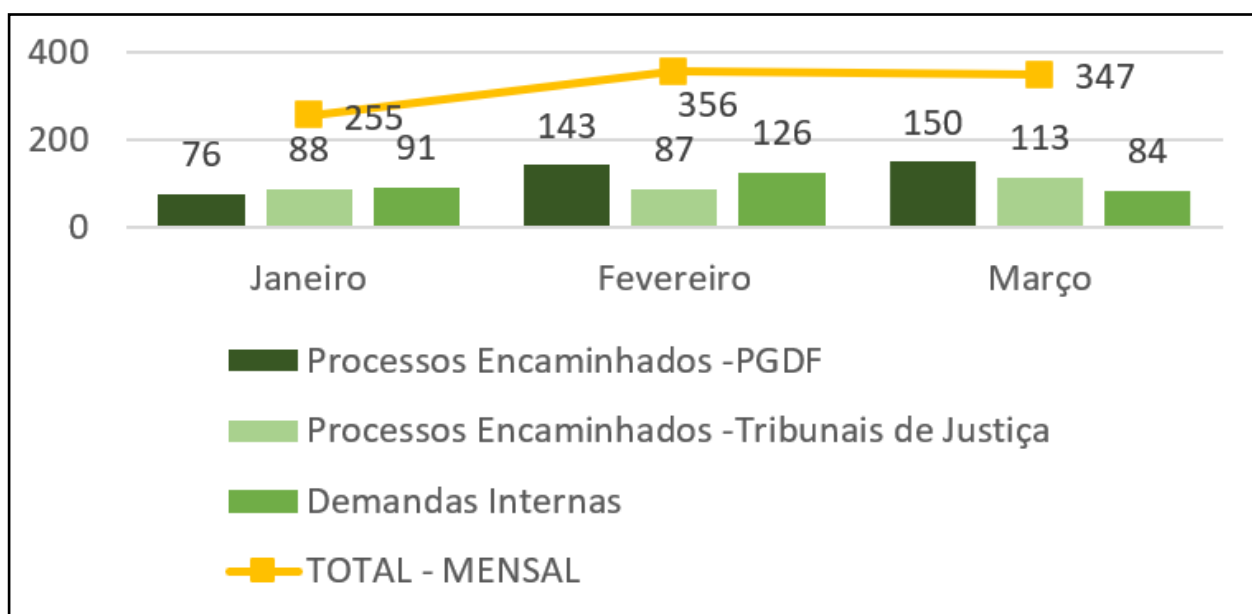
Ressaltam-se também as ações voltadas para a criação de novos fluxogramas, bem como para a manualização das atividades das unidades da Dijur, de modo a atender os requisitos do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, Pró-Gestão RPPS.

No que tange ao critério de Manualização das Atividades, deve-se considerar que internamente estão sendo desenvolvidos os trabalhos, embora, na presente data, o requisito não esteja plenamente atendido para todas as atividades executadas pela Diretoria, em razão dos procedimentos necessários às formalizações internas.

Demandas do 1º Trimestre de 2024

Tendo em vista suas atribuições regimentais, a Dijur impulsionou, no período de janeiro a março de 2024 (1º trimestre), o total de 958 de processos listados na tabela abaixo, a qual relaciona todas as demandas judiciais e administrativas recebidas pela Diretoria, abrangendo feitos oriundos da PGDF, de Tribunais de Justiça e demandas do próprio Iprev-DF.

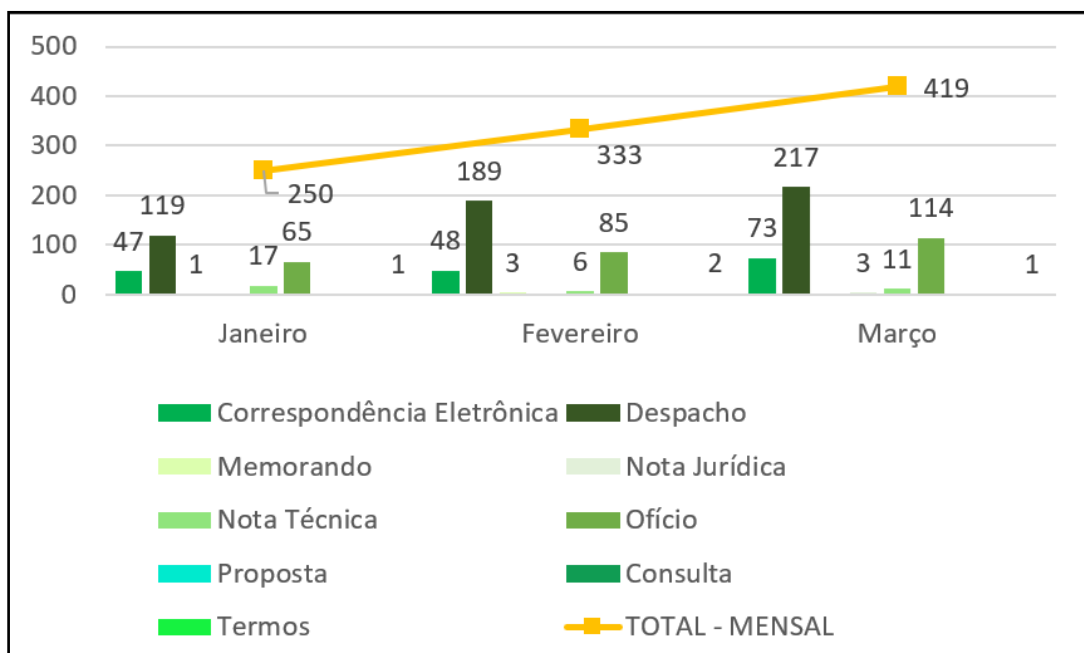
Gráfico 30 - Demandas Judiciais e Administrativas (Processos)
1º Trimestre/2024



Fonte: <https://sei.df.gov.br> Iprev-DF

Objetivando uma visão abrangente das realizações da Dijur no 1º trimestre de 2024, apresenta-se gráfico abaixo, a qual destaca os documentos gerados por todas as Unidades da Diretoria no período referenciado.

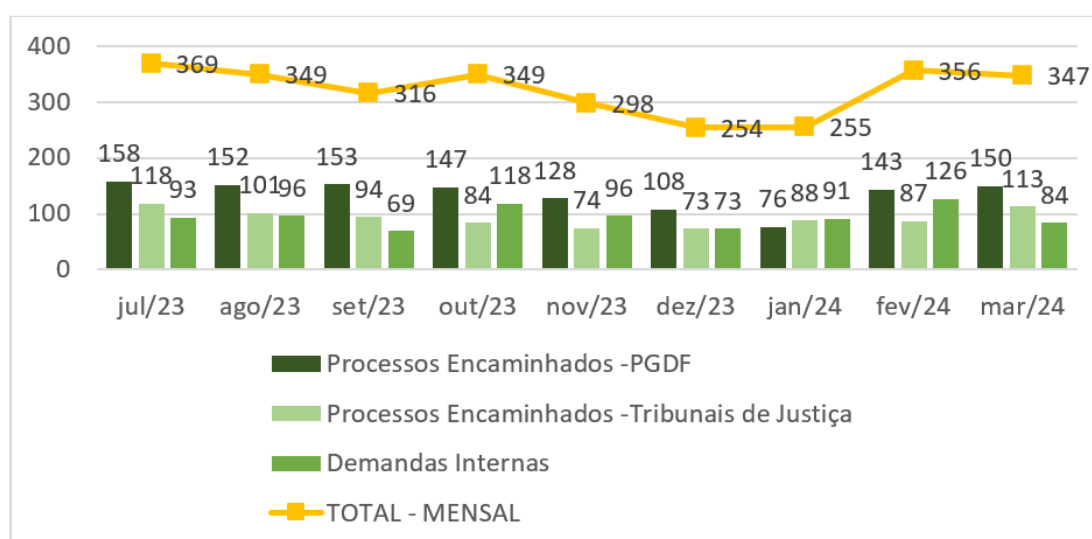
Gráfico 31 - Documentos Gerados na Diretoria Jurídica



Fonte: <https://sei.df.gov.br>

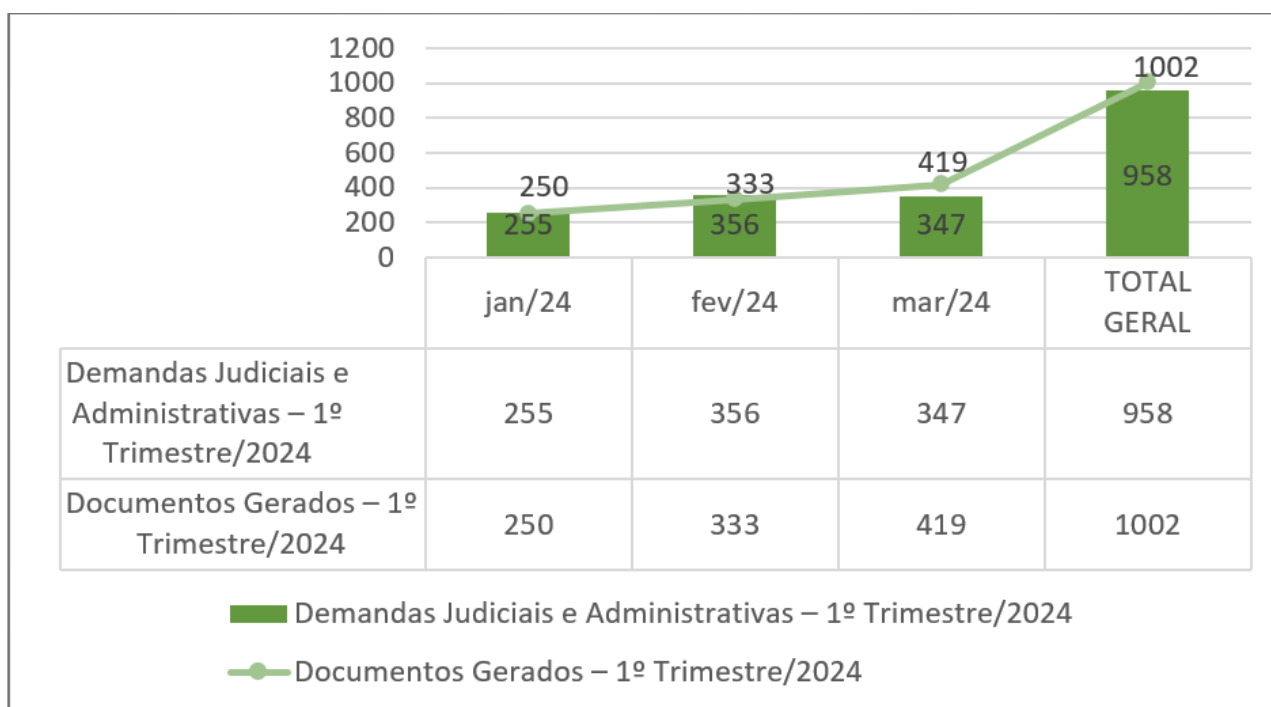
Tendo em vista o cenário incremental de processos que transitam pela Dijur, bem como o histórico de ações desenvolvidas pela Diretoria constantes do Relatório Semestral, relativo ao 2º Semestre de 2023 (SEI nº 132774301), foi possível a construção dos Gráficos abaixo, os quais permitem uma visão da evolução dos trabalhos da Diretoria.

Gráfico 32 - Demandas Judiciais e Administrativas 3º e 4º Trimestres/2023 e 1º Trimestre/2024



Fonte: <https://sei.df.gov.br>

Gráfico 33 - Comparativo Demandas Judiciais e Administrativas e Documentos Gerados 1º Trimestre/2024



Fonte: <https://sei.df.gov.br>

Notas Técnicas e OAP's Relevantes

No período de janeiro a março de 2024, foram elaboradas aproximadamente 34 Notas Técnicas abordando questões jurídicas cruciais para o Iprev-DF. Essas notas serviram como base para a tomada de decisões informadas e incluíram análises detalhadas sobre uma variedade de temas, tais como projetos de lei, processos administrativos disciplinares, contratações e prorrogações contratuais para a consecução de serviços essenciais ao bom funcionamento desta entidade, dentre outros.

O relatório destaca apenas algumas das notas produzidas no período em referência, consideradas relevantes. Ademais, a Dijur está trabalhando em um novo Ementário, que será divulgado no início do segundo semestre de 2024.

Nota Técnica N.º 2/2024 - IPREV/DIJUR/COAP
Possibilidade jurídica de servidora ser reenquadrada no regime próprio de previdência do Distrito Federal vigente ao tempo em que ingressou no serviço público, à data do seu vínculo originário. (Processo SEI-GDF nº 00060-00254078/2023-23)
Nota Técnica N.º 3/2024 - IPREV/DIJUR/COAP/GEACI
Análise de proposta de permuta de imóveis incorporados ao Fundo Solidário Garantidor (FSG), vinculado a este Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV-DF, uma vez que os imóveis incorporados ao FSG não podem ser explorados e, conseqüentemente, rentabilizarem, em razão da elevada restrição de uso e de pendências judiciais. (Processo SEI-GDF nº 00413-00003617/2021-12)
Nota Técnica N.º 2/2024 - IPREV/DIJUR/COAA/GEALC
Viabilidade jurídica contratação de Prestação de serviço de Outsourcing de impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de equipamentos monocromáticas e policromáticas e scanners. Contrato de Prestação de Serviços nº 50846/2024 Iprev-DF, nos termos do Padrão nº 04/2002. (Processo SEI-GDF nº 00413-00000788/2023-51)
Nota Técnica N.º 8/2024 - IPREV/DIJUR/COAA/GEALC
Viabilidade jurídica para a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário nº 02/2020 - IPREV/DF, celebrado entre o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (Processo SEI-GDF nº 00413-00000342/2020-84)
Notas Técnicas N.º 1 e 2/2024 - IPREV/DIJUR/COAA
Participação de servidor na 78ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - CONAPREV. (Processo SEI-GDF nº 00413-00000108/2024-81)

Normativos

A Dijur, em ação conjunta com outras Diretorias do Iprev-DF, tem desenvolvido ações de revisão dos normativos conforme as necessidades das unidades desta autarquia, mediante demandas e requerimentos.

Registra-se a elaboração de minuta de Decreto para estruturar o Comitê de Investimento e Análise de Riscos, de acordo com o regramento do Decreto Distrital nº 39.415/2018.

Está em trâmite também a proposição de revogação da Portaria nº 21, de 30 de junho de 2016, com a criação de nova Portaria para o estabelecimento dos procedimentos administrativos nos casos de nomeação, posse e exoneração de servidores para cargos em comissão no âmbito do Iprev-DF.

Considerações Finais

Ao enfrentar desafios complexos, como a gestão de processos judiciais, a produção de notas técnicas relevantes e a análise crítica de projetos de lei e procedimentos administrativos disciplinares, a Dijur assegurou que o Iprev-DF atuasse em estrita conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Isso não apenas fortaleceu a integridade jurídica das operações do Iprev-DF, mas também protegeu os direitos e interesses dos servidores públicos e beneficiários do sistema previdenciário do Distrito Federal.

A capacidade da Dijur em lidar com as demandas emergentes, apresentando soluções jurídicas sólidas e fornecendo orientações precisas, reflete seu comprometimento em garantir a excelência na gestão jurídica do Iprev-DF. A colaboração com outros órgãos de controle e a constante busca pela conformidade legal são testemunhos do profissionalismo e do zelo com que a Dijur exerce suas responsabilidades.

O trabalho desenvolvido, apesar dos necessários aperfeiçoamentos, representa um avanço positivo neste curto espaço de tempo, com a realização de uma gestão que observa melhores práticas do direito administrativo, inibindo a ocorrência de erros jurídicos, refinando tecnicamente procedimentos e expedientes, e trazendo efetividade para o processo administrativo e para a governança do Iprev-DF.

À medida que nos encaminhamos para o futuro, a Diretoria Jurídica continuará a ser uma parte essencial da administração do Iprev-DF, fornecendo suporte jurídico robusto e assegurando que a autarquia previdenciária do Distrito Federal atue com eficiência, transparência e rigor jurídico.

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria Especial da Presidência é unidade orgânica de assessoramento diretamente subordinada ao Diretor-Presidente e compete, dentre outras atribuições dispostas no art. 8º do Decreto nº 39.381/2018:

- assessorar e orientar os trabalhos da Presidência;
- assessorar a Diretoria Executiva - DIREX, de forma direta e imediata;
- promover o assessoramento ao Comitê de Investimentos e Análise de Riscos- CIAR, de forma direta e imediata; e
- promover o assessoramento aos Conselhos de Administração - CONAD e Fiscal – CONFIS.

Realizações do 1º trimestre de 2024

Realização de Audiência Pública da Prestação de Contas Anual

O projeto teve como objetivo a realização da III Audiência Pública do Iprev-DF nos padrões estabelecidos pela Certificação Pró-Gestão RPPS, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.

A audiência pública ocorreu em 27 de março de 2024, às 15h, no formato presencial, no Auditório da Escola de Governo do Distrito Federal (Egov-DF), e de forma virtual, tendo sido transmitida ao vivo por meio dos canais do Iprev-DF (<https://www.youtube.com/@institutodeprevidencia.iprevdf>) e da Seec (<https://www.youtube.com/@seecgdf>) no YouTube, garantindo, assim, a ampliação do alcance e o cumprimento das exigências legais de participação popular.

A ampla divulgação ocorreu por meio de publicação de Aviso de Audiência Pública, publicado no DODF nº 37, pág. 52, 23 de fevereiro de 2024, conforme link: dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2024|02_Fevereiro|DODF_037_23-02-2024|&arquivo=DODF_037_23-02-2024_INTEGRA.pdf.

Paralelamente, foram divulgadas peças gráficas de janela de anúncio temporário (pop-up) nos portais oficiais do Governo do Distrito Federal (GDF), e em outras mídias sociais oficiais.

Imagem 5 - Audiência pública



Fonte: <https://www.iprev.df.gov.br/audiencia-publica-27-03-2024/>.

Atividades dos Órgãos Colegiados

Os órgãos colegiados do Iprev-DF foram criados por meio da Lei Complementar nº 769/2008 e se encontram previstos na estrutura organizacional do Iprev-DF, conforme o disposto nos arts. 88 e 89 da referida legislação, e, também, no art. 3º, inciso I, do Regimento Interno.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão superior de deliberação colegiada, composto por 14 (quatorze) membros nomeados pelo Governador do Distrito Federal. Desses, 7 (sete) são representantes do Governo e 7 (sete) são representantes dos segurados, participantes ou beneficiários, indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal.

A atual composição se encontra publicada no site institucional, no link <https://iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/CONSELHEIROS-REPRESENTANTES-DO-GOVERNO-E-SEGURADOS-ATUALIZADA-EM-27-12-2023.pdf>.

O §7º do Art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008, também preceitua atendimento aos requisitos mínimos para atuação no Conselho:

[...]

7º Os requisitos a que se referem o § 6º, I e II, aplicam-se aos membros dos conselhos de administração e fiscal e ao comitê de investimentos da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. (grifo nosso)

Nesse sentido, os referidos requisitos são:

1. Possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;
2. Possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

Periodicidade das Reuniões

A periodicidade das reuniões do Conad está prevista no Regimento Interno do Conselho, o qual preceitua que as reuniões serão de forma presencial ou por videoconferência, uma vez por mês, durante o ano civil, por convocação, na primeira quarta-feira de cada mês ou, em caso de feriados, na quarta-feira subsequente, no máximo 12 (doze) vezes durante um ano civil e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou em decorrência de requerimento de, no mínimo, um terço dos membros, conforme calendário anual publicado no site do Iprev-DF, conforme o link https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/calendario_de_reunioes_conad_2024.pdf.

Publicação das Atividades do Conad

As atas do referido órgão colegiado são publicadas no site institucional do Iprev-DF. As atas relativas ao 1º trimestre/2024 foram:

Tabela 68 - Reuniões CONAD

REUNIÃO	DATA	PRINCIPAIS DECISÕES	LINK DA PUBLICAÇÃO DA ATA
78ª Reunião Ordinária	10/01/2024	O Colegiado aprovou o Plano de Atividades para o exercício de 2024 e as metas estabelecidas	https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/ata_78a_reuniao_ordinaria_conad.pdf
79ª Reunião Ordinária	07/02/2024	Ficou acordado que o Relatório de Atividades do Conselho (LINKAR) poderia ser publicado no sítio oficial, na área do CONAD	https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/ata_79a_reuniao_ordinaria_conad.pdf
80ª Reunião Ordinária	07/03/2024	Não houve ato decisório/deliberativo	https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/ata_80a_reuniao_ordinaria_conad.pdf

Fonte: <https://iprev.df.gov.br/conad/>

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador dos atos de gestão do Iprev-DF, composto por:

- a) 4 (quatro) representantes dos segurados, participantes e beneficiários, indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal, sendo 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes;
- b) 2 (dois) indicados pelo Governador do Distrito Federal, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente.

A atual composição se encontra publicada no site institucional do Iprev-DF, por meio do link: https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/planilha_conselheiros_confis_abril_2024.pdf.

Os requisitos mínimos exigidos para atuação no Conselho, segundo o preceituado no §7º do Art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008, in verbis:

Os requisitos mínimos exigidos para atuação no Conselho, segundo o preceituado no §7º do

[...]

§7º Os requisitos a que se referem o § 6º, I e II, aplicam-se aos membros dos conselhos de administração e fiscal e ao comitê de investimentos da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

Nesse sentido, os referidos requisitos são:

- I. Possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;
- II. Possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

Em atendimento ao preceituado no Parágrafo único do art. 89 da Lei Complementar nº 769/2008, os membros do Conselho Fiscal do Iprev-DF deverão ter formação superior em administração, ciências contábeis, econômicas ou atuariais.

Periodicidade das Reuniões

A periodicidade das reuniões do Confis está prevista no Art. 91 da Lei Complementar nº 769/2008, consignado, ainda, no Regimento Interno do Conselho, que preceitua que o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou em decorrência de requerimento de algum membro, devidamente justificado por meio de Ofício dirigido ao seu Presidente, conforme calendário anual publicado no link: https://iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/CALENDARIO_DE_REUNIOES_CONFIS_2024_retificado.pdf.

Publicação das Atividades do Confis

As atas do referido órgão colegiado são publicadas no site institucional do Iprev-DF. As atas relativas ao 1º trimestre/2024 foram:

Tabela 69 - Reuniões Confis

REUNIÃO	DATA	PRINCIPAIS DECISÕES	LINK DA PUBLICAÇÃO DA ATA
47ª Reunião Ordinária	16/01/2024	Posse da Conselheira Andrea Gomes, para o segundo mandato como Membro Titular do Conselho Fiscal	https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/ata_47a_reuniao_ordinaria_confis.pdf
96ª Reunião Extraordinária	23/02/2024	O Colegiado solicitou à Diretoria de Investimentos que fosse incluído em todos os relatórios mensais os dados das taxas, e percentuais de administração e performance, juntamente com outras informações dos fundos presentes na carteira; O colegiado, por unanimidade, aprovou os relatórios apresentados pela DIRIN, de acordo com o fundamento constante no Item 3.2.6 - Política de Investimentos do Manual do PRÓ-GESTÃO RPPS;	https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/ata_96a_reuniao_extraordinaria_confis.pdf
97ª Reunião Extraordinária	05/03/2024	Foi Solicitado à Diretoria de Investimentos que retificasse o relatório de investimentos referente a dezembro de 2023, quanto aos valores do Fundo Solidário Garantidor - FSG, que não estava conciliado com o Balanço Contábil constante no SIGGO; O Presidente do Conselho Fiscal ratificou a necessidade de os membros tomarem conhecimento do "Relatório de Gestão".	https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/ata_97a_reuniao_extraordinaria_confis.pdf

Fonte: <https://iprev.df.gov.br/confis/>.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é unidade orgânica de deliberação coletiva, órgão ao qual cabe assegurar a execução dos objetivos do Iprev-DF.

Está prevista no Art. 87 da Lei Complementar nº 769/2008, in verbis:

[...]

Art. 87. O Iprev/DF contará com os seguintes órgãos na sua estrutura:

I – Conselho de Administração;

II – Conselho Fiscal;

III – Diretoria Executiva. (grifado)

A Diretoria-Executiva do Iprev-DF, conforme preceitua o Art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008, alterada pela Lei Complementar nº 1013, de 21/07/2022, é composta por 6 Diretores, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandato de 4 anos, permitida a recondução, sendo 1 Diretor-Presidente com remuneração, equiparado, para todos os efeitos, a Secretário de Estado, com todas as suas prerrogativas, direitos e vantagens; 1 Diretor de Governança, Projetos e Compliance; 1 Diretor de Previdência; 1 Diretor Jurídico; 1 Diretor de Investimentos; e 1 Diretor de Administração e Finanças.

Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social do Distrito Federal devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

- I. possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;
- II. possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;
- III. ter formação superior.

Publicação das Atividades da Direx

As atas das reuniões da Diretoria Executiva relativas ao 1º trimestre/2024 foram:
Está prevista no Art. 87 da Lei Complementar nº 769/2008, in verbis:

Tabela 70 - Reuniões Direx

REUNIÃO	DATA	PRINCIPAIS DECISÕES
69ª Reunião Ordinária	1/02/2024	<p>Aprovação do Plano de Comunicação Institucional;</p> <p>Aprovação da matéria do projeto de "Ambientação" e "Integração" dos novos servidores públicos da carreira de Analista Previdenciário - Iprev-DF.</p>
70ª Reunião Ordinária	04/03/2024	<p>A Unidade de Comunicação Social encaminhará o guia de tabelas e gráficos que trata da padronização dos documentos, tabelas, gráficos e textos, produzidos pelas Diretorias e Unidades, para compor o Relatório de Governança Corporativa, para análise e posterior deliberação em DIREX;</p> <p>Apresentação sobre a periodicidade do procedimento, para confecção do relatório de governança elaborado nos padrões exigidos pelo Pró-Gestão.</p> <p>Atualização do Manual de Governança apresenta no texto a versão 3.0 do Manual do Pró-Gestão, o qual necessita está atualizado conforme a última atualização do Manual do Pró-gestão, que já se encontra na versão 3.5 em fevereiro/2024.</p>

Fonte: Aesp/Presidência

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

O Comitê de Investimentos e Análise de Riscos foi instituído por meio da Portaria nº 72, de 09 de novembro de 2023, a qual estabelece a estrutura, composição e funcionamento do Ciar do Iprev-DF. Vale ressaltar que a supracitada portaria revogou a Portaria nº 37, de 06 de outubro de 2016.

O Ciar é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo apoio executivo da Política de Investimentos do RPPS/DF.

I. Quatro membros da Unidade Gestora do RPPS:

- a) Diretor-Presidente/responsável pela Gestão de Recursos;
- b) Substituto do Diretor-Presidente;
- c) Diretor de Investimentos; e
- d) Substituto do Diretor de Investimentos;

II. Dois representantes da Casa Civil do Distrito Federal;

III. Um representante da Secretaria de Estado Fazenda do Distrito Federal;

IV. Um representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal;

V. Um representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal; e

VI. Um representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Compete ao titular de cada órgão representado no Ciar definir seus representantes, e dar ciência formal ao Coordenador do Comitê, para os encaminhamentos no âmbito do Iprev-DF.

Os servidores integrantes do Ciar deverão possuir vínculo funcional com o Distrito Federal, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração.

Quanto às exigências, é preceituado no art. 5º, da Portaria nº 72/2023, que os membros deverão atender, dentre outras, as seguintes condições:

- a) não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas art. 1º, I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;
- b) possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; e
- c) possuir diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior, devidamente registrado no Ministério da Educação.

O §7º do art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008 também preceitua requisitos mínimos para atuação no Conselho:

[...]

§7º Os requisitos a que se referem o § 6º, I e II, aplicam-se aos membros dos conselhos de administração e fiscal e ao comitê de investimentos da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

Nesse sentido, os referidos requisitos são:

- a) possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais; e
- b) possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria.

Periodicidade das Reuniões

A Portaria nº 72/2023 estabelece que as reuniões ordinárias do Ciar serão realizadas mensalmente, conforme o calendário anual publicado no site institucional do Iprev-DF, que pode ser conferido por meio do link: https://www.ipev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/calendario_de_reunioes_ciar_2024.pdf.

Publicação das Atividades do Ciar

As atas das reuniões do referido Comitê são publicadas no site institucional do Iprev-DF. As atas relativas ao 1º trimestre/2024 foram:

Tabela 71 - Reuniões Ciar

REUNIÃO	DATA	PRINCIPAIS DECISÕES	LINK DA PUBLICAÇÃO DA ATA
116ª Reunião Ordinária	29/01/2024	Foram aprovadas, por unanimidade, as estratégias de investimento para o Fundo Capitalizado e o Fundo Solidário Garantidor, para o mês de fevereiro/2024	https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/ata_116a_reuniao_ordinaria_ciar.pdf
117ª Reunião Ordinária	28/02/2024	Foram aprovadas, por maioria de votos, as estratégias de investimento para o Fundo Capitalizado e o Fundo Solidário Garantidor, para o mês de março/2024	https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/ata_117a_reuniao_ordinaria_ciar.pdf
118ª Reunião Ordinária	26/03/2024	Foram aprovadas, por unanimidade, as estratégias de investimento para o Fundo Capitalizado e o Fundo Solidário Garantidor, para o mês abril/2024	https://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/ata_118a_reuniao_ordinaria_ciar.pdf

Fonte: <https://iprev.df.gov.br/comite-de-investimento-e-analise-de-risco-ciar/>.

UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

À Unidade de Comunicação Social, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, compete, entre outros, intermediar o relacionamento entre o Diretor-Presidente do Iprev-DF e a imprensa local, nacional e internacional, confeccionar lay-out e arte final de peças institucionais e pedagógicas, impressas, eletrônicas e radiofônicas, bem como assistir ao Diretor-Presidente nos assuntos de comunicação social, promovendo a divulgação de atos, ações e eventos de interesse do Iprev-DF.

Dia do Aposentado no Parque da Cidade

Imagem 6 - Caminhada no Parque da Cidade promovida no Dia do Aposentado



Fonte: UCS/lprev-DF

A UCS tem se dedicado a estreitar a relação da instituição com os aposentados e pensionistas do Distrito Federal. No 1º trimestre de 2024, um dos destaques foi a realização de um grande evento no Parque da Cidade, na manhã do dia 26 de janeiro, para comemorar o Dia do Aposentado.

O evento contou com o apoio de várias entidades parceiras, como as secretarias de Saúde, de Esportes e Lazer, Agricultura e Economia, além da Administração do Parque, Academia Buriti, BRB, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Caesb, Detran, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar do DF, Novacap, Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF e Sinpro-DF, entre outros.

Entre as atividades realizadas, destacam-se uma caminhada de dois quilômetros guiada por um instrutor da Academia Buriti, a aferição da pressão e a medição da glicemia, aulas de alongamento, massagens, vacinas, exames de vista e um café da manhã. Além disso, foi realizada a prova de vida por uma equipe do Banco de Brasília, um procedimento anual necessário para a continuidade do pagamento dos benefícios aos aposentados e pensionistas.

A participação de aposentados e pensionistas no evento foi significativa, proporcionando encontros inesperados entre amigos que estavam afastados por diversos motivos. O evento teve resultado positivo e a comemoração do Dia do Aposentado foi oficialmente incorporada ao calendário anual do Iprev-DF.

Imagem 7 - Exame ocular realizado durante o evento Dia do Aposentado



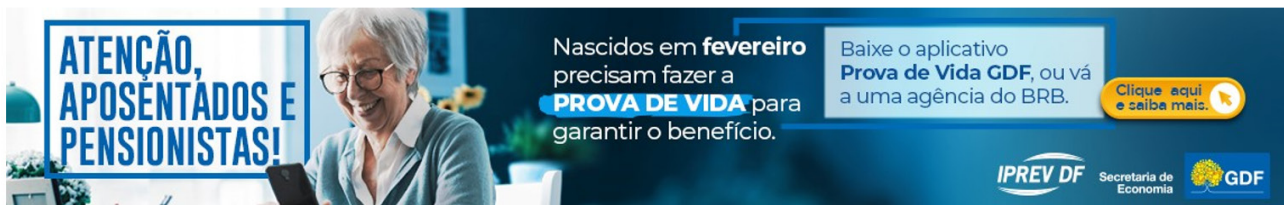
Fonte: UCS/Iprev-DF

Prova de Vida – Convocação

A realização da prova de vida é essencial para regularizar a situação de todos os aposentados e pensionistas do Distrito Federal. Ela garante que os beneficiários recebam seus pagamentos sem problemas e facilita o trabalho das equipes do Iprev-DF na elaboração da folha de pagamento e na gestão dos recursos.

A UCS do Iprev-DF intensificou a divulgação da necessidade de realização da prova de vida entre os beneficiários do Instituto de Previdência. Além de reportagens publicadas em portais de notícias, jornais, rádios e TVs de Brasília, a UCS colaborou com a Secretaria de Comunicação do DF na criação de banners informativos. Esses banners foram inseridos em portais e sites de secretarias, instituições e órgãos que compõem o Governo do Distrito Federal, ajudando a lembrar aos aniversariantes do mês sobre a necessidade de realizar a prova de vida.

Imagem 8 - Banner de convocação para prova de vida



Fonte: UCS/Iprev-DF



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL



VISÃO

Ser reconhecido, por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal.



VALORES

Integridade, confiabilidade, sustentabilidade e transparência.



MISSÃO

Trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível aos contribuintes.